

Relatório da Administração e Demonstrações Financeiras

2025

- 1. Relatório da Administração**
- 2. Notas Explicativas**
- 3. Relatório do Auditor Independente**
- 4. Declaração da Diretoria**

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores e senhoras acionistas,

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Companhia Paulista de Força e Luz ("CPFL Paulista" ou "Companhia") submete à apreciação dos senhores o Relatório da Administração e as demonstrações financeiras da Companhia, com o relatório dos auditores independentes, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2025. Todas as comparações realizadas neste relatório levam em consideração os dados da Companhia em relação ao exercício de 2024, exceto quando especificado de outra forma.

1) Considerações Iniciais

Em 2025, a CPFL Paulista cumpriu com sua agenda estratégica, atendendo com eficiência às demandas de seus 5,1 milhões de clientes, em 234 municípios do Estado de São Paulo.

As vendas de energia para o mercado cativo registraram uma queda de 11,7% em relação ao exercício de 2024, decorrente principalmente das classes industrial e comercial, que registraram quedas de 43,3% e de 23,0%.

A CPFL Paulista, em 2025, foi eleita vencedora no Prêmio ANEEL de Satisfação do Consumidor, na categoria Região Sudeste para concessionárias acima de 400 mil consumidores, e no Prêmio Abradee na categoria de Gestão da Inovação. Além de conquistar as posições de 2º lugar em Qualidade de Gestão, 3º lugar nas categorias de ASG e Região Sudeste, para empresas acima de 500 mil consumidores pela Abradee.

Ao longo deste relatório serão apresentadas as informações mais relevantes do último exercício, como o reajuste das tarifas de energia e as iniciativas que visam melhorar a qualidade do fornecimento de energia e dos serviços prestados aos clientes.

2) Comentário sobre a Conjuntura

Ambiente macroeconômico

O ano de 2025 teve início em um ambiente de incerteza global, decorrentes da nova administração de Donald Trump nos Estados Unidos e a adoção de três mudanças relevantes: imposição de tarifas de importação, endurecimento das regras de imigração e a aprovação de um orçamento federal com trajetória deficitária para os próximos anos.

As tarifas representaram uma mudança na lógica tradicional do comércio americano, mas seu impacto foi menor do que o inicialmente esperado. Isso ocorreu devido ao recuo do governo em diversas medidas quando foram identificados impactos econômicos significativos. O tema também segue em disputa judicial e aguarda decisão da Suprema Corte sobre a legalidade do uso do instrumento de "emergência econômica". Outro fator que reduziu os impactos foi a antecipação de compras pelas empresas, para formação de estoques.

As mudanças recentes na política comercial e fiscal dos Estados Unidos elevaram a incerteza em relação ao desempenho do dólar no longo prazo, incentivando maior diversificação das reservas internacionais por parte de diversos bancos centrais. Esse movimento contribuiu para a valorização do ouro e para uma acomodação do valor da moeda norte americana. No campo monetário, o Federal Reserve reduziu a taxa básica de juros em 75 pontos-base diante da moderação do mercado de trabalho, passando a adotar postura de espera. A inflação dos Estados Unidos para o ano de 2025 fechou em 2,7%.

No Brasil, ao longo de 2025, foram mantidas e ampliadas iniciativas voltadas à sustentação da demanda doméstica, incluindo benefícios fiscais, reforço de programas sociais e expansão de

linhas de crédito subsidiadas. Para conter os efeitos inflacionários dessas medidas, o Banco Central manteve a política monetária em nível restritivo. O resultado foi uma desaceleração moderada e heterogênea da atividade econômica, que seguiu operando com baixo nível de ociosidade. Setores mais sensíveis às condições de crédito registraram moderação, enquanto atividades relacionadas à renda, como grande parte do setor de serviços, mantiveram bom ritmo.

Nesse contexto, a taxa Selic foi elevada em 2,75 p.p. e permaneceu em 15% ao ano por um período prolongado. A inflação e as expectativas inflacionárias apresentaram desaceleração moderada, mantendo-se mais próximas do teto do que do centro da meta do Banco Central. O IPCA encerrou 2025 em 4,3%, resultado inferior às projeções iniciais.

Esse resultado foi determinado pelo comportamento de Alimentação no domicílio e Bens industriais, influenciado por boas safras, efeitos temporários da gripe aviária (que reduziu exportações e ampliou a oferta doméstica), impactos das tarifas impostas pelos Estados Unidos sobre carnes e café, além da apreciação do real, que ajudou a conter os preços de bens industriais após os aumentos registrados no primeiro quadrimestre, decorrentes da depreciação cambial do ano anterior. Por outro lado, o segmento de Serviços manteve variação próxima a 6% em termos anuais, acompanhando a evolução do mercado de trabalho e da atividade econômica.

Tarifas de energia elétrica

Reajuste Tarifário Anual (RTA):

Em 29 de abril de 2025, por meio da Resolução Homologatória nº 3.452, a ANEEL homologou o resultado da Reajuste Tarifário Anual da CPFL Paulista, em vigor desde 8 de abril de 2025, reajustando as tarifas de energia elétrica da distribuidora em -2,19%, sendo 5,85% relativos ao Reajuste Tarifário Econômico e -8,05% referentes aos componentes financeiros externos ao Reposicionamento Tarifário. O impacto da Parcela A (Energia, Encargos de Transmissão e Encargos Setoriais) no reajuste econômico foi de 3,72% e da Parcela B de 2,13%. O efeito médio percebido pelos consumidores foi de -3,66%, sendo de -3,06%, em média, para os consumidores conectados na Alta Tensão e de -3,93%, em média, para os consumidores conectados na Baixa Tensão.

3) Desempenho Operacional

Clientes

A CPFL Paulista encerrou o ano com 5,1 milhões de clientes, com acréscimo de 93 mil consumidores, representando um crescimento de 1,8%.

Vendas de energia

Em 2025, as vendas para o mercado cativo totalizaram 17.591 GWh, um decréscimo de 11,7% em relação a 2024.

A participação das principais classes de consumo no total da energia faturada para consumidores cativos da distribuidora em 2025 foi de 62,2% para a classe residencial, 14,7% para a classe comercial e 4,0% para a classe industrial. Para essas classes de consumo, destaca-se:

- l Classe Residencial: redução de -3,8%, devido ao aumento de unidades de MMDG (Micro e Minigeração Distribuída) e às temperaturas menores se comparadas com o mesmo período em 2024 compensando parcialmente a melhora na massa de renda real e o incremento das unidades consumidoras em 2025 quando comparado ao ano de 2024;
- l Classe Comercial: redução de -23,0%, refletindo o aumento de migrações ao longo do ano

- e o impacto referente ao incremento de MMDG (Micro e Minigeração Distribuída);
- | Classe Industrial: redução de 43,3%, refletindo a desaceleração da produção industrial e a migração de clientes cativos para o mercado livre.

Qualidade dos serviços prestados

Atendimento ao cliente

A CPFL Paulista obteve em 2025 o Índice de Satisfação da Qualidade Percebida (ISQP) de 77,4 na pesquisa anual realizada pela Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica – Abradee, uma oscilação de 2,7 pontos para baixo (-3,4%) em relação à rodada anterior, ou seja, dentro da margem de erro de 4 pontos percentuais. Com isso, a empresa ficou na 11ª posição no ranking nacional da categoria que contou com 33 empresas, e se manteve acima da média nacional, que foi de 68,7 pontos.

Fornecimento de energia

A CPFL Paulista desenvolve iniciativas para aprimorar a gestão operacional e a logística de serviços de rede. Também realiza um programa intenso de inspeções e manutenções preventivas dos ativos elétricos. Em 2025, o DEC, que mede a duração equivalente de interrupção por cliente, foi de 4,71 horas e o FEC, que mede a frequência equivalente de interrupção por cliente, foi de 2,83 vezes, entre os menores do setor.

4) Desempenho Econômico-Financeiro

Receita operacional

A receita operacional bruta foi de R\$ 25.505 milhões em 2025, representando um crescimento de 7,8% (R\$ 1.846 milhões), decorrente dos seguintes aumentos: (i) de R\$ 1.860 milhões no ativo e passivo financeiro setorial, passando de um ativo de R\$ 124 milhões para um ativo de R\$ 1.984 milhões; (ii) de 13,9% (R\$ 446 milhões) na receita de disponibilidade da rede elétrica – TUSD; (iii) de 22,6% (R\$ 306 milhões) em outras receitas; (iv) de 175,2% (R\$ 229 milhões) em suprimento de energia elétrica; (v) de 36,3% (R\$ 159 milhões) de atualização do ativo financeiro da concessão; e (vi) de 4,3% (R\$ 82 milhões) na receita com construção de infraestrutura; parcialmente compensados pela redução de 7,5% (R\$ 1.236 milhões) no fornecimento de energia elétrica.

As deduções da receita operacional foram de R\$ 9.114 milhões em 2025, representando um aumento de 11,8% (R\$ 962 milhões). A receita operacional líquida foi de R\$ 16.391 milhões em 2025, representando um aumento de 5,7% (R\$ 884 milhões).

Geração operacional de caixa (EBITDA)

Em 2025, o EBITDA foi de R\$ 3.998 milhões, representando um aumento de 16,4% (R\$ 564 milhões), devido às seguintes variações: (i) aumento de 5,7% (R\$ 884 milhões) na receita operacional líquida; e (ii) redução de 2,1% (R\$ 34 milhões) no PMSO (despesas com pessoal, material, serviços de terceiros, outros custos/despesas operacionais e entidade de previdência privada). A variação no PMSO deve-se aos seguintes fatores:

- | Aumento de 7,8% (R\$ 43 milhões) nas despesas com pessoal;
- | Aumento de 2,1% (R\$ 2 milhões) nas despesas com material;
- | Aumento de 7,2% (R\$ 40 milhões) nas despesas com serviços de terceiros;

- Redução de 16,2% (R\$ 65 milhões) em outros custos/despesas operacionais; e
- Redução de 94,0% (R\$ 54 milhões) em entidade de previdência privada.

Esses efeitos foram parcialmente compensados pelos seguintes aumentos: (i) de 3,2% (R\$ 272 milhões) no custo com energia elétrica; e (ii) de 4,3% (R\$ 82 milhões) nos custos com construção de infraestrutura, que tem contrapartida na receita líquida em igual valor.

Conciliação do Lucro Líquido e EBITDA*

	2025	2024
Lucro Líquido	1.864.351	1.422.412
Amortização	500.698	459.518
Resultado Financeiro	1.007.952	886.502
Contribuição Social	167.067	178.264
Imposto de Renda	457.496	487.292
EBITDA	3.997.564	3.433.988

*Conforme Resolução CVM nº 156/22.

Lucro líquido

A CPFL Paulista apurou lucro líquido de R\$ 1.864 milhões em 2025, representando um aumento de 31,1% (R\$ 442 milhões), refletindo principalmente o aumento de 16,4% no EBITDA (R\$ 564 milhões), além da redução de 6,2% (R\$ 41 milhões) no imposto de renda e contribuição social. Esses efeitos foram parcialmente compensados pelos seguintes aumentos: (i) de 13,7% (R\$ 121 milhões) nas despesas financeiras líquidas; e (iii) de 9,0% (R\$ 41 milhões) na amortização.

Endividamento

Ao final de 2025, a dívida financeira (incluindo derivativos) da CPFL Paulista atingiu R\$ 10.640 milhões, representando um aumento de 16,7%.

5) Investimentos

No ano, foram investidos R\$ 2.036 milhões na ampliação, manutenção, melhoria, automação, modernização e reforço do sistema elétrico para atendimento ao crescimento de mercado e melhoria de eficiência e qualidade, em infraestrutura operacional, nos serviços de atendimento aos clientes e em programas de pesquisa e desenvolvimento, entre outros. A rede de distribuição da CPFL Paulista consistia em 140.437 km de linhas de distribuição, incluindo 238.022 transformadores de distribuição. A concessionária tinha 5.920 km de linhas de distribuição de alta tensão, entre 23 kV e 138 kV. Nesta data, a distribuidora detinha 275 subestações transformadoras de alta tensão para média tensão para subsequente distribuição, com capacidade total de transformação de 9.769 MVA.

6) Aspectos ESG (Ambientais, Sociais e de Governança)

A CPFL Paulista desenvolve iniciativas que buscam gerar valor para a empresa e os públicos de relacionamento, de forma a garantir competitividade, com excelência nas operações, e contribuir com o desenvolvimento sustentável das áreas de abrangência. Alinhada ao Plano Estratégico do Grupo CPFL, a estratégia de sustentabilidade/ESG é incorporada aos processos decisórios, ações e investimentos, conforme destaques a seguir.

Plano ESG 2030: aprovado em 2022 como uma evolução do Plano de Sustentabilidade 2020-2024, traz diretrizes e estratégias organizadas em três pilares: Negócios de baixo carbono e segurança energética, Operações inteligentes e sustentáveis e Geração de valor compartilhado com a sociedade. O plano se desdobra atualmente em 18 compromissos públicos norteados pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas.

Monitoramento dos compromissos do Plano ESG 2030: ferramenta de gestão do desempenho em sustentabilidade sob a perspectiva dos principais públicos de relacionamento, com indicadores e metas alinhados ao Plano Estratégico e ao Plano ESG 2030.

Comitê de Sustentabilidade: instância da diretoria executiva responsável por monitorar a execução da estratégia ESG, avaliar e recomendar a inclusão de critérios e diretrizes de sustentabilidade em processos decisórios, monitorar tendências e temas críticos para a empresa.

Mudanças do Clima: estamos comprometidos com a transição para uma economia de baixo carbono e enfrentamos o desafio das mudanças climáticas com senso de urgência, responsabilidade e determinação. Mais informações em: <https://ri.cpfl.com.br/> > Estratégia de Sustentabilidade > Mudanças Climáticas.

Programa de Integridade e Gestão do Canal de Ética: o Programa de Integridade do Grupo CPFL formaliza o compromisso com a ética e a integridade, valores que orientam as decisões, as relações e os negócios. A integridade é um dos valores do Grupo CPFL, posicionada no centro do Nosso Jeito de Ser, refletindo a sua relevância estratégica na cultura.

O Programa está estruturado em 4 dimensões interdependentes, que sustentam seu aprimoramento contínuo e evidenciam o apoio da alta administração, contando ainda com o apoio e a atuação próxima das áreas de negócio para sua efetiva implementação: (i) desenvolvimento, orientação e revisão de normas, com destaque para o Código de Conduta Ética e a Política Anticorrupção; (ii) treinamentos, ações de comunicação, campanhas de sensibilização e engajamento para públicos internos e externos; (iii) avaliações de conflito de interesse, diligências e outros processos de avaliação de riscos; e (iv) monitoramento de indicadores, avaliações supervisionadas pelo Comitê de Ética e Conduta Empresarial (COMET) e reporte dos resultados do Programa de Integridade aos fóruns executivos. O Programa conta, ainda, com um canal de ética externo e independente, assegurando o sigilo, anonimato e não retaliação do denunciante de boa-fé, bem como com um processo estruturado de apuração de registros éticos.

Dentre as ações executadas em 2025, destaca-se a recertificação da ISO 37001 do Sistema de Gestão Antissuborno e Anticorrupção da Companhia que atesta o alto padrão de governança e transparência com que o Grupo CPFL conduz suas atividades. Adicionalmente, o Grupo realizou a adesão voluntária ao Pacto Brasil pela Integridade Empresarial e ao Movimento Transparência 100%, iniciativas da Controladoria Geral da União (CGU), reforçando o alinhamento às melhores práticas de governança, mitigação de riscos e fortalecimento da cultura ética. No âmbito normativo, houve a revisão da cláusula anticorrupção padrão dos contratos da Companhia, com o objetivo de promover atualizações alinhadas às melhores práticas de mercado. O Programa também foi sustentado por um robusto plano de treinamentos ao longo de 2025, com marco relevantes como: Celebração do dia da integridade, pela primeira vez na cidade de Sorocaba/SP e com a presença do jornalista Caco Barcelos; treinamento de integridade para a alta administração ministrado pelo advogado e professor Dr. Carlos Ayres; treinamento para fornecedores no fórum Rede de Valor, em parceria com a Diretoria de Suprimentos e ações focadas em liderança e público operacional sobre a Cultura Ética e Canal de Ética, nas quais reforçamos temas importantes como: política anticorrupção, assédio moral e tratamento desrespeitoso, Assédio sexual e importunação sexual, conflito de interesses. Em 2025, o Grupo CPFL realizou a migração da plataforma do Canal de Ética para a Aliant, fortalecendo a gestão do processo de ética e assegurando independência e confiabilidade.

Relacionamento com a Comunidade: entre as ações que visam contribuir para o desenvolvimento das comunidades em que a CPFL Paulista atua, em 2025 destacam-se: **(i) CPFL Jovem Geração:** foram executados projetos de transformação social através da cultura e

esporte focando na redução dos níveis de vulnerabilidade social, beneficiando 5.304 crianças e jovens. Além do projeto Carreta Literária, biblioteca itinerante que percorre escolas públicas das cidades, que beneficiou 5.938 pessoas. **(ii) CPFL nos Hospitais:** foram executados projetos de melhorias na infraestrutura hospitalar, pesquisas oncológicas e humanização hospitalar, beneficiando mais de 401 mil pessoas; **(iii) Circuito CPFL:** através da frente Circuito CPFL, levamos cinema movido a energia solar, beneficiando mais de 10.500 espectadores; **(iv) CPFL Intercâmbio Brasil-China:** Em 2025, a frente Intercâmbio Brasil><China impactou mais de 1,6 milhões de pessoas. Essa edição contou com uma exposição de arte chinesa, espetáculo de dança, um festival cultural, publicações de livros, concertos de música e dois encontros especiais do café filosófico cpfl, além do lançamento de uma série documental na TV Cultura, uma playlist de música no Spotify e um canal exclusivo no YouTube. **(v) Café Filosófico CPFL:** Com nossa frente Café Filosófico CPFL, em 2025, realizamos 32 gravações em nosso estúdio e 1 gravação especial comemorativa em Jundiaí/SP. Ao todo, ao longo de 2025, foram 143 exibições do programa na TV Cultura e 18 milhões de pessoas impactadas digitalmente.

(vi) Eficiência energética (0,5% da ROL): Eficiência Energética (0,5% da ROL): em 2025 foram investidos R\$ 23,2 milhões em projetos de eficiência energética, dos quais destacam-se: (a) R\$ 7,8 milhões em projetos destinados a consumidores de baixo poder aquisitivo, que resultaram na regularização de 1.409 clientes; substituição de 75.670 lâmpadas por modelos mais eficientes (LED), totalizando 20.327 famílias beneficiadas. Foram investidos também, (b) R\$ 255 mil em projetos educacionais, com foco na Olimpíada Nacional de Eficiência Energética, que beneficiou 9.021 alunos do ensino fundamental no uso consciente e seguro da energia elétrica. Tivemos ainda, (c) cerca de R\$ 0,7 milhões investidos em prédios públicos que proporcionaram a substituição de pontos de Iluminação por LED e instalação em sistemas fotovoltaicos. Por fim, (d) investimento de R\$ 13,8 milhões no Programa de Hospitais, que está implementando 1.030 KWp instalados Sistemas de Geração Fotovoltaica e realizando a substituição de lâmpadas por LED em 14 hospitais Públicos e Filantrópicos da área de concessão.

Gestão de Recursos Humanos: em 2025, treinamos 3.939 colaboradores. Foram 146,4 mil horas treinadas. Também foram realizados treinamentos para a comunidade, com escolas para formação de eletricitas ao longo do ano: foram 19 turmas, 339 participantes, 310 aprovados 187 contratados.

Rede de Valor: Em 2025, foram realizados 3 encontros da Rede de Valor, dos quais 2 ocorreram em formato online e 1, em formato híbrido. Os temas abordados foram: Cenário Macroeconômico e Planejamento Estratégico CPFL, Impactos dos eventos climáticos extremos na cadeia de valor do setor elétrico e Ética e Integridade na Cadeia de Suprimentos, Saúde e Segurança do Trabalho na cadeia de valor e subcontratadas. No geral, contamos com a participação de 129 fornecedores.

7) Programa CPFL +Diversa

O Programa CPFL +Diversa reforça nosso compromisso com a construção de um ambiente de trabalho cada vez mais diverso, inclusivo e equitativo. Nosso propósito é avançar continuamente na consolidação de práticas de gestão que promovam respeito, pertencimento e oportunidades para que todas as pessoas possam prosperar. Para mais informações, acesse a nossa Norma de Diversidade, Equidade e Inclusão no site de Relacionamento com Investidores: www.cpfl.com.br/ri > Governança Corporativa > Estatutos Sociais, Códigos e Políticas > Códigos, Políticas e Regimentos > Diversidade, Equidade e Inclusão.

Em conformidade com a Lei Federal nº 15.177/2025, informamos:

I - Quantidade e proporção de mulheres contratadas por níveis hierárquicos.

Composição níveis por gênero				
	2025		2024	
	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Diretoria	94,44%	5,56%	93,75%	6,25%
Gerência	80,00%	20,00%	80,88%	19,12%
Chefia/Coordenação	71,58%	28,42%	74,68%	25,32%
Técnica/Supervisão	0,00%	0,00%	57,54%	42,46%
Administrativo	56,41%	43,59%	98,59%	1,41%
Operacional	98,55%	1,45%	58,70%	41,30%
Estagiários	46,51%	53,49%	83,80%	16,20%

II – Quantidade e proporção de mulheres que ocupam cargos de administração.

Diversidade no Conselho de Administração		
	2025	2024
Homens	100%	100%
Mulheres	0%	0%

III – Demonstrativo da remuneração fixa, variável e eventual, segregada por sexo, relativa a cargos ou funções similares.

Proporção da remuneração das mulheres em relação à dos homens				
	2025		2024	
	Salário-base	Remuneração total	Salário-base	Remuneração total
Diretoria	123,73%	105,97%	113,31%	95,35%
Gerência	81,53%	75,08%	81,46%	75,14%
Chefia/Coordenação	96,21%	91,51%	94,58%	93,86%
Técnica/Supervisão	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Administrativo	84,75%	0,00%	83,56%	82,79%
Operacional	91,30%	86,35%	82,29%	85,75%
Estagiários	102,61%	89,87%	107,30%	112,42%

8) Auditores Independentes

A PriceWaterHouseCoopers Auditores Independentes (PwC) foi contratada pela CPFL Paulista para a prestação de serviços de auditoria externa relacionados aos exames das demonstrações financeiras da Companhia.

Referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025, a PwC prestou, além dos serviços de auditoria das demonstrações financeiras societárias e regulatórias, e de revisão das informações intermediárias, os seguintes serviços:

Natureza

Asseguração de *covenants* financeiros

Serviços de compliance tributário - Escrituração Contábil-Fiscal (ECF)

Revisão da ECD Contábil do ano calendário

Assessoria tributária para cálculo do Pilar II

A contratação dos auditores independentes, conforme estatuto social, é recomendada pelo Conselho Fiscal da controladora CPFL Energia e compete ao Conselho de Administração deliberar sobre a seleção ou destituição dos auditores independentes.

Em linha com o previsto pela Resolução CVM 162/22, a administração possui políticas e controles que tratam, dentre outros assuntos, sobre o porte da empresa de auditoria a ser contratada para fins de auditoria das demonstrações financeiras e sobre as regras de contratação de fornecedores para serviços de auditoria e "extra-auditoria". Tal política, dentre outros motivos, tem como objetivo evitar a existência de conflitos de interesse, perda de independência ou objetividade de seus auditores independentes. Ademais, a PwC declarou à Administração que, em razão do escopo e dos processos executados, a prestação dos serviços supramencionados não afeta a independência e a objetividade necessárias ao desempenho dos serviços de auditoria externa.

9) Agradecimentos

A Administração da CPFL Paulista agradece aos seus clientes, fornecedores e às comunidades de sua área de atuação, pela confiança depositada na companhia no ano de 2025. Agradece, ainda, de forma especial, aos seus colaboradores pela competência e dedicação para o cumprimento dos objetivos e metas estabelecidos.

A Administração.

Ana Paula Peressim de Paulo
Gerente de Contabilidade das Distribuidoras
CRC 1SP217200/O-6

Para mais informações sobre o desempenho desta e de outras empresas do Grupo CPFL Energia, acesse o endereço www.cpfl.com.br/ri.

Sumário

ATIVO	2
PASSIVO	3
DRE.....	4
DRA.....	5
DMPL	6
FLUXO DE CAIXA	7
DVA.....	8
(1) CONTEXTO OPERACIONAL	9
(2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	10
(3) SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS	12
(4) DETERMINAÇÃO DO VALOR JUSTO.....	21
(5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	21
(6) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS	22
(7) CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS	22
(8) TRIBUTOS A COMPENSAR	23
(9) ATIVO E PASSIVO FINANCEIRO SETORIAL	26
(10) DÉBITOS FISCAIS DIFERIDOS.....	27
(11) ATIVO FINANCEIRO DA CONCESSÃO	29
(12) OUTROS ATIVOS	29
(13) ATIVO CONTRATUAL.....	30
(14) INTANGÍVEL.....	30
(15) FORNECEDORES.....	31
(16) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	31
(17) DEBÊNTURES	33
(18) ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA.....	36
(19) IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER.....	40
(20) PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS	41
(21) OUTRAS CONTAS A PAGAR	44
(22) PATRIMÔNIO LÍQUIDO	44
(23) LUCRO POR AÇÃO	46
(24) RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	47
(25) CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA	49
(26) OUTROS CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS.....	50
(27) RESULTADO FINANCEIRO	51
(28) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS.....	51
(29) SEGUROS	53
(30) GESTÃO DE RISCOS	53
(31) INSTRUMENTOS FINANCEIROS.....	56
(32) TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA.....	61
(33) COMPROMISSOS.....	61
(34) EVENTOS SUBSEQUENTES	61

COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ
Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

ATIVO	Nota explicativa	31/12/2025	31/12/2024
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	284.418	392.633
Títulos e valores mobiliários	6	68.160	280.634
Consumidores, concessionárias e permissionárias	7	2.368.140	2.302.250
Imposto de renda e contribuição social a compensar	8	251.408	464.728
Outros tributos a compensar	8	182.169	187.508
PIS/COFINS a compensar sobre ICMS	8.1	850.092	850.092
Derivativos	31	-	165.731
Ativo financeiro setorial	9	662.743	-
Estoques		18.655	19.090
Outros ativos	12	648.945	582.995
Total do circulante		5.334.730	5.245.661
Não circulante			
Consumidores, concessionárias e permissionárias	7	74.156	78.397
Depósitos judiciais	20	54.777	50.835
Imposto de renda e contribuição social a compensar	8	198.953	198.953
Outros tributos a compensar	8	171.746	225.593
PIS/COFINS a compensar sobre ICMS	8.1	949.711	1.614.292
Ativo financeiro setorial	9	242.346	-
Derivativos	31	121.634	-
Ativo financeiro da concessão	11	12.617.237	10.688.700
Outros ativos	12	16.187	23.482
Ativo contratual	13	2.198.723	1.639.665
Intangível	14	974.389	1.363.396
Total do não circulante		17.619.862	15.883.313
Total do ativo		22.954.592	21.128.975

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ
Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	31/12/2025	31/12/2024
PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
Circulante			
Fornecedores	15	1.747.820	1.660.673
Empréstimos e financiamentos	16	1.162.596	917.994
Debêntures	17	451.997	392.430
Entidade de previdência privada	18	43.454	231.469
Taxas regulamentares		62.335	13.310
Imposto de renda e contribuição social a recolher	19	95.358	13.674
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	19	328.498	443.106
Mútuo com partes relacionadas	28	6.299	-
Dividendo e juros sobre capital próprio	28	418.878	311.209
Obrigações estimadas com pessoal		66.596	61.004
Derivativos	31	210.127	-
Passivo financeiro setorial	9	459.238	528.869
PIS/COFINS devolução consumidores	8.1	622.472	622.472
Outras contas a pagar	21	834.802	707.187
Total do circulante		6.510.470	5.903.396
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	16	2.214.392	2.585.702
Debêntures	17	5.616.759	5.259.034
Entidade de previdência privada	18	42.974	82.549
Imposto de renda e contribuição social a recolher	19	13.164	12.408
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher	19	953.216	992.608
Débitos fiscais diferidos	10	897.907	641.528
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	20	326.587	317.795
Mútuo com partes relacionadas	28	1.049.170	-
Derivativos	31	50.029	128.907
Passivo financeiro setorial	9	449.217	412.512
PIS/COFINS devolução consumidores	8.1	963.701	1.688.921
Outras contas a pagar	21	27.393	48.505
Total do não circulante		12.604.509	12.170.469
Patrimônio líquido			
	22		
Capital social		1.413.222	1.395.747
Reserva de capital		39.393	56.868
Reserva legal		282.643	279.148
Reserva de lucros a realizar		1.436.905	1.043.738
Reserva estatutária - reforço de capital de giro		1.660.616	1.021.842
Dividendo		363.701	388.791
Resultado abrangente acumulado		(1.356.868)	(1.131.026)
Total do patrimônio líquido		3.839.613	3.055.109
Total do passivo e do patrimônio líquido		22.954.592	21.128.975

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ
Demonstrações dos resultados para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais, exceto lucro por ação)

	Nota explicativa	2025	2024
Receita operacional líquida	24	16.391.071	15.507.463
Custo do serviço			
Custo com energia elétrica	25	(8.772.071)	(8.499.809)
Custo com operação		(1.108.769)	(1.123.366)
Amortização		(461.443)	(415.825)
Outros custos com operação	26	(647.326)	(707.541)
Custo do serviço prestado a terceiros	26	(1.996.155)	(1.914.516)
Lucro operacional bruto		4.514.076	3.969.771
Despesas operacionais			
Despesas com vendas		(425.321)	(429.447)
Amortização		(2.118)	(2.401)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	7	(134.036)	(194.828)
Outras despesas com vendas	26	(289.167)	(232.219)
Despesas gerais e administrativas		(537.345)	(514.679)
Amortização		(37.136)	(41.292)
Outras despesas gerais e administrativas	26	(500.209)	(473.387)
Outras despesas operacionais		(54.544)	(51.174)
Outras despesas operacionais	26	(54.544)	(51.174)
Resultado do serviço		3.496.866	2.974.470
Resultado financeiro	27		
Receitas financeiras		679.080	635.518
Despesas financeiras		(1.687.032)	(1.522.021)
		(1.007.952)	(886.502)
Lucro antes dos tributos		2.488.914	2.087.968
Contribuição social	10	(167.067)	(178.264)
Imposto de renda	10	(457.496)	(487.292)
		(624.563)	(665.556)
Lucro líquido do exercício		1.864.351	1.422.412
Lucro líquido básico e diluído por ação ordinária - R\$	23	2,12	1,62

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ**Demonstrações dos resultados abrangentes para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024****(Em milhares de reais)**

	2025	2024
Lucro líquido do exercício	1.864.351	1.422.412
Outros resultados abrangentes	(225.842)	224.401
Itens que não serão reclassificados posteriormente para o resultado:		
Ganhos (perdas) atuariais, líquidos dos efeitos tributários	(225.842)	224.401
Resultado abrangente do exercício	1.638.509	1.646.813

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	Reserva de lucros						Lucros acumulados	Total
	Capital social	Reserva de capital	Reserva legal	Reserva estatutária - reforço de capital de giro	Reserva de lucros a realizar	Dividendo		
Saldos em 31 de dezembro de 2023	1.378.272	74.343	275.653	655.724	755.233	445.406	(1.355.427)	2.229.206
Resultado abrangente total								
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	1.422.412
Outros resultados abrangentes: ganhos (perdas) atuariais, líquidos dos efeitos tributários	-	-	-	-	-	-	224.401	-
Mutações internas do patrimônio líquido								
Aumento de capital	17.475	(17.475)	-	-	-	-	-	-
Constituição da reserva legal	-	-	3.495	-	-	-	-	(3.495)
Constituição da reserva de lucros a realizar	-	-	-	-	288.504	-	-	(288.504)
Constituição de reserva de capital de giro	-	-	-	366.118	-	-	-	(366.118)
Transações de capital com os acionistas								
Aprovação da proposta de dividendo	-	-	-	-	-	(445.406)	-	-
Dividendo adicional proposto	-	-	-	-	-	388.791	-	(388.791)
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	-	-	(237.004)
Juros sobre o capital próprio - AGE de 31/03/2024; AGE de 30/09/2024 e AGE de 31/12/2024	-	-	-	-	-	-	-	(138.500)
Saldos em 31 de dezembro de 2024	1.395.747	56.868	279.148	1.021.842	1.043.738	388.791	(1.131.026)	3.055.109
Resultado abrangente total								
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	1.864.351
Outros resultados abrangentes: ganhos (perdas) atuariais, líquidos dos efeitos tributários	-	-	-	-	-	-	(225.842)	-
Mutações internas do patrimônio líquido								
Aumento de capital	17.475	(17.475)	-	-	-	-	-	-
Constituição da reserva legal	-	-	3.495	-	-	-	-	(3.495)
Constituição da reserva de lucros a realizar	-	-	-	-	393.167	-	-	(393.167)
Constituição de reserva de capital de giro	-	-	-	638.774	-	-	-	(638.774)
Transações de capital com os acionistas								
Aprovação da proposta de dividendo	-	-	-	-	-	(388.791)	-	-
Dividendo adicional proposto	-	-	-	-	-	363.701	-	(363.701)
Dividendo mínimo obrigatório	-	-	-	-	-	-	-	(156.309)
Juros sobre o capital próprio - AGE de 28/03/2025, AGE de 30/06/2025, AGE de 30/09/2025 e AGE 30/12/2025	-	-	-	-	-	-	-	(308.905)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	1.413.222	39.393	282.643	1.660.616	1.436.905	363.701	(1.356.868)	3.839.613

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ
Demonstrações dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024
(Em milhares de reais)

	31/12/2025	31/12/2024
Lucro antes dos tributos	2.488.914	2.087.968
Ajustes para conciliar o lucro ao caixa oriundo das atividades operacionais		
Amortização	500.697	459.518
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	54.246	69.810
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	134.036	194.828
Encargos de dívidas e atualizações monetárias e cambiais	684.332	747.668
Despesa (receita) com entidade de previdência privada	3.412	56.944
Perda (ganho) na baixa de não circulante	48.957	45.663
	3.914.594	3.662.399
Redução (aumento) nos ativos operacionais		
Consumidores, concessionárias e permissionárias	(188.161)	93.612
Tributos a compensar	1.128.837	413.664
Depósitos judiciais	(418)	71.553
Ativo financeiro setorial	(869.724)	158.329
Contas a receber - CDE	(69.419)	(82.385)
Outros ativos operacionais	71.109	200.993
Aumento (redução) nos passivos operacionais		
Fornecedores	87.148	77.545
Outros tributos e contribuições sociais	(320.120)	309.630
Outras obrigações com entidade de previdência privada	(456.844)	(348.863)
Taxas regulamentares	49.025	(40.599)
Processos fiscais, cíveis e trabalhistas pagos	(94.761)	(71.923)
Passivo financeiro setorial	(1.099.736)	(196.651)
Contas a pagar - CDE	24.893	-
Outros passivos operacionais	207.161	(35.277)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas operações	2.383.584	4.212.027
Encargos de dívidas e debêntures pagos	(755.719)	(913.977)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(285.834)	(1.279.041)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais	1.342.031	2.019.009
Atividades de investimento		
Títulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados - aplicações	(5.960.568)	(6.010.348)
Títulos e valores mobiliários, cauções e depósitos vinculados - resgates	6.178.437	5.962.096
Adições de ativo contratual	(2.036.312)	(1.900.270)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de investimento	(1.818.443)	(1.948.522)
Atividades de financiamento		
Captação de empréstimos e debêntures	4.581.173	1.763.127
Amortização de principal de empréstimos e debêntures	(4.405.848)	(2.225.446)
Liquidação de operações com derivativos	(143.127)	(176.886)
Dividendo e juros sobre o capital próprio pagos	(700.000)	(524.286)
Captação de mútuo com partes relacionadas	1.036.000	-
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamento	368.198	(1.163.491)
Aumento (redução) líquido de caixa e equivalentes de caixa	(108.214)	(1.093.004)
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa	392.633	1.485.637
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	284.418	392.633

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ

Demonstrações do valor adicionado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024

(Em milhares de reais)

	2025	2024
1 - Receita	25.371.319	23.464.881
1.1 Receita de venda de energia e serviços	23.511.998	21.748.342
1.2 Receita relativa à construção da infraestrutura de concessão	1.993.358	1.911.367
1.3 Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(134.036)	(194.828)
2 - (-) Insumos adquiridos de terceiros	(12.708.211)	(12.295.635)
2.1 Custo com energia elétrica	(9.843.018)	(9.487.157)
2.2 Material	(1.150.296)	(1.218.256)
2.3 Serviços de terceiros	(1.377.233)	(1.203.143)
2.4 Outros	(337.664)	(387.079)
3 - Valor adicionado bruto (1+2)	12.663.109	11.169.246
4 - Retenções	(503.680)	(462.014)
4.1 Amortização	(503.680)	(462.014)
5 - Valor adicionado líquido gerado (3+4)	12.159.428	10.707.232
6 - Valor adicionado recebido em transferência	703.411	646.478
6.1 Receitas financeiras	703.411	646.478
7 - Valor adicionado líquido a distribuir (5+6)	12.862.840	11.353.710
8 - Distribuição do valor adicionado		
8.1 Pessoal e encargos	613.517	625.763
8.1.1 Remuneração direta	355.931	325.719
8.1.2 Benefícios	221.597	264.392
8.1.3 F.G.T.S	35.989	35.652
8.2 Impostos, taxas e contribuições	8.674.075	7.764.056
8.2.1 Federais	5.400.236	4.408.000
8.2.2 Estaduais	3.262.080	3.345.200
8.2.3 Municipais	11.758	10.856
8.3 Remuneração de capital de terceiros	1.710.897	1.541.479
8.3.1 Juros	1.709.524	1.539.692
8.3.2 Aluguéis	1.374	1.787
8.4 Remuneração de capital próprio	1.864.351	1.422.412
8.4.1 Juros sobre capital próprio	308.905	138.500
8.4.2 Dividendos (incluindo adicional proposto)	520.010	625.795
8.4.3 Lucros retidos	1.035.436	658.117
	12.862.840	11.353.710

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

COMPANHIA PAULISTA DE FORÇA E LUZ
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024
(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

(1) CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Paulista de Força e Luz (“CPFL Paulista” ou “Companhia”) é uma sociedade por ações de capital aberto, que tem por objeto social a prestação de serviços públicos de distribuição de energia elétrica, em qualquer de suas formas, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”), vinculada ao Ministério de Minas e Energia. Adicionalmente, a Companhia está autorizada a participar de programas que visem outras formas de energia, de tecnologias e de serviços, inclusive exploração de atividades derivadas, direta ou indiretamente, da utilização dos bens, direitos e tecnologias de que é detentora.

A sede administrativa da Companhia está localizada na Rua Jorge de Figueiredo Correa, nº 1.632 - parte - Jardim Professora Tarcília - CEP 13087-397, na cidade de Campinas, Estado de São Paulo.

A Companhia detém a concessão para exploração de suas atividades pelo prazo de 30 anos, até 20 de novembro de 2027, podendo este ser prorrogado por no máximo igual período.

A área de concessão da Companhia contempla 234 municípios do interior do Estado de São Paulo. Entre os principais estão Campinas, Ribeirão Preto, Bauru e São José do Rio Preto, atendendo a aproximadamente 5,1 milhões de consumidores.

1.1 Capital circulante líquido negativo

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresentou nas demonstrações financeiras, capital circulante líquido negativo no montante de R\$ 1.025.724 (R\$ 657.735 em 31 de dezembro de 2024), sendo que foi aprovado o plano de financiamento anual para suportar as eventuais necessidades de caixa. A Companhia tempestivamente monitora o capital circulante líquido e sua geração de caixa, bem como as projeções de lucros suportam e viabilizam o plano de redução ou reversão deste capital circulante líquido.

1.2 Renovações de concessões de distribuição de energia elétrica no Brasil

Em 28 de março de 2025, a Companhia protocolou, nos termos do Decreto nº 12.068, de 20 de junho de 2024, perante a Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”) o requerimento para firmar novo Termo Aditivo ao Contrato de Concessão de Serviço Público de Distribuição de Energia Elétrica, conforme minuta final publicada no Despacho ANEEL nº 517, de 27 de fevereiro de 2025, com efeitos imediatos das cláusulas contratuais, após assinatura do novo termo aditivo contratual, e efetivação da prorrogação da concessão por mais 30 (trinta) anos a partir de 20 de novembro de 2027. Adicionalmente, informamos que o processo administrativo para apreciação do pedido de prorrogação da Companhia teve nota técnica emitida com parecer favorável e estamos aguardando decisão da Diretoria da ANEEL.

1.3 Resiliência climática no setor elétrico e iniciativas do Grupo CPFL

O setor elétrico é bastante afetado pelas mudanças climáticas. Alinhada com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU, o Grupo CPFL implementou o Plano ESG 2030 que inclui compromissos para a transição energética, a descarbonização e resiliência climática. Isso envolve identificar riscos e oportunidades com base na metodologia da Task Force for Climate-related Financial Disclosures (TCFD) e ações de mitigação e adaptação, consolidadas na publicação “Nossa Jornada contra as Mudanças Climáticas”, e na plataforma global do Carbon Disclosure Project (CDP), dando maior transparência para nossos públicos de interesse - ambos atualizados anualmente.

Em 2025, avançamos na agenda climática com o desenvolvimento do Plano Integrado de Adaptação Climática. Iniciamos o mapeamento de riscos climáticos físicos na distribuição. O processo também nos prepara para cumprir as exigências da Resolução CVM nº 193.

Iniciativas específicas:

A Companhia possui investimentos em expansão, reforço de rede, automação e modernização de equipamentos, como a plataforma *Advanced Distribution Management System* (ADMS) e o *Weather Translator System* (WeTS). Além disso temos projetos de resiliência em parceria com a FGV e Climatempo, e o projeto Arborização +Segura para prevenir danos, acidentes e interrupções de energia.

Gestão de crises

O Grupo CPFL mantém um modelo estruturado de gestão de crises, formalizado em normativo corporativo, com o objetivo de estabelecer diretrizes para a identificação, avaliação e tratamento de eventos que possam impactar a continuidade dos negócios, o desempenho operacional, a situação financeira ou a reputação da Companhia. Esse modelo define critérios claros para o acionamento do Grupo de Crise, bem como papéis, responsabilidades e fluxos decisórios aplicáveis a diferentes níveis de gravidade das ocorrências.

O Grupo de Crise é responsável pela avaliação de eventos anormais, pelo monitoramento de fatores de risco e pela coordenação das ações necessárias à mitigação de impactos em situações classificadas como crise. Sua composição é definida conforme a natureza e a criticidade do evento, podendo envolver membros permanentes e participantes adicionados a medida da necessidade, assegurando abordagem multidisciplinar e adequada aos riscos identificados.

O processo de gestão inicia-se com a classificação da ocorrência, incluindo a determinação de sua natureza e do nível de gravidade (Níveis I, II ou III). Essa análise considera, de forma integrada, os impactos potenciais e efetivos sobre pessoas, comunidades, meio ambiente, operações, segurança patrimonial, aspectos financeiros, regulatórios e reputacionais, bem como eventuais reflexos sobre a continuidade das atividades do Grupo CPFL.

Adicionalmente, são avaliados a abrangência e o potencial de repercussão da ocorrência junto à opinião pública e aos stakeholders, incluindo exposição em meios de comunicação e ambientes digitais, além da extensão geográfica do evento. Em função da complexidade das operações do Grupo CPFL, as crises podem apresentar diferentes escalas e níveis de impacto, demandando respostas proporcionais e coordenadas.

A governança de crises do Grupo CPFL está integrada aos seus mecanismos de gestão de riscos, controles internos e planos de continuidade de negócios, assegurando que as decisões adotadas durante situações críticas sejam pautadas por critérios técnicos, disciplina de governança, rastreabilidade das ações e foco na preservação do valor econômico e institucional da Companhia.

(2) APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1 Base de preparação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM").

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela ANEEL, quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A Administração afirma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras e somente elas, estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

As demonstrações contábeis regulatórias estarão disponíveis no site da ANEEL ("www.aneel.gov.br") e da Companhia ("www.cpfl.com.br") a partir da data estabelecida pelo Órgão Regulador.

A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi dada pela Administração em 25 de fevereiro de 2026 e aprovadas pelo conselho de Administração em 3 de março de 2026.

2.2 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas tendo como base o custo histórico, exceto para os seguintes itens materiais, que são mensurados a cada data de reporte e registrados nos balanços patrimoniais: i) instrumentos financeiros derivativos mensurados ao valor justo e ii) instrumentos financeiros não derivativos mensurados ao valor justo por meio do resultado. A classificação da mensuração do valor justo nas categorias níveis 1, 2 ou 3 (dependendo do grau de observância das variáveis utilizadas) está apresentada na nota 31 de instrumentos financeiros.

2.3 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração da Companhia faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas.

Por definição, as estimativas contábeis podem divergir dos respectivos resultados reais.

Desta forma, a Administração da Companhia revisa as estimativas e premissas adotadas de maneira contínua, baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os ajustes oriundos destas revisões são reconhecidos no período em que as estimativas são revisadas e aplicadas de maneira prospectiva.

As principais contas contábeis que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que possuam um risco de resultar em um ajuste material, caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas em períodos subsequentes, são:

- Nota 7 – Consumidores, concessionárias e permissionárias: provisão para créditos de liquidação duvidosa, sendo as principais premissas em relação à expectativa de perda de crédito esperada e premissas para mensuração do fornecimento e Tarifa de uso do sistema de distribuição (“TUSD”) não faturados;
- Nota 9 – Ativo e passivo financeiro setorial: critérios regulatórios e premissas sobre determinados itens;
- Nota 10 – Débitos fiscais diferidos: reconhecimento de ativos, disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados;
- Nota 11 – Ativo financeiro da concessão: premissas para determinação do valor justo com base em dados não observáveis significativos (nota 31);
- Nota 12 – Outros ativos: provisão para créditos de liquidação duvidosa, sendo as principais premissas em relação à expectativa de perda de crédito esperada;
- Nota 14 – Intangível: principais premissas em relação aos valores recuperáveis;
- Nota 16 – Empréstimos e financiamentos: principais premissas para determinação do valor justo;
- Nota 17 – Debêntures: principais premissas para determinação do valor justo;
- Nota 18 – Entidade de previdência privada: principais premissas atuariais na mensuração de obrigações de benefícios definidos;
- Nota 19 – Impostos, taxas e contribuições a recolher: incertezas sobre os tributos sobre o lucro;
- Nota 20 – Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas e depósitos judiciais: reconhecimento e mensuração: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos; e;
- Nota 31 – Instrumentos financeiros – derivativos: principais premissas para determinação do valor justo.

Adicionalmente a Administração exerce julgamentos significativos na determinação das premissas utilizadas na mensuração do passivo de arrendamento, como a determinação do prazo dos vários contratos de arrendamentos, das taxas de desconto, da determinação dos contratos que estão no escopo da norma e, dos impactos que eventuais alterações nas premissas associadas aos julgamentos e estimativas adotados pela Companhia.

2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real e as demonstrações financeiras estão sendo apresentadas em milhares de reais. O arredondamento é realizado somente após a totalização dos valores. Desta forma, os valores em milhares apresentados, quando somados, podem não coincidir com os respectivos totais já arredondados.

2.5 Segmento operacional

A Companhia atua somente no segmento de distribuição de energia elétrica, na prestação de serviços de distribuição e disponibilidade de energia elétrica, e sua demonstração de resultado reflete essa atividade. Consequentemente, a Companhia concluiu que a sua demonstração de resultados e as demais informações constantes nestas notas explicativas, apresentam as informações requeridas sobre seu único segmento operacional.

2.6 Demonstração do valor adicionado

A Companhia elaborou as demonstrações do valor adicionado (“DVA”) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

(3)SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão descritas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados.

3.1 Caixa e equivalentes de caixa

Nas demonstrações de fluxo de caixa, caixa e equivalentes de caixa podem incluir saldos negativos de contas garantidas que são exigíveis imediatamente e são parte integrante da gestão de caixa da Companhia.

Caixa e equivalentes de caixa compreendem os saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor justo no momento de sua liquidação e são utilizados pela Companhia na gestão das obrigações de curto prazo.

A determinação da composição de caixa e equivalentes de caixa da Companhia tem como objetivo a manutenção de caixa suficiente que assegure a continuidade dos investimentos e o cumprimento das obrigações de curto e longo prazo, mantendo o retorno de sua estrutura de capital a níveis adequados, visando à continuidade dos seus negócios e o aumento de valor para os acionistas.

3.2 Contratos de concessão

O ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão estabelece diretrizes gerais para o reconhecimento e mensuração das obrigações e direitos relacionados em contratos de concessão e são aplicáveis para situações em que o Poder Concedente controle ou regulamente quais serviços o concessionário deve prestar com a infraestrutura, a quem os serviços devem ser prestados e por qual preço, e controle qualquer participação residual significativa na infraestrutura ao final do prazo da concessão.

Atendidas estas definições, a infraestrutura da Companhia é segregada e movimentada como ativo contratual, desde a data de sua construção até a completa finalização das obras e melhorias, cumprindo as determinações existentes nos CPCs, de modo que, quando em operação, sejam reclassificados nas demonstrações financeiras de ativo contratual para as rubricas de (i) ativo intangível, correspondendo ao direito de explorar a concessão mediante cobrança aos usuários dos serviços públicos e (ii) ativo financeiro correspondendo ao direito contratual incondicional de recebimento de caixa (indenização), mediante reversão dos ativos ao término da concessão.

O valor do ativo financeiro da concessão é determinado com base em seu valor justo, apurado através da base de remuneração dos ativos da concessão, conforme legislação vigente estabelecida pelo órgão regulador (ANEEL), e leva em consideração as alterações no valor justo, tomando por base principalmente os fatores como valor novo de reposição e atualização pelo IPCA. O ativo financeiro enquadra-se na categoria

valor justo por meio do resultado, e as mudanças nos valores justos têm como contrapartida a conta de receita operacional (notas 4 e 24).

O montante remanescente é registrado no ativo intangível e corresponde ao direito de cobrar os consumidores pelos serviços de distribuição de energia elétrica, sendo sua amortização realizada de acordo com o padrão de consumo que reflita o benefício econômico esperado até o término da concessão.

Em função (i) do modelo tarifário que não prevê margem de lucro para a atividade de construção da infraestrutura, (ii) da forma como a Companhia gerencia as construções, através do alto grau de terceirização, e (iii) de não existir qualquer previsão de ganhos em construções nos planos de negócio da Companhia, a Administração julga que as margens existentes nesta operação são irrelevantes, e portanto, nenhum valor adicional ao custo é considerado na composição da receita. Desta forma, as receitas e os respectivos custos de construção estão sendo apresentados na demonstração do resultado do exercício nos mesmos montantes.

A prestação de serviços de construção da infraestrutura é registrada de acordo com o CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, tendo como contrapartida um ativo financeiro, correspondendo aos valores passíveis de indenização, e os montantes residuais são classificados como ativo intangível, que serão amortizados pelo prazo da concessão, de acordo com o padrão econômico que contraponha a receita cobrada pelo consumo de energia elétrica.

3.3 Instrumentos financeiros

- Ativos financeiros

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados ou na data da negociação em que a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento. O desreconhecimento de um ativo financeiro ocorre quando os direitos contratuais aos respectivos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Mensuração subsequente e ganhos e perdas:

Ativos financeiros mensurados a valor justo por meio do resultado (VJR): esses ativos são subsequentemente mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros é reconhecido no resultado.

Ativos financeiros a custo amortizado: estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. As receitas de juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA): esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Os resultados líquidos são reconhecidos em outros resultados abrangentes, com exceção dos rendimentos de juros calculados utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e *impairment* que devem ser reconhecidos no resultado. No momento do desreconhecimento, o efeito acumulado em outros resultados abrangentes é reclassificado para o resultado. A Companhia não detém ativos financeiros desta classificação.

Instrumentos patrimoniais ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes: esses ativos são mensurados de forma subsequente ao valor justo. Todas as variações são reconhecidas em outros resultados abrangentes e nunca serão reclassificadas para o resultado. A Companhia não detém ativos financeiros desta classificação.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Custo amortizado: Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e

- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA): Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes, sendo essa escolha feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos (nota 31). No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro não derivativo que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Avaliação do modelo de negócio:

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se:

- a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros:

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e

- os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

- Passivos financeiros

Passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data em que são originados ou na data de negociação em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais do instrumento. As classificações dos passivos financeiros são como seguem:

- Mensurados pelo valor justo por meio do resultado: são os passivos financeiros que sejam: (i) mantidos para negociação, (ii) designados ao valor justo com o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas a fim de se obter informação contábil mais relevante e consistente ou (iii) derivativos. Estes passivos são registrados pelos respectivos valores justos, cujas mudanças são reconhecidas no resultado do exercício e, qualquer alteração na mensuração subsequente dos valores justos que seja atribuível a alterações no risco de crédito do passivo é registrada contra outros resultados abrangentes.
- Mensurados ao custo amortizado: são os demais passivos financeiros que não se enquadram na classificação acima. São reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzido de quaisquer custos atribuíveis à transação e, posteriormente, registrados pelo custo amortizado através do método da taxa efetiva de juros.

Os ativos e passivos financeiros somente são compensados e apresentados pelo valor líquido quando existe o direito legal de compensação dos valores e haja a intenção de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

As classificações dos instrumentos financeiros (ativos e passivos) estão demonstradas na nota 31.

- Capital social

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquidos de quaisquer efeitos tributários.

3.4 Intangível e Ativo contratual

Inclui os direitos que tenham por objeto bens incorpóreos como, direito de exploração de concessões, *softwares* e servidão de passagem.

O ativo intangível que corresponde ao direito de exploração de concessões é originado dos investimentos na infraestrutura (aplicação do ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão) em serviço em função do contrato de concessão de distribuição de energia elétrica firmado pela Companhia, o ativo intangível registrado corresponde ao direito que a Companhia possui de cobrar os usuários pelo uso da infraestrutura da concessão. Uma vez que o prazo para exploração é definido contratualmente, este ativo intangível de vida útil definida é amortizado pelo prazo de concessão de acordo com uma curva que reflita o padrão de consumo em relação aos benefícios econômicos esperados. Para mais informações vide nota 3.2.

Os bens e instalações utilizados nas atividades de distribuição são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, doados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização da ANEEL. A ANEEL, através da Resolução nº 20 de 3 de fevereiro de 1999, alterada pela Resolução Normativa (“REN”) nº 691 de 8 de dezembro de 2015, dispensa as concessionárias do Serviço Público de Energia Elétrica de prévia anuência para desvinculação de bens considerados inservíveis à concessão, sendo o produto da alienação depositado em conta bancária vinculada para aplicação dos recursos na aquisição de novos bens vinculados aos serviços de energia elétrica.

Os ativos de infraestrutura da concessão em curso da Companhia foram classificados como ativos de contrato durante o período de construção ou de melhoria de acordo com os critérios do CPC 47.

3.5 Redução ao valor recuperável (“impairment”)

- Ativos financeiros

A Companhia avalia a evidência de perda de valor para determinados recebíveis, tanto no nível individualizado como no nível coletivo para todos os títulos significativos. Recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto

desses títulos com características de risco similares.

A Companhia reconhece provisões para perdas esperadas de crédito sobre: (i) ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; (ii) investimentos de dívida mensurados ao VJORA, quando aplicável; e (iii) ativos de contrato.

A Companhia mensura a provisão para perda esperada, utilizando a abordagem simplificada de reconhecimento, em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera uma abordagem simplificada de avaliação da inadimplência baseada em mensurar a perda esperada de um ativo financeiro equivalente às perdas de crédito esperadas para toda a vida de um ativo, contemplando informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito e considerando informações prospectivas (*forward-looking*).

A Companhia considera um ativo financeiro como em *default* quando o devedor não cumpriu com sua obrigação contratual de pagamento e é pouco provável que quite suas obrigações.

A Companhia utiliza uma matriz de provisões para a definição de um percentual de perda baseado em suas taxas de inadimplência historicamente observadas ao longo da vida estimada do contas a receber de clientes para estimar as perdas de créditos esperadas para toda a vida do ativo, onde o histórico de perdas é ajustado para considerar efeitos das condições atuais e suas previsões de condições futuras que não afetaram o período em que se baseiam os dados históricos.

A metodologia desenvolvida pela Companhia resultou em um percentual de perda esperada para os títulos de consumidores, concessionárias e permissionárias que está aderente com o CPC 48 descrita como perda de crédito esperada (*Expected Credit Losses*), contemplando em um único percentual da probabilidade de perda, ponderada pela expectativa de perda e resultados possíveis, ou seja, contempla a chance de perda ("PD" - *Probability of Default*), exposição financeira no momento do não cumprimento ("EAD" - *Exposure At Default*) e a perda dada pela inadimplência ("LGD" - *Loss Given Default*).

Em cada data de balanço, a Companhia avalia se os ativos financeiros contabilizados pelo custo amortizado e os títulos de dívida mensurados ao VJORA, quando aplicável, estão com problemas de recuperação. Um ativo financeiro possui "problemas de recuperação" quando ocorrem um ou mais eventos com impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do emissor ou do mutuário;
- quebra de cláusulas contratuais;
- reestruturação de um valor devido a Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou,
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

As perdas por *impairment* relacionadas à consumidores, concessionárias e permissionárias reconhecidas em ativos financeiros e outros recebíveis, incluindo ativos contratuais, são registradas no resultado do exercício.

- Ativos não financeiros

Os ativos não financeiros sujeitos à amortização são submetidos ao teste de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indiquem que o valor contábil possa não ser recuperável.

O valor da perda corresponderá ao excesso do valor contábil comparado ao valor recuperável do ativo, representado pelo maior valor entre (i) o seu valor justo, líquido dos custos de venda do bem, ou (ii) o seu valor em uso.

Os ativos (ex: intangível de concessão e outros intangíveis) são segregados e agrupados nos menores níveis

existentes para os quais existam fluxos de caixa identificáveis (Unidade Geradora de Caixa – “UGC”). Caso seja identificada uma perda ao valor recuperável, a respectiva perda é registrada na demonstração do resultado. Em período subsequente, também é realizada uma análise para possível reversão do *impairment*.

3.6 Provisões

As provisões são reconhecidas em função de um evento passado, quando há uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável e se for provável (mais provável que sim do que não) a exigência de um recurso econômico para liquidar esta obrigação. Quando aplicável, as provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de desembolso de caixa futuros esperados a uma taxa que considera as avaliações atuais de mercado e os riscos específicos para o passivo.

3.7 Benefícios a empregados

A Companhia possui benefícios pós-emprego e planos de pensão sendo considerada patrocinadora deste plano. Apesar dos planos possuírem particularidades, têm as seguintes características:

- i. Plano de Contribuição Definida: plano de benefícios pós-emprego pelo qual a Patrocinadora paga contribuições fixas para uma entidade separada, não possuindo qualquer responsabilidade sobre as insuficiências atuariais desse plano. As obrigações são reconhecidas como despesas no resultado do exercício em que os serviços são prestados.
- ii. Plano de Benefício Definido: a obrigação líquida é calculada pela diferença entre o valor presente da obrigação atuarial obtida através de premissas, estudos biométricos e taxas de juros condizentes com os rendimentos de mercado, e o valor justo dos ativos do plano na data do balanço. A obrigação atuarial é anualmente calculada por atuários independentes, sob responsabilidade da Administração, através do método da unidade de crédito projetada. Os ganhos e perdas atuariais são reconhecidos em outros resultados abrangentes, conforme ocorrem. Os juros líquidos (receita ou despesa) são calculados aplicando a taxa de desconto no início do período ao valor líquido do passivo ou ativo de benefício definido. O registro de custos de serviços passados, quando aplicável, é efetuado imediatamente no resultado.

Para os casos em que o plano se torne superavitário e exista a necessidade de reconhecimento de um ativo, tal reconhecimento é limitado ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos ou reduções futuras nas contribuições ao plano.

3.8 Dividendo e juros sobre capital próprio

De acordo com a legislação brasileira, a Companhia é requerida a distribuir como dividendo anual mínimo obrigatório 25% do lucro líquido ajustado quando previsto no Estatuto Social. Apenas o dividendo mínimo obrigatório pode ser provisionado, já o dividendo declarado ainda não aprovado só deve ser reconhecido como passivo nas demonstrações financeiras após aprovação pelo órgão competente. Desta forma, os montantes excedentes ao dividendo mínimo obrigatório, conforme rege a Lei nº 6.404/76, são mantidos no patrimônio líquido, em conta de dividendo adicional proposto, em virtude de não atenderem aos critérios de obrigação presente na data das demonstrações financeiras.

Conforme definido no Estatuto Social da Companhia e em consonância com a legislação societária vigente, compete a Assembleia Geral a declaração de dividendo e juros sobre capital próprio intermediários, apurados através de balanço semestral. A declaração destes montantes na data base 30 de junho, quando houver, só é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia após a data de deliberação da Assembleia Geral.

Os juros sobre capital próprio recebem o mesmo tratamento do dividendo e também estão demonstrados na mutação do patrimônio líquido. O imposto de renda retido na fonte sobre os juros sobre capital próprio é sempre contabilizado a débito no patrimônio líquido em contrapartida ao passivo no momento de sua deliberação, mesmo que ainda não aprovado, por atenderem o critério de obrigação no momento da proposição pela Administração.

3.9 Reconhecimento de receita

A receita operacional do curso normal das atividades da Companhia é medida pela contraprestação recebida ou a receber. A receita operacional é reconhecida quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

O CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a empresa cumprir as obrigações de desempenho.

Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o “controle” dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida no momento em que a energia é fornecida. A Companhia efetua a leitura do consumo de seus clientes baseada em uma rotina de leitura (calendarização e rota de leitura) e fatura mensalmente o consumo de MWh baseada nas leituras realizadas para cada consumidor individual. Como resultado, uma parte da energia distribuída ao longo do mês não é faturada ao final de cada mês, e, consequentemente uma estimativa é desenvolvida pela Administração e registrada como “Não Faturado”. Essa estimativa de receita não faturada é calculada utilizando como base o volume total de energia da Companhia disponibilizada no mês e o índice anualizado de perdas técnicas e comerciais.

A receita referente à prestação de serviços é registrada no momento em que a obrigação de desempenho é satisfeita no decorrer da prestação do serviço, regida por contrato de prestação de serviços entre as partes.

As receitas dos contratos de construção são reconhecidas com a satisfação da obrigação de desempenho ao longo do tempo, considerando o atendimento de um dos critérios abaixo:

- (a) o cliente recebe e consome simultaneamente os benefícios gerados pelo desempenho por parte da entidade à medida que a entidade efetiva o desempenho;
- (b) o desempenho por parte da entidade cria ou melhora o ativo (por exemplo, produtos em elaboração) que o cliente controla à medida que o ativo é criado ou melhorado;
- (c) o desempenho por parte da entidade não cria um ativo com uso alternativo para a entidade e a entidade possui direito executável (*enforcement*) ao pagamento pelo desempenho concluído até a data presente.

Não existe consumidor que isoladamente represente 10% ou mais do total do faturamento da Companhia.

3.10 Imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e contribuição social são calculadas e registradas conforme legislação vigente e incluem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto para os casos em que estiverem diretamente relacionados a itens registrados diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente, nos quais já são reconhecidos a valores líquidos destes efeitos fiscais.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber/compensar esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver.

A Companhia registrou em suas demonstrações financeiras os efeitos dos créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporariamente indedutíveis, suportados por previsão de geração futura de bases tributáveis de imposto de renda e contribuição social. A Companhia registrou, também, créditos fiscais referentes ao benefício do intangível incorporado, os quais estão sendo amortizados linearmente pelo prazo remanescente do contrato de concessão.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a tributos lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados anualmente e são reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

3.11 Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado do exercício atribuível ao acionista controlador e a média ponderada das ações no respectivo exercício.

3.12 Subvenção governamental – CDE

As subvenções governamentais somente são reconhecidas quando houver razoável segurança de que esses montantes serão recebidos pela Companhia. São registradas no resultado dos exercícios nos quais a Companhia reconhece como receita os descontos concedidos relacionados à subvenção baixa renda, outros descontos tarifários, bem como os subsídios referente os valores recebidos para compensar a Companhia por despesas incorridas (Aporte CDE – baixa renda e demais subsídios tarifários - nota 24.3).

As subvenções recebidas referentes à compensação de descontos concedidos têm a finalidade de oferecer suporte financeiro imediato nos termos do CPC 07.

As subvenções que visam compensar a Companhia por despesas incorridas são registradas em uma base sistemática durante os períodos em que as despesas correlatas são incorridas, a menos que as condições para o recebimento da subvenção sejam atendidas após o reconhecimento das despesas relacionadas. Nesse caso, a subvenção é reconhecida quando se torna recebível.

3.13 Ativo e passivo financeiro setorial

Conforme modelo tarifário, as tarifas de energia elétrica da Companhia devem considerar uma receita capaz de garantir o equilíbrio econômico-financeiro da concessão, estando a Companhia autorizada a cobrar de seus consumidores (após revisão e homologação pela ANEEL): (i) reajuste tarifário anual; e (ii) a cada cinco anos, de acordo com a concessão, a revisão periódica para efeito de recomposição de parte da Parcela B (custos gerenciáveis), e ajuste da Parcela A (custos não gerenciáveis).

A receita da Companhia é, basicamente, composta pela venda da energia elétrica e pela entrega (transporte) da mesma através do uso da infraestrutura (rede) de distribuição e é afetada pelo volume de energia entregue e pela tarifa. A tarifa de energia elétrica é composta por duas parcelas que refletem a composição da sua receita:

- **Parcela A** (custos não gerenciáveis): esta parcela deve ser neutra em relação ao desempenho da entidade, ou seja, os custos incorridos pela Companhia, classificáveis como Parcela A, são integralmente repassados ao consumidor ou suportados pelo Poder Concedente; e
- **Parcela B** (custos gerenciáveis): composta pelos gastos com investimento em infraestrutura, gastos com a operação e a manutenção e pela remuneração aos provedores de capital. Essa parcela é aquela que efetivamente afeta o desempenho da entidade, pois possui risco intrínseco de negócios por não haver garantia de neutralidade tarifária para essa parte.

Esse mecanismo de definição de tarifa pode originar diferença temporal que decorre da diferença entre os custos previstos (Parcela A e outros componentes financeiros) e incluídos na tarifa no início do período tarifário, e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essa diferença constitui um direito a receber pela Companhia nos casos em que os custos previstos e incluídos na tarifa são inferiores aos custos efetivamente incorridos, ou uma obrigação quando os custos previstos e incluídos na tarifa são superiores aos custos efetivamente incorridos.

3.14 Arrendamentos

Com a adoção do CPC 06 (R2) a Companhia passou a reconhecer um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente pelo valor presente dos pagamentos de aluguéis que não foram pagos na data de transição, descontados usando a taxa incremental, uma taxa nominal fixa baseada no endividamento da Companhia.

O prazo do arrendamento equivale ao período mínimo não cancelável dos contratos e a Companhia não adiciona ao prazo do arrendamento os períodos cobertos por uma opção de renovação, exceto nos casos em que a Companhia esteja razoavelmente certa de que a opção de renovação será exercida. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento e, quando aplicável, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados de forma antecipada, custos diretos iniciais incorridos, estimativas de custo para desmontagem e remoção e incentivos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente amortizado pelo mesmo método de amortização aplicado para itens similares do ativo intangível de direito de concessão e, se aplicável, também será reduzido por perdas por redução ao valor recuperável. A Companhia remensura o passivo de arrendamento se houver uma alteração no prazo do arrendamento ou se houver alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração no índice ou na taxa utilizada para determinar esses pagamentos, reconhecendo o valor da remensuração do passivo de arrendamento como ajuste ao ativo de direito de uso.

3.15 Mudanças nas principais políticas contábeis

No exercício corrente, a Companhia aplicou alterações às normas contábeis, bem como orientações técnicas emitidas pelo CPC e aprovadas pela CVM, que se tornaram obrigatórias para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2025. A adoção dessas alterações não teve impacto material nas divulgações ou nos valores apresentados nas demonstrações financeiras da Companhia.

Entre as principais mudanças, destacam-se as alterações do CPC 02 – Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis, que especificam como avaliar se uma moeda é conversível e como determinar a taxa de câmbio quando não for, e a adoção da orientação técnica OCPC 10, que estabelece diretrizes para o tratamento contábil de créditos de carbono (tCO₂e), permissões de emissão (*allowances*) e créditos de descarbonização (CBIO) das entidades atuantes no mercado brasileiro.

Outras novas normas também entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025, mas não afetaram materialmente as demonstrações financeiras da Companhia.

3.16 Novas normas e interpretações ainda não efetivas

Novas normas, emendas foram emitidas pelo CPC e aprovadas pela CVM e ainda não entraram em vigor para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2025. A Companhia não adotou essas alterações de forma antecipada na preparação destas demonstrações financeiras:

(a) CPC 51 – Apresentação e Divulgação em Demonstrações Contábeis

Foi emitido o CPC 51, que substitui o CPC 26 (R1) – Apresentação de Demonstrações Financeiras. Introduziu novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades serão obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício entre cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas.

A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela Administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para agregação e desagregação de informações financeiras com base nas funções identificadas das demonstrações financeiras primárias e das notas explicativas.

Alterações de escopo restrito foram feitas ao CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, incluindo a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de “lucro ou prejuízo do período” para “lucro ou prejuízo operacional”, e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros.

O CPC 51 e as alterações nas outras normas entrarão em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2027, com aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O CPC 51, será aplicado retrospectivamente.

A Companhia está atualmente avaliando os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras e suas respectivas notas explicativas a partir da data de adoção.

(b) Alterações ao CPC 48 e CPC 40 (R1) – Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros

Foram emitidas as alterações ao CPC 48 e CPC 40 que introduzem modificações relevantes aos requisitos de classificação, mensuração e divulgação de instrumentos financeiros. Entre as principais alterações estão: (i) esclarecimento sobre a baixa de passivos financeiros na “data de liquidação” e introdução de uma opção de política contábil para dar baixa em passivos financeiros liquidados por meio de sistemas eletrônicos de pagamento antes da data de liquidação; (ii) orientação adicional sobre avaliação de fluxos de caixa contratuais de ativos financeiros com características ESG; (iii) esclarecimentos sobre características sem direito de

regresso e instrumentos contratualmente vinculados; e (iv) novos requisitos de divulgação para instrumentos financeiros com características contingentes e para instrumentos patrimoniais mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

As alterações entram em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026, sendo permitida a adoção antecipada.

Não se espera impacto material sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

(c) Melhorias Anuais às Normas Contábeis

Foram emitidas as alterações pontuais em normas como CPC 37, CPC 40, CPC 48, CPC 36 e CPC 03 (R2), com o objetivo de melhorar a consistência e clareza das normas. As alterações entram em vigor para períodos iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026, sendo permitida a adoção antecipada.

Não se espera impacto material sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

(4) DETERMINAÇÃO DO VALOR JUSTO

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

A Companhia determinou o valor justo como o valor pelo qual um ativo pode ser negociado, ou um passivo liquidado, entre partes interessadas, conhecedoras do negócio e independentes entre si, com a ausência de fatores que pressionem para a liquidação da transação ou que caracterizem uma transação compulsória.

Os instrumentos financeiros reconhecidos a valores justos são valorizados através da cotação em mercado ativo para os respectivos instrumentos, ou quando tais preços não estiverem disponíveis, são valorizados através de modelos de precificação, aplicados individualmente para cada transação, levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, com base nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas através das curvas de juros de mercado, tendo como base, sempre que disponível, informações obtidas pelo site da B3 S.A.– Brasil, Bolsa, Balcão e Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais - ANBIMA (nota 31) e também contempla a taxa de risco de crédito da parte devedora.

O direito à indenização que será paga pela União no momento da reversão dos ativos da Companhia, ao final do seu prazo de concessão são classificados como mensurados a valor justo por meio do resultado. A metodologia adotada para valorização a valor justo destes ativos tem como ponto de partida o processo de revisão tarifária da Companhia. Este processo, realizado a cada cinco anos consiste na avaliação ao valor novo de reposição da infraestrutura de distribuição, conforme critérios estabelecidos pelo órgão regulador ANEEL. Esta base de avaliação também é utilizada para estabelecer a tarifa que anualmente, até o momento do próximo processo de revisão tarifária, é reajustada tendo como parâmetro os principais índices de inflação.

Desta forma, no momento da revisão tarifária, cada concessionária ajusta a posição do ativo financeiro base para indenização aos valores homologados pelo órgão regulador e utiliza o IPCA como melhor estimativa para ajustar o valor original até o próximo processo de revisão tarifária.

(5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/12/2025</u>	<u>31/12/2024</u>
Saldos bancários	42.204	88.228
Aplicações financeiras	242.214	304.405
Aplicação de curtíssimo prazo (a)	9.390	7.510
Títulos de crédito privado (b)	169.815	284.550
Fundos de investimento (c)	63.009	12.345
Total	<u>284.418</u>	<u>392.633</u>

- a) Saldos bancários disponíveis em conta corrente que são remunerados diariamente através de aplicações em Certificados de Depósitos Bancários (“CDBs”) e remuneração equivalente, na média de 30% da variação do Certificado de Depósito Interbancário (“CDI”) em 2025 e 2024.
- b) Corresponde a operações de curto prazo em: (i) (CDBs) no montante de R\$ 19.456 (R\$ 2.474 em 31 de dezembro de 2024) e (ii) operações compromissadas em debêntures R\$ 150.359 (R\$ 282.076 em 31 de dezembro de 2024), todas estas operações possuem liquidez diária, vencimento de curto prazo, baixo risco de crédito e remuneração equivalente, na média, a 100,68% do CDI (100,84% do CDI em 31 de dezembro de 2024).
- c) Representa valores aplicados em fundos com alta liquidez e remuneração equivalente, na média 99,21% do CDI (99,50% do CDI em 31 de dezembro de 2024), tendo como características aplicações pós-fixadas em CDI, lastreadas em títulos públicos federais, CDBs e operações compromissadas lastreadas em títulos de terceiros de instituições financeiras de grande porte com baixo risco de crédito e vencimento de curto prazo.

(6) TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	31/12/2025	31/12/2024
Através de fundos de investimentos (a)	68.160	158.260
Aplicação direta (b)	-	122.374
Total	68.160	280.634

- (a) Representa valores aplicados em títulos da dívida pública, Letra Financeira (“LF”) e Letra Financeira do Tesouro (“LFT”), através de cotas de fundos de investimento, no montante de R\$ 68.160 (R\$ 158.260 em 31 de dezembro de 2024), cuja remuneração equivalente, na média de 99,21% do CDI (99,50% do CDI em 31 de dezembro de 2024).
- (b) Representa principalmente títulos sem liquidez imediata e que não possuem no curto prazo possibilidade de resgate sem perda significativa de valor, com remuneração equivalente de 102,43% do CDI em 31 de dezembro de 2024.

(7) CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSIONÁRIAS

	Saldos vincendos	Vencidos		Total	
		até 90 dias	> 90 dias	31/12/2025	31/12/2024
Circulante					
Classes de consumidores					
Residencial	578.360	401.278	74.946	1.054.584	1.045.654
Industrial	33.283	24.586	40.921	98.790	108.520
Comercial	113.762	54.309	18.276	186.347	194.733
Rural	35.587	15.289	5.088	55.964	58.461
Poder público	51.614	11.863	1.760	65.237	75.179
Iluminação pública	56.845	4.164	1.280	62.289	71.979
Serviço público	38.918	18.782	6.877	64.577	90.844
Faturado	908.368	530.271	149.147	1.587.786	1.645.369
Não faturado	764.880	-	-	764.880	684.284
Parcelamento de débito de consumidores	98.350	28.142	28.902	155.394	151.676
Operações realizadas na CCEE	53.621	-	-	53.621	25.420
Concessionárias e permissionárias	1.761	-	-	1.761	4.850
Programa de incentivo à redução voluntária do consumo de energia elétrica	(4.213)	-	-	(4.213)	(4.361)
Outros	85	-	-	85	43
	1.822.853	558.412	178.049	2.559.314	2.507.282
Provisão para créditos de liquidação duvidosa				(191.174)	(205.032)
Total				2.368.140	2.302.250
Não circulante					
Parcelamento de débito de consumidores	74.156	-	-	74.156	78.397
Total	74.156	-	-	74.156	78.397

Parcelamento de débitos de consumidores – refere-se à negociação de créditos vencidos junto a consumidores das classes residencial, comercial, industrial, rural e poder público. As regras de parcelamento seguem as políticas internas da Companhia.

Provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PCLD")

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na perda esperada, utilizando a abordagem simplificada de reconhecimento, baseada em histórico e probabilidade futura de inadimplência. O detalhamento da metodologia de provisão está descrito na nota 31(f).

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	Consumidores, concessionárias e permissionárias	Outros ativos (nota 12)	Total
Saldo em 31/12/2023	(183.175)	(8.582)	(191.757)
Provisão revertida (constituída) líquida	(292.051)	(210)	(292.261)
Recuperação de receita	97.433	-	97.433
Baixa de contas a receber provisionadas	172.761	2.218	174.979
Saldo em 31/12/2024	(205.032)	(6.574)	(211.606)
Provisão revertida (constituída) líquida	(255.724)	(7.524)	(263.248)
Recuperação de receita	129.212	-	129.212
Baixa de contas a receber provisionadas	140.370	(6.986)	133.384
Saldo em 31/12/2025	(191.174)	(21.084)	(212.258)

(8) TRIBUTOS A COMPENSAR

	31/12/2025	31/12/2024
<u>Circulante</u>		
Imposto de renda e contribuição social a compensar	251.408	464.728
Imposto de renda e contribuição social a compensar	251.408	464.728
Imposto de renda e contribuição social retidos na fonte	14.859	21.586
ICMS a compensar	134.341	133.958
Programa de integração social - PIS	1.622	3.716
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	7.458	28.110
Outros	23.889	138
Outros tributos a compensar	182.169	187.508
Total circulante	433.577	652.236
<u>Não circulante</u>		
Contribuição social a compensar - CSLL	53.366	53.366
Imposto de renda a compensar - IRPJ	145.587	145.587
Imposto de renda e contribuição social a compensar	198.953	198.953
ICMS a compensar	171.668	167.270
Outros	78	58.323
Outros tributos a compensar	171.746	225.593
Total não circulante	370.700	424.546

Imposto de renda e Contribuição social a compensar - refere-se basicamente a saldo negativo de IRPJ e CSLL do período de 2022 e 2024.

Imposto de renda e contribuição social retidos na fonte no circulante: - refere-se principalmente a IRRF sobre aplicações financeiras e retenções de órgãos público.

ICMS a compensar – refere-se principalmente a crédito constituído de aquisição de bens que resultam no reconhecimento de ativos intangíveis e ativos financeiros.

Imposto de renda e contribuição social a compensar no não circulante: Refere-se ao reconhecimento de créditos tributários decorrentes da atualização pela taxa Selic incidente sobre valores recuperados por meio de repetição de indébito tributário. Em setembro de 2021, o Supremo Tribunal Federal (“STF”), firmou entendimento de que o Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (“IRPJ”) e a Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (“CSLL”) não incidem sobre a taxa Selic recebida pelo contribuinte na restituição ou compensação de tributos pagos indevidamente. A Companhia ajuizou ação judicial em julho de 2021, visando resguardar seu direito de recuperar os valores indevidamente tributados nos cinco anos anteriores ao ajuizamento da ação. Com base nessa decisão e na expectativa de realização dos créditos, a Administração procedeu ao reconhecimento contábil dos respectivos valores, registrados no ativo como tributos a compensar. A Companhia aguarda a decisão da ação judicial para iniciar a utilização do crédito tributário. Em 31 de dezembro de 2025 o saldo a compensar é de R\$ 198.953.

8.1 Exclusão do ICMS da base de PIS e COFINS:

Ativo	31/12/2025	31/12/2024
<u>Circulante</u>		
PIS sobre ICMS	151.638	151.638
COFINS sobre ICMS	698.454	698.454
Total circulante	850.092	850.092
<u>Não circulante</u>		
PIS sobre ICMS	169.408	287.955
COFINS sobre ICMS	780.303	1.326.338
Total não circulante	949.711	1.614.292
Passivo	31/12/2025	31/12/2024
<u>Circulante</u>		
PIS/COFINS devolução consumidores	622.472	622.472
Total circulante	622.472	622.472
<u>Não circulante</u>		
PIS/COFINS devolução consumidores	963.701	1.688.921
Total não circulante	963.701	1.688.921

Tendo em vista (i) decisão do Supremo Tribunal Federal (“STF”) em março de 2017 do tema 69 da repercussão geral e confirmou a tese de que o ICMS não compõem a base de cálculo do PIS e da COFINS (ii) decisão de maio de 2021 do Supremo Tribunal Federal (“STF”) que rejeitou os embargos de declaração opostos pela Fazenda Nacional nos autos do RE nº 574.706 a qual não modulou os efeitos de sua decisão para os contribuintes que já tivessem ações judiciais apresentadas anteriormente a 15 de março de 2017, e (iii) os termos do CPC 25 item 33 que discorre sobre o conceito de classificação de ativo considerado “praticamente certo” e (iv) a Companhia possui uma ação judicial relacionado ao ICMS não compor a base de cálculo do PIS e da COFINS, foram reconhecidos em junho de 2021 os créditos de PIS e COFINS, através do registro de ativo de tributos a compensar e passivo com consumidores em outras contas a pagar no montante de R\$ 4.087.795.

Em outubro de 2021, a Companhia obteve o trânsito em julgado em sua ação judicial, tendo sido reconhecido o seu direito à não inclusão dos valores do ICMS faturado na base de cálculo do PIS e COFINS, bem como, de reaver valores recolhidos anteriormente (a partir de junho de 2005). Em fevereiro de 2022, o crédito decorrente da ação judicial foi habilitado junto a Receita Federal do Brasil e houve o início da utilização do crédito para compensar outros tributos a recolher administrados pela Receita Federal do Brasil.

Com isso, no reajuste tarifário de abril de 2022 e na RTE de 13 de julho de 2022, foram repassados parte dos valores oriundos de créditos decorrentes da referida ação judicial, como componente financeiro negativo extraordinário no total de R\$ 773.880, de igual maneira nos reajustes tarifários de abril de 2023, 2024 e 2025 houve repasse nos montantes de R\$ 1.007.900, R\$ 756.374 e R\$ 871.150 (nota 9) restando assim no passivo com consumidores, o saldo de R\$ 1.586.173 atualizado até 31 de dezembro de 2025 (R\$ 2.311.393 em 31 de dezembro de 2024).

Em 2024, a Companhia recebeu da Receita Federal do Brasil a resposta à Solução Consulta previamente apresentada, no qual foi externado o entendimento sobre a necessidade de oferecimento a tributação de tal crédito para fins de IRPJ/CSLL e PIS/COFINS. Assim, nos termos da orientação acima, a tributação foi realizada, e o montante de R\$ 1.001.007 foi recolhido em fevereiro de 2024. Tais valores foram ajustados entre o Reajuste Tarifário Anual de 2024 e 2025, resultando na neutralização do efeito tarifário.

Em relação ao ativo de tributos a compensar, levando-se em conta o início das compensações em fevereiro de 2022, até dezembro de 2025 já foram compensados junto à Receita Federal do Brasil o montante de R\$ 3.401.753, o saldo atualizado até 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 1.799.803 (R\$ 2.464.384 em 31 de dezembro de 2024).

Em 22 de julho de 2025 houve a conclusão da Consulta Pública da ANEEL nº 05/2021, sendo que a Agência manteve a interpretação de que os créditos tributários devem ser devolvidos integralmente aos consumidores. Em 14 de agosto de 2025, o Supremo Tribunal Federal - STF concluiu o julgamento da ADI (Ação Direta de Inconstitucionalidade) nº 7324 e, por maioria de votos, julgou parcialmente procedente o pedido, mantendo a constitucionalidade da Lei nº 14.385/2022, e definindo a destinação dos valores de indébitos tributários restituídos em favor dos consumidores, e ainda (i) permitindo a dedução dos tributos incidentes sobre a restituição, bem como dos honorários específicos dispendidos pelas concessionárias, para o fim de obter a repetição do indébito; e (ii) observando o prazo de 10 anos, contados da data da efetiva restituição do indébito às distribuidoras ou da homologação definitiva da compensação por elas realizada. Por fim, o Tribunal decidiu que o recebimento de boa-fé a maior pelo usuário consumidor não será objeto de repetição.

Importante salientar que, baseada na opinião de seus assessores legais, a Companhia entende que a necessidade de reembolso aos consumidores dos montantes recebidos em virtude de ação judicial está limitada ao prazo prescricional de 10 anos, e aguarda o julgamento dos embargos de declaração protocolados pela Abradee (Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica) no Supremo Tribunal Federal - STF.

Logo, diante das incertezas quanto à contagem do prazo prescricional e à forma de aplicação da decisão proferida na ADI 7324, a Administração entende que, neste momento, não dispõe de elementos suficientes para elaborar estimativa confiável do montante que poderia ser revertido do passivo antes do julgamento dos embargos de declaração. Ressalte-se, contudo, que a opção da Companhia por não reconhecer qualquer crédito tributário nesta fase não implica renúncia ao direito que lhe assiste.

(9) ATIVO E PASSIVO FINANCEIRO SETORIAL

A composição dos saldos e a movimentação do exercício do ativo e passivo financeiro setorial são como segue:

	Saldo em 31/12/2024			Receita operacional (nota 24)		Resultado financeiro (nota 27)	Devolução aos consumidores	Recebimento	Saldo em 31/12/2025		
	Diferido	Homologado	Total	Constituição	Realização	Atualização monetária		CDE Eletrobrás	Diferido	Homologado	Total
Parcela "A"	(30.592)	16.861	(13.731)	633.607	115.704	59.917	-	(14.068)	800.190	(18.761)	781.428
CVA (*)											
CDE (**)	(57.600)	(27.961)	(85.561)	460.906	42.656	12.999	-	(14.068)	435.399	(18.468)	416.931
Custos energia elétrica	(88.285)	(109.765)	(198.050)	164.386	224.299	14.156	-	-	220.081	(15.290)	204.791
ESS e EER (***)	58.274	57.029	115.303	(73.411)	(82.515)	3.409	-	-	(56.860)	19.446	(37.215)
Proinfa	(677)	(2.709)	(3.386)	23.990	(13.516)	2.408	-	-	1.931	7.565	9.496
Rede básica	114.171	93.104	207.275	116.345	(179.063)	17.040	-	-	123.074	38.523	161.597
Repasse de Itaipu	(63.239)	(86.438)	(149.677)	(75.640)	169.314	(5.592)	-	-	(27.867)	(33.727)	(61.594)
Transporte de Itaipu	(879)	17.244	16.365	15.828	(13.742)	(31)	-	-	18.742	(322)	18.420
Neutralidade dos encargos setoriais	(40.240)	(39.633)	(79.873)	49.218	85.140	448	-	-	71.745	(16.812)	54.932
Sobrecontratação	64.504	115.990	180.493	(16.488)	(116.868)	15.080	-	-	61.892	325	62.217
Bandeira Tarifária Faturada	(16.620)	-	(16.620)	(31.527)	-	-	-	-	(48.147)	-	(48.147)
Outros componentes financeiros	(670.028)	(257.623)	(927.651)	(153.162)	1.387.380	(67.720)	(1.023.642)	-	(328.414)	(456.380)	(784.793)
Devolução do crédito de PIS/COFINS	(328.155)	(211.139)	(539.293)	(127.076)	1.154.880	-	(871.150)	-	(33.974)	(348.665)	(382.639)
Ultrap.Dem.e Exced.Reativos	(268.310)	(41.134)	(309.444)	(118.429)	12.662	(46.575)	-	-	(433.314)	(28.472)	(461.786)
Geração distribuída	-	-	-	-	111.353	-	(152.492)	-	-	(41.139)	(41.139)
Outros	(73.563)	(5.350)	(78.913)	92.343	108.486	(21.145)	-	-	138.874	(38.103)	100.771
Total	(700.619)	(240.762)	(941.381)	480.445	1.503.084	(7.803)	(1.023.642)	(14.068)	471.776	(475.141)	(3.366)
Ativo circulante			-								662.743
Ativo não circulante			-								242.346
Passivo circulante			(528.869)								(459.238)
Passivo não circulante			(412.512)								(449.217)

(*) Conta de compensação da variação dos valores de itens da parcela "A"

(**) Conta de desenvolvimento energético

(***) Encargo do serviço do sistema ("ESS") e Encargo de energia de reserva ("EER")

CVA: referem-se às contas de variação da Parcela A, conforme nota 3.13. Os valores apurados são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC e compensados nos processos tarifários subsequentes.

Neutralidade dos encargos setoriais: refere-se à neutralidade dos encargos setoriais constantes das tarifas de energia elétrica, apurando as diferenças mensais entre a receita relativa a esses encargos e os respectivos valores contemplados no momento da constituição da tarifa das distribuidoras.

Sobrecontratação: as distribuidoras de energia elétrica são obrigadas a garantir 100% do seu mercado de energia por meio de contratos aprovados, registrados e homologados pela ANEEL, tendo também a garantia do repasse às tarifas dos custos ou receitas decorrentes das sobras de energia elétrica, limitadas a 5% do requisito regulatório, e dos custos decorrentes de déficits de energia elétrica. Os valores apurados são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC e compensados nos processos tarifários subsequentes.

Outros componentes financeiros: (i) **Devolução do crédito de PIS/COFINS:** conforme a Resolução Homologatória ("REH") nº 3.452 relativa ao RTA de 2025, foi considerado o passivo financeiro setorial decorrente dos créditos de PIS/COFINS referente exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS/COFINS, no valor de R\$ 871.150, que estava registrado em PIS/COFINS devolução consumidores, em outras contas a pagar, e foi transferido para ativos e passivos financeiros setoriais no primeiro trimestre de 2025 (nota 8.1); (ii) **Ultrapassagem de demanda e excedente de reativos:** valores em constituição e valores já homologados em revisão tarifária periódica e que passaram a ser amortizados pelo prazo de vigência da revisão (iii) **Geração Distribuída:** Conforme disposto no Despacho nº 684/2025, foi incorporado na definição da energia requerida a consideração do mercado de fornecimento medido e a dedução da energia injetada pela MMGD, com vigência a partir dos processos tarifários de 2025, em conformidade com o princípio da modicidade tarifária prevista pelo artigo 13 da Lei nº 14.300 de 2022. Em 2025 foi considerado o montante de R\$ 152.492 que estava registrado no grupo de contas a pagar com os consumidores e foi transferido para ativos e passivos financeiros setoriais para devolução aos consumidores e (iv) **Outros:** (i) CDE GD; (ii) CDE covid e escassez hídrica; (iii) bolha de diferimento, entre outros.

Recebimento – CDE Eletrobrás: conforme disposto na Resolução CNPE nº 15/2021, parte dos recursos decorrentes da Privatização da Eletrobrás estão sendo destinados à modicidade tarifária por meio de aportes ao fundo setorial CDE, desde 2022 e término em 2047. Nesse período, os recursos anuais aportados ao Fundo Setorial da CDE serão repassados às distribuidoras para reversão nos processos tarifários subsequentes em benefício dos consumidores. O repasse de 2025 ocorreu em maio, cujo valor de R\$ 14.068 foi homologado por meio do Despacho nº 1.536 de 23 de maio de 2025.

(10) DÉBITOS FISCAIS DIFERIDOS

10.1 - Composição dos (débitos) e créditos fiscais diferidos:

	31/12/2025	31/12/2024
<u>Crédito (Débito) de contribuição social</u>		
Benefício fiscal do intangível incorporado	8.866	13.492
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis	(246.547)	(183.308)
Subtotal	(237.681)	(169.816)
<u>Crédito (Débito) de imposto de renda</u>		
Benefício fiscal do intangível incorporado	24.628	37.477
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis	(684.854)	(509.188)
Subtotal	(660.226)	(471.712)
Total	(897.907)	(641.528)

A expectativa de recuperação dos créditos fiscais diferidos decorrentes de diferenças temporariamente indedutíveis e benefício fiscal do intangível incorporado, está baseada nas projeções de lucros tributáveis futuros.

10.2 - Benefício fiscal do intangível incorporado:

Refere-se ao benefício fiscal calculado sobre o intangível de aquisição incorporado e está registrado de acordo com os conceitos das Instruções CVM nº 319/1999 e nº 349/2001 e ICPC 09 (R3) – Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método de Equivalência Patrimonial. O benefício está sendo realizado de forma proporcional à amortização fiscal dos intangíveis incorporados que os originaram, conforme CPC 27 e CPC 04 (R1) – Esclarecimentos sobre os métodos aceitáveis de depreciação e amortização. A taxa anual de amortização aplicada é linear de 3,0% ao ano.

10.3 - Saldos acumulados sobre diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis:

	31/12/2025		31/12/2024	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis				
Provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e outras	30.825	85.625	30.003	83.341
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	19.553	54.315	19.495	54.152
Provisão energia livre	11.697	32.493	10.362	28.783
Programas de P&D e eficiência energética	8.996	24.989	7.315	20.318
Provisão relacionada a pessoal	3.933	10.926	3.756	10.434
Marcação a Mercado - Derivativos	(4.509)	(12.525)	(263)	(732)
Marcação a Mercado - Dívidas	(5.415)	(15.042)	(1.878)	(5.217)
Derivativos	16.456	45.712	(11.385)	(31.625)
Registro da concessão - ajuste do intangível	(489)	(1.359)	(745)	(2.069)
Registro da concessão - ajuste do ativo financeiro	(329.353)	(914.868)	(275.739)	(765.941)
Outros	1.757	4.881	35.772	99.368
Total	(246.547)	(684.854)	(183.308)	(509.188)

10.4 – Expectativa do período de recuperação

A expectativa do período de recuperação dos créditos fiscais diferidos registrados no não circulante, decorrentes de diferenças temporariamente indedutíveis/tributáveis e benefício fiscal do intangível incorporado, estão baseadas no período médio de realização de cada item constante do ativo diferido. Sua composição é como segue:

Expectativa de recuperação

2026	173.016
2027	103.076
2028	47.489
2029	11.982
2030	11.958
2031 a 2033	28.679
2034 a 2036	9.453
Total	385.653

10.5 - Reconciliação dos montantes de contribuição social e imposto de renda registrados nos resultados dos exercícios de 2025 e 2024:

	2025		2024	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Lucro antes dos tributos	2.488.914	2.488.914	2.087.968	2.087.968
Ajustes para refletir a alíquota efetiva:				
Incentivos fiscais - PIIT (*)	(5.055)	(5.055)	(1.995)	(3.190)
Ajuste de receita de ultrapassagem e excedente de reativos	118.429	118.429	120.941	120.941
Despesa Juros sobre o capital próprio	(308.905)	(308.905)	(138.500)	(138.500)
Outras adições (exclusões) permanentes líquidas	(437.083)	(463.399)	(87.707)	(118.049)
Base de cálculo	1.856.300	1.829.984	1.980.706	1.949.169
Alíquota aplicável	9%	25%	9%	25%
Total	(167.067)	(457.496)	(178.264)	(487.292)
 Corrente	 (99.203)	 (268.982)	 (151.918)	 (414.107)
Diferido	(67.864)	(188.514)	(26.346)	(73.186)

(*) Programa de incentivo de inovação tecnológica

A despesa de imposto de renda e contribuição social diferidos registrados no resultado do exercício de R\$ 256.378 (R\$ 99.532 em 2024) refere-se a (i) benefício fiscal do intangível incorporado R\$ 17.475 (R\$ 17.475 em 2024); (ii) diferenças temporárias R\$ 238.903 (R\$ 82.057 em 2024).

10.6 Imposto de renda e contribuição social diferidos reconhecidos diretamente no patrimônio líquido

O imposto de renda e a contribuição social diferidos reconhecidos diretamente no Patrimônio Líquido (outros resultados abrangentes) nos exercícios de 2025 e 2024 foram os seguintes:

	2025		2024	
	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ
Perdas (ganhos) atuariais	175.442	175.442	(675.287)	(675.287)
Efeito do limite máximo de reconhecimento de ativo	50.400	50.400	154.869	154.869
Base de cálculo	225.842	225.842	(520.418)	(520.418)
Alíquota aplicável	9%	25%	9%	25%
Tributos apurados	(20.326)	(56.461)	46.838	130.104
Limitação na constituição (reversão) de créditos fiscais constituídos	20.326	56.461	31.520	87.555
Total de tributos reconhecidos em outros resultados abrangentes	-	-	78.357	217.660

(11) ATIVO FINANCEIRO DA CONCESSÃO

Saldo em 31/12/2023	9.148.138
Transferência - ativo contratual	1.139.005
Transferência - intangível em serviço	(1.178)
Ajuste ao valor justo	469.588
Baixas	(66.853)
Saldo em 31/12/2024	10.688.700
Transferência - ativo contratual	1.383.147
Transferência - intangível em serviço	(3.072)
Ajuste ao valor justo	635.251
Baixas	(86.789)
Saldo em 31/12/2025	12.617.237

O saldo refere-se ao ativo financeiro, correspondente ao direito estabelecido no contrato de concessão de energia de receber caixa via indenização, no momento da reversão dos ativos ao Poder Concedente ao término da concessão, e a diferença para ajustar o saldo ao valor justo (valor novo de reposição “VNR” – nota 4), é registrada como contrapartida na conta de receita operacional (nota 24) no resultado do exercício.

Em 2025, o valor das baixas de R\$ 86.789 (R\$ 66.853 em 2024) refere-se tanto à baixa do ativo de R\$ 47.245 (R\$ 34.393 em 2024) como à baixa de sua respectiva atualização de R\$ 39.544 (R\$ 32.460 em 2024).

(12) OUTROS ATIVOS

	Circulante		Não circulante	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Adiantamentos - fornecedores	12.984	5.251	-	-
Cauções, fundos e depósitos vinculados	32.962	30.807	-	-
Ordens em curso	95.197	86.368	-	-
Bens destinados a alienação	-	-	164	164
Serviços prestados a terceiros	11.214	12.347	-	-
Despesas antecipadas	78.496	76.434	8.487	15.648
Contas a receber - CDE	351.229	281.809	-	-
Adiantamentos a funcionários	9.675	7.825	-	-
Arrendamentos e alugueis	46.190	41.748	-	-
Outros	32.083	46.979	7.537	7.671
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (nota 7)	(21.084)	(6.574)	-	-
Total	648.945	582.995	16.187	23.482

Cauções, fundos e depósitos vinculados - garantias oferecidas para operações na CCEE e aplicações financeiras exigidas por contratos de financiamento da Companhia.

Ordens em curso – compreende a custos e receitas relacionados à desativação ou alienação, em andamento, de bens do ativo intangível e os custos dos serviços relacionados a gastos com os projetos em andamento dos Programas de Eficiência Energética (“PEE”) e Pesquisa e Desenvolvimento (“P&D”). Quando do encerramento dos respectivos projetos, os saldos são amortizados em contrapartida ao respectivo passivo registrado em outras contas a pagar (nota 21).

Despesas antecipadas - refere-se principalmente a antecipação de despesas com PROINFA e licença de *software*.

Contas a receber – CDE – refere-se às: (i) subvenções de baixa renda no montante de R\$ 33.876 (R\$ 21.660 em 31 de dezembro de 2024); (ii) outros descontos tarifários concedidos aos consumidores no montante de R\$ 317.353 (R\$ 254.928 em 31 de dezembro de 2024) e (iii) subvenção de bandeira tarifária no montante de R\$ 5.221 em 31 de dezembro de 2024 (nota 24.3).

Outros: refere-se, principalmente, ao direito de uso dos contratos de arrendamento da Companhia.

(13) ATIVO CONTRATUAL

Saldo em 31/12/2023	1.056.325
Adições	1.922.196
Transferência - Intangível em serviço	(199.852)
Transferência - Ativo financeiro	(1.139.005)
Saldo em 31/12/2024	1.639.665
Adições	2.064.193
Transferência - Intangível em serviço	(121.988)
Transferência - Ativo financeiro	(1.383.147)
Saldo em 31/12/2025	2.198.723

Referem-se aos ativos de infraestrutura da concessão durante o período de construção.

(14) INTANGÍVEL

	Direito de concessão		
	Infraestrutura de distribuição - em serviço	Outros ativos intangíveis	Total
Saldo em 31/12/2023	1.634.292	499	1.634.791
Custo histórico	6.258.381	9.723	6.268.104
Amortização acumulada	(4.624.089)	(9.224)	(4.633.313)
Amortização	(459.755)	(202)	(459.957)
Transferência - ativo contratual	199.852	-	199.852
Transferência - ativo financeiro	1.178	-	1.178
Baixa e transferência - outros ativos	(12.468)	-	(12.468)
Saldo em 31/12/2024	1.363.099	297	1.363.396
Custo histórico	6.332.977	9.723	6.342.700
Amortização acumulada	(4.969.878)	(9.426)	(4.979.304)
Amortização	(502.145)	(141)	(502.286)
Transferência - ativo contratual	121.988	-	121.988
Transferência - ativo financeiro	3.072	-	3.072
Baixa e transferência - outros ativos	(11.780)	-	(11.780)
Saldo em 31/12/2025	974.234	155	974.389
Custo histórico	6.333.572	9.722	6.343.294
Amortização acumulada	(5.359.338)	(9.567)	(5.368.905)

Os valores de amortização dos ativos intangíveis de infraestrutura de distribuição estão registrados na demonstração do resultado na rubrica de "amortização".

Em conformidade com o CPC 20 (R1), os juros referentes aos empréstimos tomados pela Companhia para o financiamento das obras são capitalizados durante a fase de construção, para os ativos qualificáveis. No exercício de 2025 foram capitalizados R\$ 24.900 (R\$ 19.430 em 2024), a uma taxa média de 7,97% a.a. (7,66% a.a. em 2024) (nota 27).

Teste de redução ao valor recuperável dos ativos

Para todos os exercícios apresentados, a Companhia avaliou eventuais indicativos de desvalorização de seus ativos que pudessem gerar a necessidade de testes sobre o valor de recuperação. Tal avaliação foi baseada em fontes externas e internas de informação, levando-se em consideração variações em taxas de juros, mudanças em condições de mercado, dentre outros. Para os exercícios de 2025 e 2024, não houve necessidade de provisão para redução ao valor recuperável dos ativos intangíveis.

(15) FORNECEDORES

	31/12/2025	31/12/2024
Encargos de serviço do sistema	2.767	19.632
Suprimento de energia elétrica	839.100	745.778
Encargos de uso da rede elétrica	240.596	239.168
Materiais e serviços	461.498	477.777
Energia livre	203.860	178.317
Total	1.747.820	1.660.673

(16) EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

A movimentação dos empréstimos e financiamentos está demonstrada a seguir:

Modalidade	Saldo em 31/12/2024	Captação	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Atualização cambial	Encargos pagos	Saldo em 31/12/2025
Moeda nacional							
Mensuradas ao custo							
Pós Fixado							
IPCA	1.734.301	-	(197.229)	147.723	-	(71.800)	1.612.996
Gastos com captação	(6.190)	-	-	2.396	-	-	(3.794)
Total moeda nacional	1.728.111	-	(197.229)	150.119	-	(71.800)	1.609.202
Moeda estrangeira							
Mensuradas ao valor justo							
Dólar	723.881	-	(660.317)	9.552	(59.008)	(14.109)	-
Iene	1.072.573	295.000	-	15.278	(143.340)	(14.278)	1.225.233
Renminbi	-	550.136	-	7.599	10.460	(6.977)	561.217
Marcação a mercado	(20.869)	-	-	2.205	-	-	(18.665)
Total moeda estrangeira	1.775.585	845.136	(660.317)	34.634	(191.888)	(35.364)	1.767.786
Total	3.503.696	845.136	(857.545)	184.753	(191.888)	(107.163)	3.376.988
Circulante	917.994						1.162.596
Não circulante	2.585.702						2.214.392

Modalidade	Saldo em 31/12/2023	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Atualização cambial	Encargos pagos	Saldo em 31/12/2024
Moeda nacional						
Mensuradas ao custo						
Pós Fixado						
IPCA	1.837.490	(187.652)	161.382	-	(76.918)	1.734.301
CDI	799.669	(650.000)	33.803	-	(183.472)	-
Gastos com captação	(9.331)	-	3.140	-	-	(6.190)
Total moeda nacional	2.627.828	(837.652)	198.325	-	(260.390)	1.728.111
Moeda estrangeira						
Mensuradas ao valor justo						
Dólar	727.206	(165.049)	26.644	161.523	(26.443)	723.881
Iene	935.432	-	12.158	136.592	(11.610)	1.072.573
Marcação a mercado	(28.470)	-	7.600	-	-	(20.869)
Total moeda estrangeira	1.634.169	(165.049)	46.403	298.115	(38.053)	1.775.585
Total	4.261.997	(1.002.702)	244.728	298.115	(298.443)	3.503.696
Circulante	1.149.812					917.994
Não circulante	3.112.185					2.585.702

Em consonância com o CPC 48, os gastos com captação referem-se aos custos diretamente atribuíveis às dívidas e estas são classificadas como (i) passivos financeiros mensurados ao custo amortizado, e (ii) passivos financeiros mensurados ao valor justo contra resultado.

A classificação como passivos financeiros dos empréstimos e financiamentos mensurados ao valor justo tem o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas oriundas da marcação a

mercado dos derivativos de proteção, atrelados às respectivas dívidas de modo a obter uma informação contábil mais relevante e consistente, reduzindo o descasamento contábil.

As mudanças dos valores justos destas dívidas são reconhecidas no resultado financeiro da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2025 os ganhos acumulados não realizados obtidos na marcação a mercado das referidas dívidas foram de R\$ 18.665 (R\$ 20.869 em 31 de dezembro de 2024) que reduzidos das perdas não realizadas obtidas com a marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos de R\$ 8.536 (perdas de R\$ 30.590 em 31 de dezembro de 2024), contratados para proteção da variação cambial (nota 31.b), geraram um ganho líquido não realizado de R\$ 10.129 (perda R\$ 9.721 em 31 de dezembro de 2024).

Os detalhes dos empréstimos e financiamentos estão demonstrados a seguir:

Modalidade	Encargos financeiros anuais	31/12/2025	31/12/2024	Faixa de vencimento	Garantia
Mensuradas ao custo					
Moeda nacional					
Pós Fixado					
IPCA					
FINEM	IPCA + 4,27% a 4,74%	1.612.996	1.734.301	2020 a 2027	Fiança da CPFL Energia e recebíveis
Gastos com captação		(3.794)	(6.190)		
Total moeda nacional		1.609.202	1.728.111		
Mensuradas ao valor justo					
Moeda estrangeira					
Empréstimos bancários (Lei 4.131)					
Dólar	US\$ + 4,84% e US\$ + Sofr + 0,99%	-	723.881	2022 a 2025	Fiança da CPFL Energia e nota promissória
Iene	Iene + 1,20% a 1,44%	1.225.233	1.072.573	2023 a 2027	Fiança da CPFL Energia e nota promissória
Renminbi	CNH + Shíbor 3 meses + 0,98%	561.217	-	2025 a 2031	Fiança da CPFL Energia e nota promissória
Marcação a mercado		(18.665)	(20.869)		
Total moeda estrangeira		1.767.786	1.775.585		
Total		3.376.988	3.503.696		

Determinados empréstimos bancários, principalmente os contratados em moeda estrangeira, possuem swap convertendo variação cambial e taxa pré-fixada para variação de taxa de juros. Para mais informações sobre as taxas consideradas, vide nota 31. A taxa efetiva dos empréstimos mensurados ao custo variam de 90% a 120% do CDI.

Os saldos de principal dos empréstimos e financiamentos registrados no passivo não circulante têm vencimentos assim programados:

Ano de vencimento

2027	1.765.806
2028	163.273
2029	140.149
2030	117.024
2031	46.950
Subtotal	2.233.202
Marcação a mercado	(18.810)
Total	2.214.392

Os principais índices utilizados para atualização dos empréstimos e financiamentos e a composição do perfil de endividamento em moeda nacional e estrangeira, já considerando os efeitos dos instrumentos derivativos estão abaixo demonstrados:

Indexador	Variação acumulada %		% da dívida	
	2025	2024	2025	2024
IPCA	4,26	4,83	57,15	49,32
CDI	14,90	12,15	42,85	50,68
			100,00	100,00

Adições no exercício:

Modalidade	Montantes R\$ mil		Pagamento de juros	Amortização de principal	Destinação do recurso	Encargo financeiro e taxa efetiva anual	Taxa efetiva com derivativo
	Total aprovado	Liberado em 2025					
Moeda Estrangeira - Lei 4.131							
Empréstimo bancário	295.000	295.000	Semestral	Parcela única em Dezembro de 2027	Capital de giro	JPY + 1,44%	CDI + 0,64%
Empréstimo bancário	1.100.271	550.136	Trimestral	8 Parcelas - Set/27, Mar/28, Set/28, Mar/29, Set/29, Mar/30, Set/30, Mar/31	Investimento	RMB + SHIBOR + 0,98%	CDI - 0,14%
	1.395.271	845.136					

Condições restritivas

Os empréstimos e financiamentos obtidos pela Companhia exigem o cumprimento de algumas cláusulas restritivas financeiras, sob pena de limitação à distribuição de dividendos, e/ou antecipação de vencimento das dívidas vinculadas. Algumas cláusulas contratuais estão vinculadas à índices financeiros da controladora CPFL Energia S.A. ("CPFL Energia"). Ainda, o não cumprimento das obrigações ou restrições mencionadas pode ocasionar a inadimplência em relação a outras obrigações contratuais (*cross default*), dependendo de cada contrato de empréstimo e financiamento.

As apurações são feitas anualmente. Como os índices máximo e mínimo variam entre os contratos, apresentamos abaixo os parâmetros mais críticos de cada índice, considerando todos os contratos vigentes em 31 de dezembro de 2025.

Índices exigidos nas demonstrações financeiras da Companhia

- Dívida Líquida dividida pelo EBITDA ajustado menor ou igual a 4,00.

Índices exigidos nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora CPFL Energia

- Dívida Líquida dividida pelo EBITDA ajustado menor ou igual a 3,75; e,
- EBITDA ajustado dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 2,25

A definição de EBITDA na controladora CPFL Energia, para fins de apuração de *covenants* leva em consideração principalmente a consolidação de controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto com base na participação societária detida direta ou indiretamente (tanto para EBITDA como para ativos e passivos).

A Administração da Companhia monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. Em 31 de dezembro de 2025, a Administração da Companhia não identificou eventos ou condições de não conformidade de cláusulas financeiras e não financeiras.

(17) DEBÊNTURES

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

Modalidade	Saldo em 31/12/2024	Captação	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Encargos pagos	Saldo em 31/12/2025
Mensuradas ao custo						
Pós fixado						
CDI	4.772.468	2.400.000	(3.482.857)	584.418	(562.310)	3.711.719
IPCA	184.669	570.000	(65.446)	36.084	(9.637)	715.670
Gastos com captação	(11.380)	(25.963)	-	7.796	-	(29.547)
Total ao custo	4.945.757	2.944.037	(3.548.303)	628.298	(571.947)	4.397.842
Mensuradas ao valor justo						
Pós fixado						
IPCA	798.310	792.000	-	162.988	(76.609)	1.676.689
Marcação a mercado	(92.604)	-	-	86.828	-	(5.775)
Total ao valor justo	705.707	792.000	-	249.816	(76.609)	1.670.914
Total	5.651.464	3.736.037	(3.548.303)	878.115	(648.556)	6.068.756
Circulante	392.430					451.997
Não circulante	5.259.034					5.616.759

Modalidade	Saldo em 31/12/2023	Captação	Amortização principal	Encargos, atualização monetária e marcação a mercado	Encargos pagos	Saldo em 31/12/2024
Mensuradas ao custo						
Pós fixado						
CDI	3.964.089	1.768.000	(968.143)	559.315	(550.794)	4.772.468
IPCA	433.449	-	(254.601)	26.622	(20.801)	184.669
Gastos com captação	(12.027)	(4.873)	-	5.520	-	(11.380)
Total ao custo	4.385.511	1.763.127	(1.222.744)	591.458	(571.595)	4.945.757
Mensuradas ao valor justo						
Pós fixado						
IPCA	760.175	-	-	82.075	(43.940)	798.310
Marcação a mercado	(14.952)	-	-	(77.651)	-	(92.604)
Total ao valor justo	745.223	-	-	4.423	(43.940)	705.707
Total	5.130.734	1.763.127	(1.222.744)	595.881	(615.534)	5.651.464
Circulante	279.250					392.430
Não circulante	4.851.484					5.259.034

Em consonância com o CPC 48, os gastos com emissão referem-se aos custos diretamente atribuíveis à emissão das debêntures e estas são classificadas como (i) passivos financeiros mensurados ao custo amortizado e (ii) passivos financeiros mensurados ao valor justo contra resultado.

A classificação como passivos financeiros de debêntures mensurados ao valor justo, tem o objetivo de confrontar os efeitos do reconhecimento de receitas e despesas oriundas da marcação a mercado dos derivativos de proteção, atrelados às respectivas debêntures, de modo a reduzir o descasamento contábil.

As mudanças dos valores justos destas debêntures são reconhecidas no resultado financeiro da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2025 os ganhos acumulados não realizados obtidos na marcação a mercado das referidas debêntures foram de R\$ 5.775 (R\$ 92.604 em 31 de dezembro de 2024), que acrescido dos ganhos obtidos não realizados com a marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos de R\$ 52.863 (perdas R\$ 59.087 em 31 de dezembro de 2024), contratados para proteção da variação de taxa de juros (nota 31), geraram um ganho não realizado de R\$ 58.638 (R\$ 33.517 em 31 de dezembro de 2024).

Os detalhes das debêntures estão demonstrados a seguir:

Modalidade	Encargos financeiros anuais	31/12/2025	31/12/2024	Faixa de vencimento	Garantia
Mensuradas ao custo					
Pós fixado					
CDI	CDI + 0,49% a 0,59%	3.711.719	4.772.468	2024 a 2030	Fiança da CPFL Energia
IPCA	IPCA + de 5,05% a 6,90%	715.670	184.669	2025 a 2035	Fiança da CPFL Energia
Gastos com captação		(29.547)	(11.380)		
Total mensuradas ao custo		4.397.842	4.945.757		
Mensuradas ao valor justo					
Pós fixado					
IPCA	IPCA + de 6,18% a 7,71%	1.676.689	798.310	2029 a 2033	Fiança da CPFL Energia
Marcação a mercado		(5.775)	(92.604)		
Total mensuradas ao valor justo		1.670.914	705.707		
Total		6.068.756	5.651.464		

Algumas debêntures possuem swap convertendo variação de IPCA para variação de CDI. Para mais informações sobre as taxas consideradas, vide nota 31. A taxa efetiva das debêntures mensuradas ao custo variam de 0,45% a 1,50% do CDI e IPCA + 5,05%.

O saldo de principal de debêntures registrado no passivo não circulante tem seus vencimentos assim programados:

Ano de vencimento

2027	274.363
2028	296.139
2029	2.366.268
2030	477.989
2031	71.528
2032 a 2036	2.136.247
Subtotal	5.622.534
Marcação a mercado	(5.775)
Total	5.616.759

Adições no exercício:

Modalidade	Quantidade emitida	Montantes R\$ mil		Pagamento de juros	Amortização do principal	Destinação do recurso	Encargo financeiro/Taxa efetiva anual
		Liberado em 2025	Liberado líquido dos gastos de emissão				
Moeda nacional - CDI							
16ª Emissão - 1ª série	2.400.000	2.400.000	2.391.226	Trimestral	5 parcelas - Fev/29, Mai/29, Ago/29, Nov/29 e Fev/30	Gestão de passivos	CDI + 0,59%
Moeda nacional - IPCA							
16ª Emissão - 2ª série	792.000	792.000	792.000	Semestral	5 Parcelas - Fev/33, Ago/33, Fev/34, Ago/34 e Fev/35	Investimento	IPCA + 7,70%
17ª Emissão	570.000	570.000	552.811	Semestral	5 Parcelas - Set/ 33, Mar/34, Set/34, Mar/35 e Set/35	Investimento	IPCA + 6,90%
	3.762.000	3.762.000	3.736.037				

Pré pagamento

No exercício de 2025 foram liquidadas antecipadamente R\$ 3.192.000 de debêntures da 12ª emissão, cujo vencimento original era até dezembro de 2026.

Condições restritivas:

As debêntures emitidas pela Companhia exigem o cumprimento de algumas cláusulas restritivas financeiras da sua controladora CPFL Energia.

As apurações são feitas semestralmente, apresentamos abaixo os parâmetros de cada índice, considerando todos os contratos vigentes em 31 de dezembro de 2025.

Índices exigidos nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora CPFL Energia

- Dívida Líquida dividida pelo EBITDA ajustado menor ou igual a 3,75; e

- EBITDA ajustado dividido pelo resultado financeiro maior ou igual a 2,25.

A Administração da Companhia monitora esses índices de forma sistemática e constante, de forma que as condições sejam atendidas. Em 31 de dezembro de 2025, a Administração da Companhia não identificou eventos ou condições de não conformidade de cláusulas financeiras e não financeiras.

(18) ENTIDADE DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

A Companhia mantém planos de suplementação de aposentadoria e pensões para seus empregados conforme abaixo:

18.1 – Características:

Atualmente vigora, para os funcionários através da Vivest dois planos, com as seguintes características:

1) PPCPFL – Plano de benefício misto (fechado para adesões)

- Plano de Benefício Definido (“BD”) - vigente até 31 de outubro de 1997 - plano de benefício saldado que concede um Benefício Suplementar Proporcional Saldado (“BSPS”), na forma de renda vitalícia reversível em pensão, aos participantes inscritos em data anterior a 31 de outubro de 1997, de valor definido em função da proporção do tempo de serviço passado acumulado até a referida data, a partir do cumprimento dos requisitos regulamentares de concessão. A responsabilidade total pela cobertura das insuficiências atuariais desse Plano é da Companhia.
- Adoção de um modelo misto, a partir de 1º de novembro de 1997, que contempla:
 - Os benefícios de risco (invalidez e morte) no conceito de benefício definido, em que a responsabilidade pela cobertura das insuficiências atuariais desse Plano é da Companhia, e
 - As aposentadorias programáveis, no conceito de contribuição variável, que consiste em um plano previdenciário que, até a concessão da renda é do tipo contribuição definida, não gerando qualquer responsabilidade atuarial para a Companhia. Somente após a concessão da renda vitalícia, reversível ou não em pensão, é que o plano previdenciário passa a ser do tipo benefício definido e, portanto, passa a gerar responsabilidade atuarial para a Companhia.

Em 30 de agosto de 2022 foi aprovada alteração no regulamento do plano para permitir que os assistidos e pensionistas realizassem a conversão voluntária da Renda Vitalícia para a Renda Financeira. Optando pela Renda Financeira, o assistido deixa de ter um benefício definido e passa a ter um benefício flexível e de acordo com o saldo acumulado.

2) CD CPFL – Plano de contribuição definida (aberto para adesões)

Plano cujos benefícios programados têm seu valor permanentemente ajustado ao saldo de conta mantido em favor do participante, inclusive na fase de percepção de benefícios, considerando o resultado líquido de sua aplicação, os valores aportados e os benefícios pagos.

Adicionalmente, para os gestores da Companhia há possibilidade de opção por um Plano Gerador de Benefício Livre - PGBL (contribuição definida), mantido através Bradesco.

18.2 – Movimentações dos planos de benefício definido:

	31/12/2025	31/12/2024
Valor presente das obrigações atuariais com cobertura	5.342.608	5.238.925
Valor justo dos ativos do plano	(5.537.407)	(5.147.907)
Passivo atuarial líquido reconhecido no balanço	(194.798)	91.019
Efeito do limite máximo de reconhecimento de ativo	225.771	156.833
Efeito risk sharing (Parcela atribuída aos participantes)	(30.973)	(57.738)
Passivo atuarial líquido reconhecido no balanço	-	190.114

As movimentações do valor presente das obrigações atuariais e do valor justo dos ativos do plano são como segue:

	Passivo	Ativo
Valor presente das obrigações atuariais e valor justo dos ativos do plano em 31/12/2023	5.988.342	(5.019.755)
Custo do serviço corrente bruto	623	-
Juros sobre obrigação atuarial	559.491	-
Rendimento esperado no exercício	-	(505.134)
Contribuições de patrocinadoras	-	(318.670)
Perda (ganho) atuarial: retorno sobre os ativos do plano	-	34.010
Perda (ganho) atuarial: efeito de premissas financeiras	(647.888)	-
Efeito risk sharing (Parcela atribuída aos participantes)	(57.738)	-
Benefícios pagos no exercício	(661.642)	661.642
Valor presente das obrigações atuariais e valor justo dos ativos do plano em 31/12/2024	5.181.187	(5.147.907)
Custo do serviço corrente bruto	259	-
Rendimento esperado no exercício	-	(593.754)
Efeito risk sharing (Parcela atribuída aos participantes)	26.765	-
Juros sobre obrigação atuarial	578.369	-
Contribuições de patrocinadoras	-	(419.368)
Perda (ganho) atuarial: retorno sobre os ativos do plano	-	9.482
Perda (ganho) atuarial: efeito da alteração de premissas demográficas	(8.066)	-
Perda (ganho) atuarial: efeito de premissas financeiras	147.261	-
Benefícios pagos no exercício	(614.140)	614.140
Valor presente das obrigações atuariais e valor justo dos ativos do plano em 31/12/2025	5.311.636	(5.537.407)

18.3 - Movimentações dos passivos registrados:

As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

	31/12/2025	31/12/2024
Passivo atuarial líquido em 31/12/2024	190.114	968.587
Despesas (receitas) reconhecidas na demonstração do resultado	3.412	56.944
Contribuições da patrocinadora vertidas no exercício	(419.368)	(318.670)
Perda (ganho) atuarial: efeito de alteração de premissas demográficas	(8.066)	-
Perda (ganho) atuarial: efeito de premissas financeiras	147.261	(647.888)
Perda (ganho) atuarial: retorno sobre os ativos do plano	9.482	34.010
Efeito risk sharing (Parcela atribuída aos participantes)	26.765	(57.738)
Efeito do limite máximo de reconhecimento de ativo	50.400	154.869
Passivo atuarial líquido em 31/12/2025	-	190.114
Conversão para dívida financeira	79.660	117.122
Outras contribuições	6.768	6.782
Total passivo	86.428	314.018
Circulante	43.454	231.469
Não circulante	42.974	82.549

18.4 - Contribuições e benefícios esperados:

As contribuições esperadas ao plano para o exercício de 2026 estão apresentadas no montante de R\$ 387.407.

Os benefícios esperados a serem pagos nos próximos 10 anos estão apresentados a seguir:

<u>Ano de pagamento</u>	
2026	587.808
2027	597.777
2028	606.286
2029	613.578
2030 a 2034	3.738.991
Total	6.144.440

Em 31 de dezembro de 2025, a duração média da obrigação do benefício definido foi de 6,8 anos.

18.5 – Receitas e despesas com entidade de previdência privada:

Baseado na opinião dos atuários externos, a Administração da Companhia apresenta a estimativa atuarial para as receitas a serem reconhecidas no exercício de 2026 e as despesas reconhecidas em 2025 e 2024, são como segue:

	2026 Estimativas	2025 Realizadas	2024 Realizadas
Custo do serviço	94	259	623
Juros sobre obrigações atuariais	576.537	578.369	559.491
Rendimento esperado dos ativos do plano	(624.734)	(593.754)	(505.134)
Efeito do limite do ativo a ser registrado	25.941	18.538	1.964
Total da despesa (receita)	(22.162)	3.412	56.944

As principais premissas consideradas no cálculo atuarial na data do balanço foram:

	31/12/2025	31/12/2024
Taxa de desconto nominal para a obrigação atuarial:	11,49% a.a.	11,82% a.a.
Taxa de rendimento nominal esperada sobre os ativos do plano:	11,49% a.a.	11,82% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos salários:	4,83% a.a.	4,49% a.a.
Índice estimado de aumento nominal dos benefícios:	3,95% a.a.	3,89% a.a.
Taxa estimada de inflação no longo prazo (base para as taxas nominais acima):	3,95% a.a.	3,89% a.a.
Tábua biométrica de mortalidade geral:	AT-2000 (-10) UP-84 Modificada suavizada em 60% Masculina	AT-2000 (-10) Mercer Disability, suavizada 50% Masculina
Tábua biométrica de entrada em invalidez:	ExpR 2015 a 2024	ExpR 2013 a 2021
Taxa de rotatividade esperada:	Após 15 anos de filiação e 35 anos de serviço para homens e 30 anos para mulheres	Após 15 anos de filiação e 35 anos de serviço para homens e 30 anos para mulheres
Probabilidade de ingresso na aposentadoria:		

18.6 - Ativos do plano:

As tabelas abaixo demonstram a alocação (por segmento de ativo) dos ativos dos planos de pensão da Companhia, em 31 de dezembro de 2025 e 2024, administrados pela Vivest. Também é demonstrada a distribuição dos recursos garantidores estabelecidos como meta para 2026, obtidos à luz do cenário macroeconômico em dezembro de 2025.

A composição dos ativos administrados pelo plano é como segue:

	2025	2024
Renda fixa	89%	86%
Títulos públicos federais	64%	34%
Títulos privados (instituições financeiras)	3%	0%
Títulos privados (instituições não financeiras)	1%	1%
Fundos de investimento multimercado	1%	0%
Outros investimentos de renda fixa	21%	51%
Renda variável	6%	8%
Fundos de investimento em ações	6%	8%
Investimentos estruturados	1%	2%
Fundos imobiliários	0%	1%
Fundos de investimento multimercado	1%	1%
Cotados em mercado ativo	96%	96%
Imóveis	2%	1%
Operações com participantes	1%	1%
Outros ativos	1%	1%
Depósitos judiciais e outros	1%	1%
Não cotados em mercado ativo	4%	4%

Não há propriedades ocupadas pela Companhia entre os ativos do plano.

	Meta 2026
Renda fixa	96,5%
Imóveis	1,4%
Empréstimos e financiamentos	1,8%
Investimentos estruturados	0,3%
	100,0%

A meta de alocação para 2026 foi baseada nas recomendações de alocação de ativos da Vivest efetuada ao final de 2025 em sua Política de Investimentos. Tal meta pode mudar a qualquer momento ao longo do ano de 2026, à luz de alterações na situação macroeconômica ou do retorno dos ativos, dentre outros fatores.

A gestão de ativos visa maximizar o retorno dos investimentos, mas sempre procurando minimizar os riscos de déficit atuarial. Desta forma, os investimentos são efetuados sempre tendo em mente o passivo que os mesmos devem honrar. Os dois principais estudos que dão suporte para as fundações atingirem os objetivos de gestão de investimentos são o Estudo de Asset Liability *Management* – ALM (Gerenciamento Conjunto de Ativos e Passivos) e o Estudo Técnico de Aderência e Adequação da Taxa Real de Juros, ambos realizados no mínimo uma vez por ano, levando em consideração o fluxo projetado de pagamentos de benefícios (fluxo do passivo) do plano previdenciário administrado pela Vivest.

O estudo de ALM serve de base para a definição da alocação estratégica de ativos, que compreende as participações alvo nos segmentos nas classes de ativo de interesse, a partir da identificação de combinações eficientes de ativo, considerando a existência de passivos e as necessidades de retorno, de imunização e de liquidez, considerando projeções de risco e retorno. As simulações geradas pelos estudos de ALM auxiliam na definição dos limites mínimos e máximos de alocação nas diferentes classes de ativos, definidos na Política de Investimentos do plano, o que também serve como mecanismo de controle de risco.

O Estudo Técnico de Aderência e Adequação da Taxa Real de Juros objetiva comprovar a adequação e aderência da taxa de juros real anual a ser adotada na avaliação atuarial do plano e a taxa de retorno real anual projetada dos investimentos, considerando-se os fluxos de receitas e despesas projetados dos mesmos.

Estes estudos servem de base para determinação das premissas de retorno real estimado dos investimentos do plano previdenciário para horizontes de curto e longo prazos, bem como auxiliam na análise da liquidez e solvência do plano, posto que levam em consideração o fluxo de pagamento de benefício vis-à-vis o fluxo de recebimento os ativos investidos. As principais premissas consideradas nos estudos são, além das projeções dos fluxos de passivo, as projeções macroeconômicas e de preços de ativos, por meio das quais são obtidas estimativas das rentabilidades esperadas de curto e longo prazo, levando-se em conta as carteiras atuais do plano de benefício.

18.7 - Análise de sensibilidade:

As premissas atuariais significativas para a determinação da obrigação definida são taxa de desconto e mortalidade. As análises de sensibilidade a seguir foram determinadas com base em mudanças razoavelmente possíveis das respectivas premissas ocorridas no fim do período de relatório, mantendo-se todas as outras premissas constantes.

Na apresentação da análise de sensibilidade, o valor presente da obrigação do benefício definido foi calculado pelo método da unidade de crédito projetada no fim do período de relatório, que é igual ao aplicado no cálculo do passivo da obrigação de benefício definido reconhecido no balanço patrimonial, conforme CPC 33.

· Se a taxa de desconto nominal fosse 0,25 pontos percentuais mais baixa (alta), a obrigação de benefício definido teria um aumento de R\$ 90.767 (redução de R\$ 96.058).

· Se a tábua biométrica de mortalidade fosse desagravada (agravada) em um ano para homens e mulheres, a obrigação de benefício definido teria um aumento de R\$ 128.468 (redução de R\$ 130.297).

A premissa da Companhia baseada no laudo atuarial para a taxa de desconto nominal foi de 11,49% a.a.. As taxas projetadas são atenuadas ou majoradas em 0,25 p.p., para 11,24% a.a. e 11,74% a.a..

A premissa da Companhia baseada no laudo atuarial para a tábua de mortalidade foi de AT-2000(-10). As projeções foram realizadas com agravamento ou suavização de 1 ano nas respectivas tábuas de mortalidade.

18.8 - Risco de investimento:

O plano de benefício da Companhia possui a maior parte de seus recursos aplicados no segmento de renda fixa e, dentro do segmento de renda fixa, a maior parte dos recursos encontra-se aplicado em títulos públicos federais, referenciados ao IGP-M, IPCA e SELIC, que são os índices de correção do passivo atuarial dos planos da Companhia (planos de benefício definido) representando a associação entre ativos e passivos. No primeiro trimestre, houve a aprovação pelo órgão fiscalizador, a Previc, da troca do indexador que reajusta os benefícios dos planos de IGP-DI para IPCA, o que possibilita melhores condições para o equilíbrio entre ativo (investimentos) e passivo (pagamento de benefícios).

O plano de benefício da Companhia tem sua gestão monitorada pelo Comitê Gestor de Investimentos e Previdência da Companhia, bem como pela Diretoria Executiva e pelo Conselho Deliberativo, além dos órgãos de fiscalização como Conselho Fiscal e auditorias interna e externas. Dentre as tarefas do referido Comitê, está a análise e aprovação das políticas de investimentos, do plano de aplicação do patrimônio dos planos e da gestão previdenciária dos planos. Os resultados dos investimentos são acompanhados pela Diretoria de Investimentos e Patrimônio e apresentados periodicamente ao Comitê de Investimentos, ao Comitê Gestor e ao Conselho Deliberativo.

Na VIVEST, o “apetite” aos riscos de investimentos está formalizado na Política de Gestão de Riscos Corporativos, aprovada pelo Conselho Deliberativo da Entidade, sendo que referido “apetite” aos riscos de investimentos é desdobrado para as áreas de investimentos na forma de “tolerâncias” a riscos de investimentos, que são limites de riscos aprovados pela Diretoria Executiva e controlados pela Gerência de Riscos e Controle de Investimentos, área que responde ao Diretor Administrativo e de Benefícios da Vivest.

A Vivest utiliza, para o controle do risco de mercado dos segmentos de Renda Fixa e Renda Variável, as seguintes ferramentas: Valor em Risco (“VaR”), *Tracking Risk*, *Tracking Error* e Teste de Perda em Cenário de Estresse (“*Stress Test*”).

A Política de Investimentos da Vivest determina restrições adicionais que, em conjunto com aquelas já expressas na legislação, definem os percentuais de diversificação para investimentos e estabelece a estratégia do plano, entre eles, o limite de risco de crédito em ativos de emissão ou coobrigação de uma mesma pessoa jurídica a serem praticados internamente. Não há propriedades ocupadas pela Companhia e entre os ativos dos planos.

(19) IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	Circulante		Não circulante	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Imposto de renda e contribuição social a recolher				
Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ	68.619	9.912	4.306	4.059
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	26.739	3.762	8.858	8.350
Total	95.358	13.674	13.164	12.408
	Circulante		Não circulante	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Outros impostos, taxas e contribuições a recolher				
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	64.958	216.643	-	-
Programa de integração social - PIS	15.557	11.699	-	-
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	72.284	54.424	-	-
Transação tributária relacionada a contencioso judicial - dívida previdência privada	150.617	135.427	953.216	992.608
Outros	25.081	24.913	-	-
Total	328.498	443.106	953.216	992.608

Transação tributária relacionada a contencioso judicial – dívida previdência privada

Em 27 de dezembro de 2022 foi celebrada Transação Tributária entre a Companhia e a Procuradoria da Fazenda Nacional (“PGFN”), com base na Lei nº 14.375, de 21 de junho de 2022, regulamentada pela Portaria PGFN/ME nº 6.757, de 29 de julho de 2022 e pela Portaria PGFN nº 10.826, de 22 de dezembro de 2022,

referente aos processos relacionados às discussões acerca da dedutibilidade, para fins de imposto de renda (IRPJ) e contribuição social (CSLL), das despesas reconhecidas no ano de 1997, referente à novação de dívida relativa ao plano de previdência dos funcionários da Companhia perante a Fundação CESP (atual "Vivest"). A administração baseou a decisão de celebrar a transação e desistir da discussão judicial após considerar o atual estágio de discussão do processo, possível risco de desfecho em contrapartida com os benefícios financeiros atrelados à celebração da transação. Nos termos do referido acordo e, em contrapartida à extinção dos processos judiciais objeto do mesmo, o valor da dívida tributária determinado na Transação, na data base 1 de novembro de 2022, foi de R\$ 1.288.174. Os valores depositados judicialmente pela Companhia nos autos das Execuções Fiscais foram utilizados para a amortização dos saldos dos débitos tributários, resultando em uma dívida líquida total de R\$ 1.022.048 (data base 1 de novembro, 2022), que atualizado para 31 de dezembro de 2022 era de R\$ 1.025.193.

Em maio de 2023 a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional "PGFN" consolidou a dívida tributária determinada na Transação no montante de R\$ 1.055.378. Na ocasião, o acordo firmado estabeleceu que o saldo mencionado seria quitado em 60 (sessenta) parcelas, no entanto, em 2024, foi celebrado um Termo de Aditamento, o qual alterou a condição original, ampliando o número de parcelas para 120 (cento e vinte) mantidos inalterados todos os demais termos e condições da transação. O saldo atualizado do parcelamento em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 1.103.833 (R\$ 1.128.035 em 31 de dezembro de 2024).

Com relação às garantias financeiras (apólice de seguro), cujo montante em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 1.116.384 (R\$ 1.139.224 em 31 de dezembro de 2024), serão mantidas em valor suficiente para garantir a Transação, podendo haver alteração no valor com autorização prévia da Fazenda Nacional, na proporção do que for amortizado do débito no âmbito da transação.

Diante da celebração da Transação Tributária e reconhecimento contábil da dívida, a Companhia adotará as medidas judiciais cabíveis para o cumprimento das condições estabelecidas e a extinção dos processos judiciais correlatos, conforme os termos da Transação.

Imposto de renda pessoa jurídica - IRPJ: no não circulante, refere-se às provisões para riscos fiscais referentes aos tributos sobre o lucro.

A Companhia possui outros tratamentos incertos de tributos sobre o lucro para os quais a Administração concluiu que é mais provável que sejam aceitos pela autoridade fiscal do que não, cujo efeito de potenciais contingências estão divulgados na nota 20.

(20) PROVISÕES PARA RISCOS FISCAIS, CÍVEIS E TRABALHISTAS E DEPÓSITOS JUDICIAIS

	31/12/2025		31/12/2024	
	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais	Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	Depósitos judiciais
Trabalhistas	113.922	24.785	108.511	22.624
Cíveis	128.597	7.927	105.430	7.457
Fiscais	82.526	22.066	76.338	20.753
Regulatórios	1.543	-	27.516	-
Total	326.587	54.777	317.795	50.835

A movimentação das provisões está demonstrada a seguir:

	Saldo em 31/12/2024	Adições	Reversões	Pagamentos	Atualização monetária	Saldo em 31/12/2025
Trabalhistas	108.511	10.881	(4.472)	(13.521)	12.523	113.922
Cíveis	105.430	57.304	(3.442)	(46.338)	15.643	128.597
Fiscais	76.338	6.255	(15)	(25.841)	25.788	82.526
Regulatórios	27.516	821	(20.528)	(9.061)	2.796	1.543
Total	317.795	75.260	(28.457)	(94.761)	56.750	326.587

As provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e outros foram constituídas com base em avaliação dos riscos de perdas em processos em que a Companhia é parte, cuja probabilidade de perda é provável na opinião dos assessores legais externos e da Administração da Companhia.

O sumário dos principais assuntos pendentes relacionados a litígios, processos judiciais e autos de infração é como segue:

- Trabalhistas** - as principais causas trabalhistas relacionam-se às reivindicações de ex-funcionários e sindicatos para o pagamento de ajustes salariais (horas extras, equiparação salarial, verbas rescisórias e outras reivindicações).
- Cíveis**: as principais causas cíveis relacionam-se a danos pessoais, como pleitos de indenizações relacionados a acidentes ocorridos na rede elétrica da Companhia, danos a consumidores, acidentes com veículos, entre outros.
- Fiscais**: refere-se a outros processos existentes nas esferas judicial e administrativa decorrentes das operações dos negócios da Companhia, relacionados a assuntos fiscais envolvendo principalmente INSS, FGTS, SAT, PIS e COFINS; e
- Regulatórios** - os processos administrativos regulatórios estão relacionados a fiscalizações do órgão regulador.

Ações judiciais que impugnam as Notas Técnicas n.º 23/2003-SEM/ANEEL e 81/2003-SFF/ANEEL

Em 2004, a CPFL Brasil empresa do Grupo CPFL Energia ajuizou ações visando anular os efeitos da aplicação retroativa dos critérios estabelecidos nas Notas Técnicas n.º 23/2003-SEM/ANEEL e 81/2003-SFF/ANEEL e dos demais atos, para que os preços dos contratos de comercialização de energia elétrica anteriormente firmados permanecessem regidos pelas Resoluções da Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL") que regem o chamado "valor normativo" por ocasião da celebração dos contratos.

As ações movidas pela CPFL Brasil buscavam afastar a intervenção promovida pela ANEEL em Contrato de Compra e Venda de Energia Elétrica firmado pela CPFL Brasil, vindo a ANEEL a exigir a redução do preço contratado nos termos das Notas Técnicas n.º 23/2003-SEM/ANEEL e 81/2003-SFF/ANEEL.

Em 02 de julho de 2024, um dos processos judiciais da CPFL Brasil com decisão favorável a CPFL Brasil transitou em julgado. O contrato de energia referente a mencionada ação judicial, cujos efeitos foram restabelecidos pelo Poder Judiciário, tinha como contraparte a Companhia. Por essa razão, o valor a ser recebido pela CPFL Brasil será pago pela Companhia por meio de reajuste tarifário.

Em agosto de 2024, teve início a execução de sentença promovida perante a primeira instância. Em paralelo, a CPFL Brasil busca, pela via administrativa perante a ANEEL, entendimentos para cumprimento da decisão judicial com base em critério adotado pela Advocacia-Geral da União – AGU, que calculou a condenação em R\$ 4.678.104 (atualizado até março de 2025).

Em 11 de abril de 2025, após CPFL Brasil postular em Juízo o prosseguimento da execução, foi concedido prazo à ANEEL para que se manifeste em Juízo com relação às tratativas em curso na esfera administrativa, notadamente com relação aos critérios e a forma pela qual o montante será incluído no processo tarifário da Companhia.

Em reunião de Diretoria da ANEEL, realizada em 29 de abril de 2025, a Agência deliberou por não inserir, neste momento, o valor referente à ação judicial na tarifa da Companhia e determinou que a Procuradoria Federal inicie processo em apartado para verificar a possibilidade de celebração de acordo.

A CPFL Brasil manifestou de forma administrativa seu interesse em prosseguir em tratativas para um acordo e estava aguardando posicionamento da ANEEL. Em outubro de 2025, o Juízo determinou a intimação das partes para informar acerca do andamento das tratativas na via administrativa. Como não houve avanço na composição, em Dezembro de 2025 a CPFL Brasil postulou o prosseguimento da execução em face da ANEEL e aguarda manifestação do juízo.

Perdas possíveis

A Companhia é parte em outros processos e riscos, nos quais a Administração, suportada por seus consultores jurídicos externos, acredita que as chances de êxito são possíveis devido a uma base sólida de defesa para os mesmos, e, por este motivo, nenhuma provisão sobre os mesmos foi constituída. Estas questões não apresentam, ainda, tendência nas decisões por parte dos tribunais ou qualquer outra decisão de processos similares consideradas como prováveis ou remotas.

As reclamações relacionadas a perdas possíveis, em 31 de dezembro de 2025 e 2024 estavam assim representadas:

	31/12/2025	31/12/2024	Principais causas
Trabalhistas	119.796	86.729	Acidentes de trabalho, adicional de periculosidade e horas extras
Cíveis	738.757	695.626	Ações indenizatórias, danos elétricos, majoração tarifária, revisão de contratos
Fiscais	225.959	206.593	Imposto de Renda e Contribuição Social
Fiscais - Outros	826.587	775.048	INSS, ICMS, FINSOCIAL, PIS e COFINS
Regulatório	17.833	56.314	Processos de fiscalização técnica, comercial e econômico-financeira
Total	1.928.932	1.820.310	

Ação Civil Pública – Estação Ecológica de Jataí

Em 24 de abril de 2025, a Administração tomou conhecimento de Ação Civil Pública, ajuizada pelo Ministério Público do Estado de São Paulo com vistas a postular reparação por danos ambientais alegadamente causados à Estação Ecológica de Jataí e à Estação Experimental de Luiz Antônio em razão de incêndio ocorrido em 2020.

A parte requer a reparação dos supostos danos ambientais por meio da avaliação e restauração de áreas com vegetação nativa danificadas pelo incêndio ou, alternativamente, caso não seja possível o cumprimento de obrigação de fazer, o pagamento de compensação ambiental no montante de R\$ 978.730. Ainda que se trate de pedido subsidiário, a Companhia atribui, como perda possível, o valor de R\$ 51.712 e como remota, a chance de desembolso do restante do valor atribuído, correspondente a R\$ 927.018.

Em defesa apresentada em maio de 2025, a Companhia defende que não foi a causadora do dano. Para fundamentar sua defesa, apresentou relatórios técnicos que demonstram que o incêndio não teve início em sua rede de distribuição. O processo está atualmente em fase de instrução e não possui decisão de mérito.

A Administração da Companhia, baseada na opinião de seus assessores legais externos, acredita que os montantes provisionados refletem a melhor estimativa corrente.

(21) OUTRAS CONTAS A PAGAR

	Circulante		Não circulante	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Consumidores e concessionárias	453.267	318.473	-	-
Bônus Itaipu	-	86.135	-	-
Programa de eficiência energética - PEE	89.868	73.007	-	-
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	70.775	47.157	-	30.459
EPE / FNDCT / PROCEL (*)	35.096	22.779	-	-
Adiantamentos	7.170	5.723	8.980	1.019
Descontos tarifários - CDE	24.893	-	-	-
Folha de pagamento	10.666	8.568	-	-
Participação nos lucros	44.080	41.943	16.985	15.209
Convênios de arrecadação	70.854	70.412	-	-
Outros	28.132	32.990	1.428	1.817
Total	834.802	707.187	27.393	48.505

(*) EPE - Empresa de Pesquisa Energética, FNDCT - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico e PROCEL - Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica.

Consumidores e concessionárias: Referem-se ao saldo do Sistema de Compensação de Energia Elétrica ("SCEE") de R\$ 345.684 (R\$ 235.389 em 31 de dezembro de 2024), além de outras contas pagas em duplicidade e ajustes de faturamento a serem compensados ou restituídos. Em relação ao SCEE é por meio desse sistema que a energia excedente produzida por unidades consumidoras que utilizam microgeração ou minigeração distribuída é injetada na rede elétrica da distribuidora e convertida em créditos de energia. Esses créditos podem ser utilizados no prazo de 60 meses para abater o consumo da própria unidade consumidora e se não utilizado é repassado na tarifa via modicidade tarifária.

Bônus Itaipu: refere-se aos valores recebidos e repassados à determinados consumidores decorrente do superávit na Conta de Itaipu.

Programas de eficiência energética - PEE e Pesquisa e desenvolvimento – P&D: a Companhia reconheceu passivos relacionados a valores já faturados em tarifas (1% da receita operacional líquida), mas ainda não aplicados nos programas de PEE e P&D. Tais montantes são passíveis de atualização monetária mensal, com base na SELIC, até o momento de sua efetiva realização. Adicionalmente a Lei nº 14.120 em 1º de março de 2021 e ao Despacho ANEEL nº 904 de 30 de março de 2021, estabelecem que entre 1º de setembro de 2020 a 31 de dezembro de 2025, até 30% dos valores previstos para os programas de PEE e P&D, não comprometidos com projetos contratados ou iniciados até 31 de agosto de 2020, deverão ser destinados à CDE em favor da modicidade tarifária.

Adiantamentos: referem-se a adiantamentos realizados por consumidores para execução de obras e serviços.

Participação nos lucros: em conformidade com o acordo coletivo de trabalho, a Companhia implantou programa de participação dos empregados nos lucros e resultados, baseado em acordo de metas operacionais e financeiras previamente estabelecidas com os mesmos.

Convênios de arrecadação: referem-se a convênios firmados com prefeituras e empresas para arrecadação através da conta de energia elétrica e posterior repasse de valores referentes à contribuição de iluminação pública, jornais, assistência médica, seguros residenciais, entre outros.

Outros: refere-se, principalmente ao passivo de arrendamento a pagar da Companhia (nota 3.14).

(22) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

A participação do acionista no patrimônio líquido da Companhia em 31 de dezembro de 2025 e 2024 está assim distribuída:

Acionistas	Quantidade de ações			
	31/12/2025		31/12/2024	
	Ordinárias	Participação %	Ordinárias	Participação %
CPFL Energia S/A	880.653.030	100,00%	880.653.030	100,00%
Ações em tesouraria	1	-	1	-
Total	880.653.031	100,00%	880.653.031	100,00%

22.1 Gestão do capital

A política da Companhia é manter uma base sólida de capital para manter a confiança do investidor, dos credores e a sustentabilidade do negócio. A Administração monitora o retorno de capital e a estratégia de subida de dividendos da Companhia para o controlador.

A Companhia gerencia o nível de alavancagem ponderando as vantagens e a segurança proporcionada por uma posição de capital próprio mais elevada. A Companhia monitora o capital utilizando o índice de alavancagem calculado pela dívida líquida em relação ao EBITDA.

Ao longo de 2025, a estrutura de capital e a alavancagem da Companhia permaneceram em níveis adequados. A dívida líquida da Companhia alcançou 2,57 vezes o EBITDA em 2025 (2,54 vezes em 2024), no critério de medição dos covenants financeiros da Companhia, maior do que no ano anterior. A política da Companhia é manter este índice abaixo de 4,00, visto que a maioria de seus empréstimos utilizam esta medição.

22.2 – Capital social

Através da AGO/E de 22 de abril de 2025, foi aprovado o aumento do capital social da Companhia no montante de R\$ 17.475, referente capitalização do benefício fiscal do intangível incorporado apurado no exercício de 2024, sem emissão de novas ações.

22.3 - Dividendo e Juros sobre capital próprio (“JCP”)

Na AGO/E de 22 de abril de 2025 foi aprovada a destinação do lucro do exercício de 2024, através de (i) dividendo mínimo obrigatório no montante de R\$ 237.004 e (ii) dividendo adicional proposto no montante de R\$ 388.791.

Adicionalmente, a Companhia declarou, no exercício de 2025:

- Juros sobre capital próprio no montante total de R\$ 308.905 (R\$ 262.569 líquido de IRRF), os quais serão imputados aos dividendos mínimos obrigatórios do exercício de 2025, aprovados em AGE em (i) AGE de 28 de março de 2025 o montante de R\$ 74.600; (ii) AGE de 30 de junho de 2025 o montante de R\$ 80.000; (iii) AGE de 30 de setembro de 2025 o montante de R\$ 84.305 e (iv) AGE de 30 de dezembro de 2025 o montante de R\$ 70.000.
- Dividendo adicional proposto no montante de R\$ 363.701 e dividendo mínimo obrigatório no montante de R\$ 156.309, que serão deliberados na AGO de abril de 2026.

No exercício de 2025, a Companhia efetuou pagamento no montante de R\$ 700.000 referente a dividendos e Juros sobre capital próprio.

22.4 - Reserva de capital

Refere-se basicamente ao benefício fiscal do intangível incorporado oriundo da incorporação da antiga controladora DOC 4 de R\$ 39.393.

22.5 - Reserva de lucros

O saldo da Reserva de lucros em 31 de dezembro de 2025 é de R\$ 3.380.164, correspondente a (i) Reserva legal R\$ 282.643, (ii) Reserva de lucros a realizar R\$ 1.436.905 e (iii) Reserva estatutária – reforço de capital de giro R\$ 1.660.616.

De acordo com o art. 199 da Lei nº 11.638/2007, o saldo das reservas de lucros, exceto as para contingências, de incentivos fiscais e de lucros a realizar não poderá ultrapassar o capital social.

O limite atingido pela Companhia será deliberado em assembleia, e equacionado mediante aumento de capital.

22.6 – Resultado abrangente acumulado

O saldo do resultado abrangente acumulado é composto pela entidade de previdência privada com saldo devedor de R\$ 1.356.868, de acordo com o CPC 33 (R2);

22.7 – Destinação do lucro líquido do exercício

O Estatuto Social da Companhia prevê a distribuição como dividendo de no mínimo 25% do lucro líquido ajustado na forma da lei, aos titulares de suas ações.

A proposta de destinação do lucro líquido do exercício está demonstrada no quadro a seguir:

	2025
Lucro líquido base para destinação	1.864.351
Reserva legal	(3.495)
Reserva de lucros a realizar	(393.167)
Reserva estatutária - reforço de capital de giro	(638.774)
Dividendos adicional proposto	(363.701)
Dividendo mínimo obrigatório	(156.309)
Juros sobre o capital próprio	(308.905)

Considerando o elevado plano de investimentos da Companhia para os próximos anos, a Administração está propondo a destinação de R\$ 638.774 à Reserva estatutária - reforço de capital de giro. Adicionalmente, parte do lucro do ano foi alocada à Reserva de lucros a realizar no montante de R\$ 393.167, referente principalmente à atualização monetária do ativo financeiro da concessão. O montante remanescente de R\$ 3.495 foi destinado à constituição da reserva legal; R\$ 308.905 à Juros sobre o capital próprio e R\$ 363.701 como dividendo adicional, que adicionado ao dividendo mínimo obrigatório totalizou R\$ 520.010.

(23) LUCRO POR AÇÃO

Lucro por ação – básico

O cálculo do lucro por ação básico em 31 de dezembro de 2025 e 2024 foi baseado no lucro líquido do exercício e o número médio ponderado de ações ordinárias em circulação durante os exercícios apresentados:

	2025	2024
Numerador		
Lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas controladores	1.864.351	1.422.412
Denominador		
Ações em poder dos acionistas - ações ordinárias	880.653.031	880.653.031
Lucro líquido básico por ação ordinária - R\$	2,12	1,62

Nos exercícios de 2025 e 2024 a Companhia não possuía instrumentos conversíveis em ações que gerassem impacto diluidor no lucro por ação.

(24) RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Nº de Consumidores		GWh		R\$ mil	
	31/12/2025	31/12/2024	2025	2024	2025	2024
Receita de operações com energia elétrica						
Classe de consumidores						
Residencial	4.758.978	4.660.241	10.945	11.380	9.643.319	9.916.757
Industrial	21.856	23.684	701	1.235	663.031	1.070.973
Comercial	247.820	251.977	2.585	3.358	2.467.137	3.055.630
Rural	69.487	70.674	834	1.060	613.298	737.657
Poderes públicos	33.107	32.671	761	821	641.147	677.912
Iluminação pública	7.979	7.546	853	936	459.107	490.122
Serviço público	5.790	5.636	874	1.041	693.679	812.976
Fornecimento faturado	5.145.017	5.052.429	17.553	19.831	15.180.717	16.762.027
Consumo próprio	489	481	21	23	-	-
Fornecimento não faturado (líquido)					65.904	(279.635)
(-) Transferência da receita relacionada à disponibilidade da rede elétrica ao consumidor cativo					(8.071.320)	(8.626.869)
Fornecimento de energia elétrica	5.145.506	5.052.910	17.574	19.854	7.175.301	7.855.523
Outras concessionárias, permissionárias e autorizadas			17	72	16.638	41.646
(-) Transferência da receita relacionada à disponibilidade da rede elétrica ao consumidor cativo					(10.678)	(16.705)
Energia elétrica de curto prazo			1.656	1.153	342.483	88.830
Suprimento de energia elétrica			1.673	1.224	348.443	113.771
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - TUSD consumidor cativo					8.081.998	8.643.574
Receita pela disponibilidade da rede elétrica - TUSD consumidor livre					3.668.336	3.221.852
(-) Compensação pelo não cumprimento de indicadores técnicos					(42.133)	(42.921)
Receita de construção da infraestrutura de concessão					1.993.358	1.911.367
Ativo e passivo financeiro setorial (nota 09)					1.983.529	123.898
Atualização do ativo financeiro da concessão (nota 11)					595.707	437.128
Aporte CDE - baixa renda, demais subsídios tarifários e descontos tarifários					1.294.627	1.054.218
Outras receitas e rendas					406.189	341.298
Outras receitas operacionais					17.981.611	15.690.414
Total da receita operacional bruta					25.505.355	23.659.709
Deduções da receita operacional						
ICMS					(3.257.682)	(3.341.483)
PIS					(317.106)	(290.502)
COFINS					(1.462.581)	(1.338.068)
ISS					(291)	(218)
Conta de desenvolvimento energético - CDE					(3.598.432)	(2.797.907)
Programa de P & D e eficiência energética					(138.515)	(132.021)
PROINFA					(182.779)	(145.488)
Bandeiras tarifárias e outros					(136.781)	(35.210)
Outros					(20.116)	(71.349)
					(9.114.284)	(8.152.246)
Receita operacional líquida					16.391.071	15.507.463

24.1 Ajuste de receita de ultrapassagem e excedente de reativos

No procedimento de regulação tarifária ("PRORET"), no submódulo 2.7 Outras Receitas, aprovado pela REN ANEEL nº 463, de 22 de novembro de 2011, foi definido que as receitas auferidas com ultrapassagem de demanda e excedente de reativos, da data contratual de revisão tarifária referente ao 3º ciclo de revisão tarifária periódica, devem ser contabilizadas como obrigações especiais, em subconta específica e serão amortizadas a partir da próxima revisão tarifária. Para a Companhia em função do 4º ciclo de revisão tarifária periódica, a partir de novembro de 2017, essa obrigação especial passou a ser amortizada. Os novos valores decorrentes de ultrapassagem de demanda e excedente de reativos passaram a ser constituídos em ativos e passivos financeiros setoriais, homologados em revisão tarifária periódica e amortizados até a próxima revisão tarifária periódica, e assim sucessivamente, conforme dispõe o submódulo 2.1 Procedimentos Gerais do PRORET.

Em 7 de fevereiro de 2012, a Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica ("ABRADEE") conseguiu a suspensão dos efeitos da REN nº 463, onde foi deferido o pedido de antecipação de tutela final e foi suspensa a determinação de contabilização das receitas oriundas de ultrapassagem de demanda e excedente de reativos como obrigações especiais. Em junho de 2012, foi deferido o efeito suspensivo requerido pela ANEEL em seu Agravo de Instrumento e suspendendo a antecipação de tutela originalmente deferida em favor da ABRADEE. Atualmente aguarda-se a apresentação do Laudo Pericial pelo Sr. Perito do Juízo e o julgamento da ação para determinar o tratamento definitivo dessas receitas. Esses valores foram provisionados como (i) obrigações especiais e estão sendo amortizadas e apresentadas líquidas no ativo intangível da concessão, em atendimento ao CPC 25 e (ii) passivos financeiros setoriais os quais estão sendo amortizados e apresentados líquido na receita operacional líquida.

24.2 – Reajuste Tarifário Anual (“RTA”)

Em 29 de abril de 2025, a ANEEL publicou a Resolução Homologatória (“REH”) Nº 3.452, relativo ao reajuste tarifário anual - RTA, que fixou o reajuste médio das tarifas da Companhia em -2,19%, sendo 5,85% referentes ao reajuste tarifário econômico e -8,04% relativos aos componentes financeiros. O efeito médio total a ser percebido pelos consumidores é de -3,66%.

Como as tarifas de 2024 foram prorrogadas até 29 de abril de 2025, a diferença de receita auferida entre 8 e 29 de abril de 2025 será compensada no processo tarifário de 2026, através de um passivo financeiro setorial.

Em 02 de abril de 2024, a ANEEL publicou a Resolução Homologatória (“REH”) Nº 3.314, relativo ao reajuste tarifário anual - RTA, que fixou o reajuste médio das tarifas da Companhia em 3,91%, sendo 2,03% referentes ao reajuste tarifário econômico e 1,88% relativos aos componentes financeiros. O efeito médio total a ser percebido pelos consumidores é de 1,46%.

24.3 – Aporte CDE – baixa renda e demais subsídios tarifários

A Lei nº 12.783 de 11 de janeiro de 2013, determinou que os recursos relacionados à subvenção baixa renda bem como outros descontos tarifários passassem a ser subsidiados integralmente por recursos oriundos da CDE. No exercício de 2025, foi registrada receita de R\$ 1.294.627 (R\$ 1.054.218 em 2024), sendo: (i) R\$ 168.001 (R\$ 120.969 em 2024) referentes à subvenção baixa renda, (ii) R\$ 871.973 (R\$ 761.174 em 2024) referentes a outros descontos tarifários, (iii) R\$ 29.231 (R\$ 58.522 em 2024) de subvenção CCRBT e (iv) R\$ 225.422 (R\$ 113.553 em 2024) de custeio temporário dos componentes tarifárias não associadas ao custo da energia e não remuneradas pelo consumidor-gerador, incidentes sobre a energia elétrica compensada pelas unidades consumidoras participantes do Sistema de Compensação de Energia Elétrica (“SCEE”) conforme institui a Lei nº 14.300 de 6 de janeiro de 2022.

24.4 – Conta de desenvolvimento energético – (“CDE”)

A REH nº 3.484, de 15 de julho de 2025, estabeleceu as quotas definitivas da CDE-USO de 2025 e as quotas da CDE-GD, criada pela Lei nº 14.300 de 2022, cujos valores foram pagos a partir do mês subsequente a homologação da cota.

A ANEEL, por meio da REH nº 3.433, de 10 de dezembro de 2024, estabeleceu as quotas mensais provisórias da CDE-USO.

A CDE Escassez Hídrica, criada pela REN nº 1.008 de 15 de março de 2022, e suas quotas foram homologadas por meio do Despacho nº 510 de 24 de janeiro de 2023. A Medida Provisória nº 1.212/2024 e a Portaria Interministerial MME/MF nº 1/2024 regulamentaram a quitação antecipada da CDE Escassez Hídrica utilizando os recursos da CDE Eletrobrás. Os pagamentos dessa conta foram encerrados em setembro de 2024.

(25) CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA

	GWh		R\$ mil	
	2025	2024	2025	2024
Energia comprada para revenda				
Energia de Itaipu Binacional	4.336	4.463	(978.464)	(1.023.741)
PROINFA	400	442	(228.624)	(180.683)
Energia adquirida através de leilão no ambiente regulado, contratos bilaterais e energia de curto prazo	17.976	19.824	(6.048.340)	(5.590.418)
Crédito de PIS e COFINS	-	-	648.819	592.824
Subtotal	22.712	24.729	(6.606.609)	(6.202.017)
Encargos de uso do sistema de transmissão e distribuição				
Encargos da rede básica			(1.770.097)	(1.784.294)
Encargos de transporte de Itaipu			(150.064)	(164.193)
Encargos de conexão			(53.163)	(46.896)
Encargos de serviço do sistema - ESS líquido do repasse da CONER (*)			54.008	(82.464)
Encargos de energia de reserva - EER			(466.866)	(454.151)
Crédito de PIS e COFINS			220.718	234.206
Subtotal			(2.165.462)	(2.297.792)
Total			(8.772.071)	(8.499.809)

(*) Conta de energia de reserva

(26) OUTROS CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Outras despesas operacionais									
	Outros custo com operação		Custo do serviço prestado a terceiros		Vendas		Gerais e administrativas		Outros	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Pessoal	(340.800)	(349.622)	-	-	(93.504)	(52.999)	(155.221)	(144.209)	-	-
Entidade de previdência privada	(3.412)	(56.944)	-	-	-	-	-	-	-	-
Material	(83.057)	(90.298)	(1.028)	(1.245)	(12.899)	(1.130)	(5.813)	(7.986)	-	-
Serviços de terceiros	(212.994)	(213.409)	(1.713)	(1.874)	(151.135)	(142.974)	(229.775)	(197.606)	-	-
Custos com construção da infraestrutura	-	-	(1.993.358)	(1.911.367)	-	-	-	-	-	-
Outros	(7.062)	2.732	(56)	(31)	(31.629)	(35.116)	(109.400)	(123.585)	(54.544)	(51.174)
Taxa de arrecadação	-	-	-	-	(31.547)	(34.949)	-	-	-	-
Publicidade e propaganda	-	-	-	-	-	-	(12.015)	(10.395)	-	-
Legais, judiciais e indenizações	-	-	-	-	(3)	-	(71.337)	(91.138)	-	-
Perda (ganho) na alienação, desativação e outros de ativos não circulante	-	-	-	-	-	-	-	-	(48.957)	(45.663)
Outros	(7.062)	2.732	(56)	(31)	(79)	(167)	(26.048)	(22.052)	(5.586)	(5.511)
Total	(647.326)	(707.541)	(1.996.155)	(1.914.516)	(289.167)	(232.219)	(500.209)	(473.387)	(54.544)	(51.174)
									(3.487.400)	(3.378.838)

(27) RESULTADO FINANCEIRO

	2025	2024
Receitas		
Rendas de aplicações financeiras	122.546	111.241
Acréscimos e multas moratórias	189.069	191.125
Atualização de créditos fiscais	233.177	251.284
Atualização de depósitos judiciais	3.524	5.957
Atualizações monetárias e cambiais	40.530	35.179
Deságio na aquisição de crédito de ICMS	28.156	17.805
Atualizações de ativo financeiro setorial (nota 9)	65.056	15.572
PIS e COFINS - sobre outras receitas financeiras	(24.331)	(10.960)
Outros	21.353	18.316
Total	679.080	635.518
Despesas		
Encargos de dívidas	(852.047)	(798.070)
Atualizações monetárias e cambiais	(589.387)	(396.052)
(-) Juros capitalizados	24.900	19.430
Atualizações de passivo financeiro setorial (nota 9)	(72.859)	(72.534)
Atualização da exclusão do ICMS da base de PIS/COFINS (nota 8.1)	(154.306)	(149.161)
Atualização de Mútuo com Partes Relacionadas (nota 28)	(3.800)	-
Outros	(39.532)	(125.633)
Total	(1.687.032)	(1.522.021)
Resultado financeiro	(1.007.952)	(886.502)

Os juros foram capitalizados a uma taxa média de 7,97% a.a. em 2025 (7,66% a.a. em 2024) sobre os ativos qualificáveis, de acordo com o CPC 20 (R1).

As rubricas de atualizações monetárias e cambiais contemplam os efeitos líquidos das perdas com instrumentos derivativos no montante de R\$ 318.473 (ganhos R\$ 12.606 em 2024) (nota 31).

(28) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia tem como controladora a CPFL Energia, que possuía em 31 de dezembro de 2025 as seguintes empresas como acionistas controladores:

- State Grid Brazil Power Participações S.A. (“SGBP”)

Companhia controlada indiretamente pela State Grid Corporation of China, companhia estatal chinesa cujo principal negócio é desenvolver e operar empresas no setor energético.

- ESC Energia S.A.

Companhia controlada pela State Grid Brazil Power Participações S.A.

Foram considerados como partes relacionadas os acionistas controladores e coligadas, entidades sob o controle comum e que de alguma forma exerçam influência significativa sobre a Companhia.

As principais naturezas e transações estão relacionadas a seguir:

- Intangível, ativo contratual, materiais e prestação de serviços** - Refere-se à aquisição de equipamentos, cabos e outros materiais para aplicação nas atividades de distribuição, e contratação de serviços de engenharia e consultoria.
- Compra e venda de energia no mercado regulado e encargos** - A Companhia cobra tarifas pelo uso da rede de distribuição (TUSD) e realiza vendas de energia a partes relacionadas, presentes em suas respectivas áreas de concessão (consumidores cativos). Os valores cobrados são definidos através de

preços regulados pelo Poder Concedente. A Companhia também adquire energia de partes relacionadas, envolvendo principalmente contratos de longo prazo, em consonância com as regras estabelecidas pelo setor (principalmente através de leilão), sendo também seus preços regulados e aprovados pela ANEEL.

- c) **Contrato de mútuo** - refere-se principalmente a contrato celebrado com a State Grid Europe Limited (SGEL), com vencimento em setembro de 2028 e juros semestrais a partir de março de 2026 e remunerado a renminbi + 1,98%, com derivativos contratados de CDI -0,36%.

A Companhia possui plano de suplementação de aposentadoria mantido junto à Vivest, oferecidos aos respectivos empregados. Mais informações, vide nota 18 - Entidade de Previdência Privada.

A controladora CPFL Energia possui um “Comitê de Partes Relacionadas”, formado por dois membros independentes e um executivo do Grupo, que avalia as principais transações comerciais efetuadas com partes relacionadas.

A Administração considerou a proximidade de relacionamento com as partes relacionadas associada a outros fatores para determinar o nível de detalhes de divulgação das transações e acredita que as informações relevantes sobre as transações com partes relacionadas estão adequadamente divulgadas.

A remuneração total do pessoal-chave da administração em 2025 conforme requerido pela Deliberação CVM nº 642/2010 e CPC 05(R1) - Partes Relacionadas foi de R\$ 10.509 (R\$ 11.306 em 2024). Este valor é composto por R\$ 8.639 (R\$ 8.729 em 2024) referente a benefícios de curto prazo, R\$ 199 (R\$ 197 em 2024) de benefícios pós-emprego e R\$ 1.671 (R\$ 2.380 em 2024) de outros benefícios de longo prazo, e referem-se ao valor registrado pelo regime de competência.

Outras Operações Financeiras referem-se principalmente à emissão de debêntures pela Companhia, adquirida pela State Grid Brazil Power Participações S.A, CDI + 0,59% com vencimento a partir de fevereiro de 2029.

As transações com as entidades sob controle comum (controladas da State Grid Corporation of China) referem-se basicamente a encargos de uso do sistema de transmissão, incorridos e pagos pela Companhia.

Transações envolvendo acionistas controladores, entidades sob o controle comum ou influência significativa e empreendimentos controlados em conjunto pela CPFL Energia:

Empresas	Ativo		Passivo		Receita		Despesa / Custo	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	2025	2024	2025	2024
Alocação de despesas entre empresas								
Entidades sob o controle da CPFL Energia	6.403	5.978	4.196	3.596	-	-	(29.017)	(28.794)
Arrendamento e aluguel								
Entidades sob o controle da CPFL Energia	155	-	-	-	4.265	3.748	-	-
Contrato de mútuo								
State Grid Europe Limited ("SGEL")	-	-	1.055.469	-	-	-	(19.469)	-
Dividendos/Juros sobre o capital próprio								
CPFL Energia	-	-	418.878	311.209	-	-	-	-
Ativo contratual, intangível, materiais e prestação de serviço								
Entidades sob o controle comum	-	-	(359)	-	-	-	(576)	-
Entidades sob o controle da CPFL Energia (*)	1.999	2.135	70.588	129.929	161	226	(416.534)	(359.324)
Compra e venda de energia e encargos								
Entidades sob o controle da CPFL Energia	473	1.162	104.414	95.425	7.870	5.710	(879.800)	(839.985)
Empreendimentos controlados em conjunto pela CPFL Energia	-	-	45.255	46.330	-	-	(510.500)	(527.880)
Encargos - Rede básica								
Entidades sob o controle comum	-	-	-	-	-	-	(166.861)	(168.829)
Outras operações financeiras								
State Grid Brazil Power Participações S.A.	-	-	325.563	1.126.772	-	-	(72.351)	(132.804)
Outros								
Instituto CPFL	-	-	-	-	-	-	(2.366)	(2.223)
Entidades sob o controle da CPFL Energia	-	198	32.184	28.654	87	553	-	-
Entidades sob o controle comum	-	-	-	-	-	(548)	-	-

(*) A Companhia adquiriu equipamentos, cabos e outros materiais para aplicação nas atividades de distribuição e contratação de serviços de informática e construção civil no exercício. Do valor total de dispêndios relacionados a estas operações, foram capitalizados o montante de R\$ 28.492 no exercício (R\$ 26.664 em 2024), que não estão sendo apresentados no quadro acima.

(29) SEGUROS

A Companhia mantém contratos de seguros com cobertura determinada por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e/ou responsabilidades. As principais coberturas de seguros são:

<u>Descrição</u>	<u>Ramo da apólice</u>	<u>31/12/2025</u>
Ativo financeiro da concessão / Intangível	Riscos operacionais e riscos de engenharia	417.698
Transporte	Transporte nacional	524.441
Responsabilidade civil	Geral e Risco Ambiental	76.514
Pessoas	Vidas em grupo e acidentes pessoais	637.040
Garantia	Seguro Garantia	1.881.583
Outros	Responsabilidade civil dos administradores e outros	180.800
Total		3.718.075

Determinadas apólices para cobertura de responsabilidade civil são compartilhadas entre as empresas do Grupo CPFL Energia. O prêmio é pago proporcionalmente por cada empresa envolvida de acordo com critérios definidos pela Administração.

(30) GESTÃO DE RISCOS

Os negócios da Companhia compreendem principalmente distribuição de energia elétrica. Como concessionária de serviços públicos, as atividades e/ou tarifas da Companhia são reguladas pela ANEEL.

Estrutura do gerenciamento de risco

A gestão de riscos é conduzida através de uma estrutura que envolve as áreas de negócio, a Diretoria de Auditoria, Riscos, Integridade e DPO (*Data Protection Officer*), a Diretoria Executiva da CPFL Energia, Comitê de Auditoria o Conselho de Administração e conselho fiscal da CPFL Energia. Essa gestão é regulamentada pela Política de Gerenciamento de Riscos que descreve e regulamenta o gerenciamento corporativo de riscos, as principais responsabilidades das partes envolvidas e os limites de exposição aos principais riscos.

Compete ao Conselho de Administração da CPFL Energia:

- Orientar a condução dos negócios, observando, dentre outros, o monitoramento dos riscos empresariais exercido através do modelo de gerenciamento corporativo de risco adotado pela Companhia;
- Zelar para que a Diretoria possua mecanismos e controles internos para conhecer e avaliar os Riscos;
- Tomar conhecimento sobre as alterações no Mapa Corporativo de Risco;
- Deliberar sobre as mudanças de limite de riscos encaminhadas pela Diretoria Executiva da CPFL Energia;
- Deliberar sobre a inclusão ou exclusão de Riscos no Mapa Corporativo de Riscos;
- Tomar conhecimento de exposições e planos de ação em caso de eventual extrapolação do limite de riscos encaminhadas pela Diretoria Executiva da CPFL Energia.

Cabe ao Comitê de Auditoria:

- Avaliar e monitorar as exposições de risco da Companhia;
- Assessorar o Conselho de Administração da CPFL Energia no monitoramento e controle da qualidade das demonstrações financeiras, nos controles internos e no gerenciamento de riscos.

Ao Conselho Fiscal compete, entre outros:

- Certificar que a Administração tem meios para identificar os riscos sobre a elaboração, divulgação e acuracidade das demonstrações financeiras aos quais o Grupo CPFL está exposto, bem como monitorar a eficácia do ambiente de controles.

À Diretoria Executiva cabe:

- Recomendar mudança de metodologias de limite de risco ao Conselho de Administração da CPFL Energia;
- Avaliar a eficácia da Política de Gerenciamento de Riscos e dos sistemas de gerenciamento de riscos e prestar contas ao Conselho de Administração da CPFL Energia sobre essa avaliação;
- Tomar conhecimento de exposições e planos de ação em caso de eventual extrapolação dos limites de riscos.

A Diretoria de Auditoria, Riscos, Integridade e DPO é responsável por:

- Coordenar o processo de avaliação de riscos corporativos, desenvolvendo e mantendo atualizadas as metodologias de Gestão Corporativa de Riscos;
- Desenvolver e definir, em conjunto com os gestores dos negócios, indicadores para monitoramento dos riscos, critérios de classificação da exposição e propostas de limite. Além de, sob demanda, avaliar necessidade de revisões;
- Monitorar as exposições aos riscos de acordo com suas respectivas periodicidades de atualização e acompanhar a implantação dos planos de ação pelos gestores dos negócios;
- Reportar semestralmente em Reunião de Diretoria Executiva da CPFL Energia, Comitê de Auditoria e reunião do Conselho de Administração da CPFL Energia as exposições do Mapa Corporativo de Riscos;
- Em caso de extrapolação do limite de risco:
 - a) Validar o preenchimento do Formulário de Extrapolação de Limites de Risco, realizado pelo(a) responsável pelo risco, e avaliar suficiência das informações;
 - b) Acompanhar a apresentação do modelo de risco e a justificativa para a Diretoria Executiva da CPFL Energia, Comitê de Auditoria e Conselho de Administração da CPFL Energia;
 - c) Acompanhar o status dos planos de ação sinalizados para reenquadramento das exposições aos limites aprovados até a sua conclusão.

As áreas de negócio possuem responsabilidade primária pela gestão dos riscos inerentes aos seus processos, devendo conduzi-los dentro dos limites de exposição definidos e implementando planos de mitigação para as principais exposições, bem como desenvolver e manter um ambiente adequado de controles operacionais para efetividade e continuidade dos negócios de suas respectivas unidades de gestão.

Os principais fatores de risco de mercado que afetam os negócios são como seguem:

Risco de taxa de câmbio: Esse risco decorre de a possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas e em restrições de caixa por conta de flutuações nas taxas de câmbio, aumentando os saldos de passivo denominados em moeda estrangeira. A exposição relativa à captação de recursos em moeda estrangeira está coberta por operações financeiras de *swap*. A quantificação destes riscos está apresentada na nota 31. Adicionalmente a Companhia está exposta em suas atividades operacionais à variação cambial na compra de energia elétrica de Itaipu. O mecanismo de compensação - CVA protege a Companhia de eventuais perdas econômicas.

Risco de taxa de juros e de indexadores de inflação: Esse risco é oriundo da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros e nos indexadores de inflação que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos, financiamentos e debêntures. A quantificação deste risco está apresentada na nota 31.

Risco de crédito: O risco surge da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Mesmo sendo muito pulverizado, o risco é gerenciado através do monitoramento da inadimplência, ações de cobrança e corte de fornecimento.

Risco de sub/sobrecontratação: Risco inerente ao negócio de distribuição de energia no mercado brasileiro ao qual a Companhia e todas as distribuidoras do mercado estão expostas. A Companhia pode ficar impossibilitada de repassar integralmente os custos de suas compras de energia elétrica em duas situações: (i) quando o volume de energia contratada for superior a 105% da energia demandada pelos consumidores e (ii) quando o nível de contratos for inferior a 100% desta energia demandada. No primeiro caso a energia contratada acima dos 105% é vendida na CCEE (Câmara de Comercialização de Energia Elétrica) e não é repassada aos consumidores, ou seja, em cenários de PLD (Preço de liquidação das diferenças) inferior ao preço de compra desses contratos, há uma perda para a concessão. No segundo caso, além da Companhia ser obrigada a adquirir energia ao valor do PLD na CCEE e não possuir garantias de repasse integral na tarifa dos consumidores, há uma penalidade por insuficiência de lastro contratual. Essas situações podem ser mitigadas se as distribuidoras fizerem jus a exposições ou sobras involuntárias.

Risco quanto à escassez de energia hídrica: A energia vendida pela Companhia é majoritariamente produzida por usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das usinas, comprometendo a recuperação de seu volume, podendo acarretar em perdas em função do aumento de custos na aquisição de energia ou redução de receitas com a implementação de programas abrangentes de conservação de energia elétrica ou adoção de um novo programa de racionamento, como o verificado em 2001. Em 2025, observou-se uma hidrologia desfavorável pelo 2º ano consecutivo, registrando 78% da média de longo termo e constituindo o 8º pior no histórico de 95 anos. As regiões mais impactadas foram SE/CO e NE, contido, devido a ações operativas e de planejamento advindas do Plano de Recuperação dos Reservatórios de Regularização de Usinas Hidrelétricas do País – PRR (Art. 30 da Lei nº 14.182, de 2021) foi possível preservar os recursos hídricos e iniciar 2026 com cerca de 46% da capacidade armazenável no Sistema Interligado Nacional. Apesar disso, o ONS tem alertado para riscos pontuais de atendimento eletroenergético, agravado pela elevada participação de fontes renováveis na matriz nacional (40%), perspectiva de hidrologia adversa no verão de 2026 (abaixo de 80%) e atraso no leilão de reserva de capacidade.

Risco de aceleração de dívidas: A Companhia possui contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures, com cláusulas restritivas (*covenants*) normalmente aplicáveis a esses tipos de operação. Essas cláusulas restritivas são monitoradas e não limitam a capacidade de condução do curso normal das operações, se atendidas nas periodicidades exigidas contratualmente ou se obtida a anuência prévia dos credores para o não atendimento.

Risco regulatório: As tarifas de fornecimento de energia elétrica cobradas pela Companhia dos consumidores cativos são fixadas pela ANEEL, de acordo com a periodicidade prevista no contrato de concessão celebrado com o Governo Federal e em conformidade com a metodologia de revisão tarifária periódica estabelecida para o ciclo tarifário. Uma vez homologada essa metodologia, a ANEEL determina as tarifas a serem cobradas pelas distribuidoras dos consumidores finais. As tarifas assim fixadas, conforme disposto na Lei nº 8.987/1995, devem assegurar o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão no momento da revisão tarifária, mas podem gerar reajustes menores em relação ao esperado pela Companhia.

Gerenciamento de riscos dos instrumentos financeiros

A Companhia mantém políticas e estratégias operacionais e financeiras visando liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Desta forma possuem procedimentos de controle e acompanhamento das transações e saldos dos instrumentos financeiros, com o objetivo de monitorar os riscos e taxas vigentes em relação às praticadas no mercado. A avaliação desse potencial impacto, oriundo da volatilidade dos fatores de risco e suas correlações, é realizada periodicamente para apoiar o processo de tomada de decisão a respeito da estratégia de gestão do risco, que pode incorporar instrumentos financeiros, incluindo derivativos.

As carteiras compostas por esses instrumentos financeiros são monitoradas mensalmente, permitindo o acompanhamento dos resultados financeiros e seu impacto no fluxo de caixa.

Controles para gerenciamento dos riscos: Para o gerenciamento dos riscos inerentes aos instrumentos financeiros e de modo a monitorar os procedimentos estabelecidos pela Administração, a Companhia possui uma assessoria financeira contratada para realizar e reportar o cálculo do *Mark to Market*, *Stress Testing* e *Duration* dos instrumentos, além de se utilizar do sistema de software Bloomberg para o auxílio deste processo, avaliando os riscos aos quais a Companhia está exposta. Historicamente, os instrumentos financeiros contratados pela Companhia suportados por estas ferramentas, têm apresentado resultados adequados para mitigação dos riscos. Ressalta-se que a Companhia tem a prática de contratação de instrumentos derivativos, sempre com as devidas aprovações de alçadas, somente quando há uma exposição a qual a Administração considera como risco. Adicionalmente, a Companhia não realiza transações envolvendo derivativos especulativos.

(31) INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os principais instrumentos financeiros, marcados a valores justos e/ou cujo valor contábil é diferente do respectivo valor justo, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia, são como segue:

	Nota explicativa	Categoria/ Mensuração	Nível(*)	31/12/2025	
				Contábil	Valor Justo
Ativo					
Caixa e equivalentes de caixa	5	(a)	Nível 2	284.418	284.418
Titulos e valores mobiliários	6	(a)	Nível 1	68.160	68.160
Derivativos	31	(a)	Nível 2	121.634	121.634
Ativo financeiro setorial	9	(a)	Nível 2	905.089	905.089
Ativo financeiro da concessão	11	(a)	Nível 3	12.617.237	12.617.237
Total				13.996.539	13.996.539
Passivo					
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	16	(b)	Nível 2 (***)	1.609.202	1.612.996
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos (**)	16	(a)	Nível 2	1.767.786	1.767.786
Debêntures - principal e encargos	17	(b)	Nível 2 (***)	4.397.842	4.418.793
Debêntures - principal e encargos (**)	17	(a)	Nível 2	1.670.914	1.670.914
Mútuo com partes relacionadas (**)	28	(a)	Nível 2	1.055.469	1.055.469
Derivativos	31	(a)	Nível 2	260.156	260.156
Passivo financeiro setorial	9	(a)	Nível 2	908.455	908.455
Total				11.669.825	11.694.569

(*) Refere-se a hierarquia para determinação do valor justo

(**) Em função da designação inicial deste passivo financeiro, a Companhia apresentou uma perda de R\$ 89.033 em 2025 (um ganho de R\$ 83.003 em 2024)

(***) Apenas para fins de divulgação de acordo com o CPC 40 (R1)

Legenda

Categoria / Mensuração:

(a) - Valor justo contra o resultado

(b) - Mensurados ao custo amortizado

A classificação dos instrumentos financeiros em custo amortizado ou a valor justo contra resultado baseia-se no modelo de negócios e nas características de fluxo de caixa esperado pela Companhia para cada instrumento.

Os instrumentos financeiros cujos valores contábeis se aproximam dos valores justos, devido à sua natureza, na data destas demonstrações financeiras, são:

- Ativos financeiros: (i) consumidores, concessionárias e permissionárias; (ii) contas a receber – CDE; (iii) cauções, fundos e depósitos vinculados; (iv) serviços prestados a terceiros e (v) convênios de arrecadação.
- Passivos financeiros: (i) fornecedores; (ii) taxas regulamentares; (iii) consumidores e concessionárias a pagar; (iv) FNDCT/EPE/PROCEL; (v) convênios de arrecadação; (vi) descontos tarifários – CDE e (vii) passivo de arrendamento.

Adicionalmente, não houve em 2025 transferências entre os níveis de hierarquia de valor justo.

a) Valorização dos instrumentos financeiros

Conforme mencionado na nota 4, o valor justo de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate), trazido a valor presente pelo fator de desconto (referente à data de vencimento do título), obtido da curva de juros de mercado em reais.

Os três níveis de hierarquia de valor justo são:

- Nível 1: preços cotados em mercado ativo para instrumentos idênticos;
- Nível 2: informações observáveis diferentes dos preços cotados em mercado ativo que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços);
- Nível 3: instrumentos cujos fatores relevantes não são dados observáveis de mercado.

Em função da Companhia ter classificado o ativo financeiro da concessão como valor justo contra resultado, os fatores relevantes para avaliação ao valor justo não são publicamente observáveis, assim a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3.

b) Instrumentos derivativos

A Companhia possui política de utilizar derivativos com o propósito de proteção (*hedge* econômico) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros, em maioria constituídos por *swaps* de moeda ou taxas de juros. Os derivativos são contratados com bancos e instituições financeiras de primeira linha e que tenham um *rating* local de pelo menos AA ou BBB- global, avaliado em pelo menos uma das agências S&P, Moodys ou Fitch, e em caso de mais de 1, é considerada o menor *rating* entre elas. A Administração não identificou para os exercícios de 2025 e 2024 que os ativos financeiros derivativos tivessem uma perda relevante por redução ao valor recuperável utilizando o critério de perdas esperadas.

Os instrumentos de proteção contratados pela Companhia são swaps de moeda ou taxas de juros sem nenhum componente de alavancagem, cláusula de margem, ajustes diários ou ajustes periódicos. Uma vez que grande parte dos derivativos contratados pela Companhia possuem prazos perfeitamente alinhados com as respectivas dívidas protegidas, e de forma a permitir uma informação contábil mais relevante e consistente através do reconhecimento de receitas e despesas, tais dívidas foram designadas para o registro contábil a valor justo (notas 16 e 17). As demais dívidas que possuem prazos diferentes dos instrumentos derivativos contratados para proteção, continuam sendo reconhecidas ao respectivo valor de custo amortizado. Ademais, a Companhia não adotou a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) para as operações com instrumentos derivativos.

Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia detinha as seguintes operações de *swap*, todas negociadas no mercado de balcão:

Estratégia	Valores de mercado (contábil)					Moeda / indexador divida	Moeda / indexador swap	Faixa de vencimento	Nocional
	Ativo	Passivo	Valores justos, líquidos	Valores a custo, líquidos ⁽¹⁾	Ganho (Perda) na marcação a mercado				
Derivativos de proteção de dívidas designadas a valor justo									
Hedge variação cambial									
Empréstimos bancários - Lei 4.131	-	(258.005)	(258.005)	(252.225)	(5.780)	lêne + 1,20% a + 1,44%	CDI + 0,64% a 1,40%	jan/26 a dez/27	1.396.000
Empréstimos bancários - NDB	5.044	-	5.044	7.800	(2.756)	CNH + (Shibor 3 meses + 0,98%)	CDI - 0,14%	mai/31	550.136
Mútuo com partes relacionadas	15.669	-	15.669	21.271	(5.603)	renminbi + 2,33%	CDI - 0,37%	set/28	1.036.000
	20.712	(258.005)	(237.293)	(223.154)	(14.139)				
Hedge variação índice de preços									
Debêntures	100.922	(2.151)	98.771	45.908	52.863	IPCA + 6,18% a 7,71%	CDI -0,02% a +0,52%	out/31 a out/35	1.516.289
	100.922	(2.151)	98.771	45.908	52.863				
Total	121.634	(260.156)	(138.522)	(177.246)	38.724				
Circulante	-	(210.127)							
Não circulante	121.634	(50.029)							

Para mais detalhes referentes a prazos e informações sobre dívidas, vide notas 16 e 17.

⁽¹⁾ Os valores a custo representam o saldo do derivativo sem a respectiva marcação a mercado, enquanto que o nocional refere-se ao saldo principal da dívida e reduz-se conforme ocorre a amortização da mesma.

A movimentação dos derivativos está demonstrada a seguir:

	Saldo em 31/12/2024	Atualização monetária e cambial e marcação a mercado	Liquidação	Saldo em 31/12/2025
Derivativos				
Para dívidas designadas a valor justo	126.501	(446.873)	143.127	(177.246)
Marcação a mercado	(89.676)	128.400	-	38.724
Total	36.825	(318.473)	143.127	(138.522)
Ativo circulante	165.731			-
Ativo não circulante	-			121.634
Passivo circulante	-			(210.127)
Passivo não circulante	(128.907)			(50.029)

Conforme mencionado acima, a Companhia optou por marcar a mercado as dívidas para as quais possuem instrumentos de derivativos totalmente atrelados (notas 16 e 17).

A Companhia tem reconhecido ganhos e perdas com os seus instrumentos derivativos no resultado do exercício. No entanto, por se tratar de derivativos de proteção, tais ganhos e perdas minimizaram os impactos de variação cambial e variação de taxa de juros incorridos nos respectivos endividamentos protegidos. Para os exercícios de 2025 e 2024 os instrumentos derivativos geraram os seguintes impactos no resultado registrados na rubrica de despesa financeira com atualizações monetárias e cambiais e no resultado abrangente na rubrica risco de crédito na marcação a mercado, este último relativo às dívidas marcadas a valores justos:

Risco protegido / operação	Ganho (Perda) no resultado	
	2025	2024
Variação de taxas de juros	(16.220)	(1.016)
Marcação a mercado	111.949	(136.583)
Variação cambial	(430.653)	147.954
Marcação a mercado	16.451	2.250
Total	(318.473)	12.606

c) Ativos financeiros da concessão

Conforme mencionado acima, a Companhia tem classificado o respectivo ativo financeiro da concessão como valor justo contra resultado. A movimentação e respectivos ganhos no resultado do exercício em 2025 foi de R\$ 635.251 (R\$ 469.588 em 2024), assim como as principais premissas utilizadas, estão divulgadas nas notas 11 e 24.

d) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado, tais como taxas de câmbio e taxas de juros que irão afetar os ganhos da Companhia ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. A Companhia utiliza derivativos para gerenciar riscos de mercado.

e) Análise de sensibilidade

A Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais seus instrumentos financeiros (inclusive derivativos) estão expostos, basicamente representados por variação das taxas de câmbio e de juros.

Quando a exposição ao risco é considerada ativa, o risco a ser considerado é uma redução dos indexadores atrelados devido a um consequente impacto negativo no resultado da Companhia. Na mesma medida, quando a exposição ao risco é considerada passiva, o risco é uma elevação dos indexadores atrelados por também ter impacto negativo no resultado. Desta forma, a Companhia quantificou os riscos através da exposição líquida das variáveis (dólar, lene, renminbi, CDI, IPCA e SELIC), conforme demonstrado:

e.1) Variação cambial

Considerando que a manutenção da exposição cambial líquida existente em 31 de dezembro de 2025 fosse mantida, a simulação dos efeitos consolidados por tipo de instrumento financeiro, para os três cenários distintos seria:

Instrumentos	Exposição (a)	Risco	Receita (despesa)		
			Depreciação cambial (b)	Apreciação cambial de 25%	Apreciação cambial de 50%
Instrumentos financeiros passivos	(1.222.129)		(136.448)	203.196	542.841
Derivativos - <i>swap plain vanilla</i>	1.225.712		136.848	(203.792)	(544.432)
	3.583	baixa iene	400	(596)	(1.591)
Instrumentos financeiros passivos	(1.601.126)		(164.671)	276.779	718.228
Derivativos - <i>swap plain vanilla</i>	1.640.052		168.674	(283.508)	(735.689)
	38.926	baixa renminbi	4.003	(6.729)	(17.461)
Total	42.509		4.403	(7.325)	(19.052)
Efeitos no resultado do exercício			4.403	(7.325)	(19.052)

(a) A taxa de câmbio considerada em 31.12.2025 foi de R\$ 0,04 para o iene e R\$ 0,79 para o renminbi.

(b) Conforme curvas de câmbio obtidas em informações disponibilizadas pela B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão, sendo a taxa de câmbio considerada de R\$ 0,04 e R\$ 0,87 e a depreciação cambial de 11,16% e 10,28%, do iene e do renminbi respectivamente em 31.12.2025.

e.2) Variação das taxas de juros

Supondo que o cenário de exposição líquida dos instrumentos financeiros indexados a taxas de juros variáveis em 31 de dezembro de 2025 fosse mantido, a despesa financeira líquida para os próximos 12 meses para cada um dos três cenários definidos seria:

Instrumentos	Exposição	Risco	Taxa no exercício	Taxa cenário provável (a)	Receita (despesa)		
					Cenário provável	Elevação/Redução de índice em 25%	Elevação/Redução de índice em 50%
Instrumentos financeiros ativos	343.336				46.865	58.582	70.298
Instrumentos financeiros passivos	(3.711.719)				(506.650)	(633.312)	(759.975)
Derivativos - <i>swap plain vanilla</i>	(4.751.784)				(648.619)	(810.773)	(972.928)
Ativos e passivos financeiros setoriais	(3.366)				(459)	(574)	(689)
	(8.123.533)	alta CDI/SELIC	14,90%	13,65%	(1.108.863)	(1.386.077)	(1.663.294)
Instrumentos financeiros passivos	(3.999.580)				(385.160)	(288.870)	(192.580)
Derivativos - <i>swap plain vanilla</i>	1.747.498				168.284	126.213	84.142
Ativo financeiro da concessão	12.617.237				1.215.040	911.280	607.520
	10.365.155	baixa IPCA	4,26%	9,63%	998.164	748.623	499.082
Total	2.241.623				(110.699)	(637.454)	(1.164.212)
Efeitos no resultado do exercício					(110.699)	(637.454)	(1.164.212)

(a) Os índices foram obtidos através de informações disponibilizadas pelo mercado.

f) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais. Esse risco é principalmente proveniente das contas a receber de Consumidores, Concessionárias e Permissionárias e de instrumentos financeiros da Companhia. Mensalmente, o risco é monitorado e classificado de acordo com a exposição atual, considerando o limite aprovado pela Administração.

As perdas por redução ao valor recuperável sobre ativos financeiros reconhecidas no resultado estão apresentadas na nota 7.

Contas a receber e ativos de contrato - Consumidores, Concessionárias e Permissionárias

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada principalmente pelas características individuais de cada carteira de clientes. Contudo, a Administração também considera os fatores que podem influenciar o risco de crédito.

A Companhia utiliza uma matriz de provisões para a mensuração da perda de crédito esperada com contas a receber de clientes de acordo com a classe de consumidor (Residencial, Comercial, Rural, Poder Público, Iluminação Pública, Serviços Públicos), Outras Receitas e Receita Não Faturada, consistindo em maioria por um grande número de saldos pulverizados.

As taxas de perda são baseadas na experiência real de perda de crédito verificada nos últimos anos. Essas taxas refletem as diferenças entre as condições econômicas durante o período em que os dados históricos foram coletados, as condições atuais e a visão da Companhia sobre as condições econômicas futuras ao longo da vida esperada dos recebíveis. Desta forma, fora calculada uma “Receita ajustada”, refletindo a percepção da Companhia sobre a perda esperada. Tal receita ajustada foi alocada por classe de consumo (matriz), de acordo com o intervalo atualmente utilizado na provisão orientada pelos parâmetros regulatórios, como segue:

Classe	Dias	Período
Residencial	90	Receita de 3 meses anteriores ao mês atual
Comercial e outras receitas	180	Receita de 6 meses anteriores ao mês atual
Industrial, rural, poder público em geral	360	Receita de 12 meses anteriores ao mês atual
Não faturado	-	Utiliza receita do próprio mês

Desta forma, com base nas premissas acima, é calculado um índice “Ajustado” de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (“PCLD”) para o mês, que foi determinado dividindo-se a “PCLD Real” pela “Receita Ajustada” de cada mês. Na sequência, a PCLD é estimada mensalmente, considerando a média móvel respectiva dos meses dos índices mensais “Ajustados”, e aplicada sobre a receita real do mês corrente.

Com base neste critério, o percentual de PCLD a ser aplicado é alterado mensalmente, na medida em que é calculada a média móvel.

A metodologia utilizada pela Administração contempla um percentual que está aderente com a regra contábil descrita como *expected credit losses*, contemplando em um único percentual a probabilidade de perda, ponderada pela expectativa de perda e resultados possíveis, ou seja, contempla Probabilidade de Inadimplência (“*Probability of Default - PD*”), Exposição na Inadimplência (“*Exposure at Default - EAD*”) e Perda Dada a Inadimplência (“*Loss Given Default - LGD*”).

Fatores macroeconômicos

Após estudos desenvolvidos pela Companhia para avaliar quais as variáveis que apresentam o índice de correlação com o montante real de Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, não foram identificados outros índices ou fatores macroeconômicos que impactassem de forma relevante ou que possuíssem correlação direta ao nível de inadimplência.

Caixa e equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários

A Companhia limita sua exposição ao risco de crédito através do investimento em títulos de dívida que tenham um mercado líquido e que o risco da contraparte (bancos e instituições financeiras) tenha um *rating* de pelo menos AA.

A Companhia considera que o seu caixa e equivalentes de caixa têm baixo risco de crédito com base nos *ratings* de crédito externos das contrapartes. A Administração não identificou para os exercícios de 2025 e 2024 que os títulos tivessem uma mudança relevante no risco de crédito.

Derivativos

A Companhia possui política de utilizar derivativos com o propósito de proteção (*hedge* econômico) dos riscos de variação cambial e flutuação das taxas de juros, em maioria constituídos por *swaps* de moeda ou taxas de juros. Os derivativos são contratados com bancos e instituições financeiras de primeira linha e que tenham um *rating* local de pelo menos AA ou BBB- global, avaliado em pelo menos uma das agências S&P, Moodys ou Fitch, e em caso de mais de 1, é considerado o menor *rating* entre elas (nota 31b). A Administração não identificou para os exercícios de 2025 e 2024 que os ativos financeiros derivativos tivessem uma perda relevante por redução ao valor recuperável utilizando o critério de perdas esperadas.

g) Análise de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, bem como pela combinação dos perfis de vencimento dos seus passivos financeiros. A tabela abaixo detalha os vencimentos contratuais para os passivos financeiros registrados em 31 de dezembro de 2025, considerando principal e juros futuros, e está baseada no fluxo de caixa não descontado considerando a data mais próxima em que a Companhia deve liquidar as respectivas obrigações.

31/12/2025	Nota Explicativa	Menos de 1 mês	1-3 meses	3 meses a 1 ano	1-3 anos	4-5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores	15	1.699.834	47.986	-	-	-	-	1.747.820
Empréstimos e financiamentos - principal e encargos	16	1.043.543	75.587	285.498	2.098.348	296.785	33.281	3.833.042
Derivativos	31	208.605	621	902	50.029	-	-	260.156
Debêntures - principal e encargos	17	-	301.914	822.823	1.739.317	3.419.631	2.856.474	9.140.158
Taxas regulamentares		62.335	-	-	-	-	-	62.335
Outros	21	32.407	491.714	35.096	-	-	-	559.217
Consumidores e concessionárias		32.407	420.860	-	-	-	-	453.267
EPE / FNDCT / PROCEL		-	-	35.096	-	-	-	35.096
Convênio de arrecadação		-	70.854	-	-	-	-	70.854
Total		3.046.725	917.822	1.144.319	3.887.693	3.716.416	2.889.755	15.602.730

(32) TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

A Companhia possuiu no exercício de 2025, um valor de R\$ 24.900 (R\$ 19.430 em 2024) referente a juros capitalizados no intangível da concessão - infraestrutura de distribuição (nota 27).

Ainda em 2025, houve o aumento do capital social (nota 22) da Companhia no montante de R\$ 17.475 (R\$ 17.475 mesmo período de 2024), sendo este saldo proveniente da capitalização do benefício fiscal do intangível incorporado apurado no exercício de 2024.

(33) COMPROMISSOS

Os compromissos da Companhia relacionados a contratos de longo prazo são como segue:

Obrigações contratuais em 31/12/2025	Duração	Menos de 1 ano	1-3 anos	4-5 anos	Total
Compra de energia (exceto Itaipu)	Até 2 anos	5.969.355	5.124.270	-	11.093.625
Compra de energia de Itaipu	Até 2 anos	955.042	870.286	-	1.825.328
Encargos de uso do sistema de distribuição	Até 2 anos	2.921.821	2.813.392	-	5.735.213
Projetos de construção de subestação	Até 4 anos	295.535	220.493	964	516.992
Fornecedores de materiais e serviços	Até 4 anos	853.410	965.850	107.165	1.926.424
Total		10.995.162	9.994.291	108.129	21.097.581

(34) EVENTOS SUBSEQUENTES

Emissão de Debêntures

Em 9 de janeiro de 2026 foi emitido o montante de R\$ 1.700.000 das debêntures convencionais que foram aprovadas em 19 de dezembro de 2025, com pagamento de juros e amortização em parcela única no dia 19 de dezembro de 2026 e taxa CDI+0,30%. O recurso será destinado para reforço de capital de giro. As condições restritivas são: dívida líquida dividida pelo EBITDA ajustado menor ou igual a 3,75 e EBITDA ajustado dividido pelo resultado maior ou igual a 2,25 (índices exigidos nas demonstrações financeiras consolidadas da controladora CPFL Energia).

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

LUIS HENRIQUE FERREIRA PINTO
Presidente

MINGYAN LIU
Conselheiro

TAYON FERNANDO MOURA BRAATZ SANTOS RODRIGUES
Conselheiro

DIRETORIA

RAFAEL LAZZARETTI
Diretor Presidente

KEDI WANG
Diretora Financeira
e de Relações com Investidores

GUSTAVO KODAMA UEMURA
Diretor Comercial

ROLANDS SARETTA MENEZES
Diretor de Operações

JAIRO EDUARDO DE BARROS ALVARES
Diretor de Assuntos Regulatórios

FLÁVIO HENRIQUE RIBEIRO
Diretor de Administrativo

YUNWEI LIU
Diretor Executivo

MINGYAN LIU
Diretor Executivo

CONTABILIDADE

ANA PAULA PERESSIM DE PAULO
Gerente de Contabilidade das Distribuidoras
CT CRC 1SP217200/O-6



Companhia Paulista de Força e Luz

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2025
e relatório do auditor independente**



Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores e Acionistas
Companhia Paulista de Força e Luz

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Paulista de Força e Luz ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

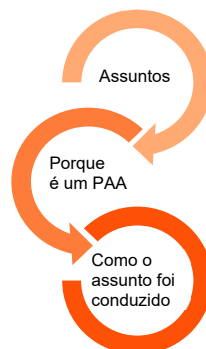
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais Assuntos de Auditoria

Principais Assuntos de Auditoria (PAA) são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.



Porque é um PAA

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Reconhecimento de receita de energia fornecida, mas não faturada (Notas 3.9 e 7)

A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida no momento em que a energia é fornecida. A Companhia efetua a leitura do consumo de seus clientes baseado em uma rotina que depende da calendarização e rota de leitura.

Consequentemente, uma parte da energia distribuída não é faturada ao final de cada mês, sendo necessário que a administração estime esse valor. Em 31 de dezembro de 2025 o saldo de fornecimento não faturado estimado somava R\$ 764.880 mil.

O reconhecimento da receita não faturada é determinada com base em dados históricos obtidos, principalmente por meio de parâmetros de sistemas informatizados, tais como, o volume de consumo de energia da distribuidora disponibilizado no mês e o índice anualizado de perdas técnicas e comerciais.

Devido à complexidade dos dados utilizados e dos julgamentos exercidos pela administração na determinação do índice anualizado de perdas técnicas e comerciais, os quais poderiam produzir impactos significativamente diferentes daqueles apurados pela administração, caso sofrem variações, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria..

Nossa abordagem de auditoria considerou, entre outros, a avaliação do desenho, implementação e efetividade dos controles internos relacionados à determinação do montante da receita de energia distribuída, mas não faturada. Também envolvemos nossos especialistas em tecnologia da informação para avaliação dos sistemas e do ambiente informatizado utilizados na determinação dos saldos registrados.

Em relação aos testes de transações, avaliamos os dados usados na determinação da estimativa de receita não faturada, especificamente, os dados da carga total de energia recebida na rede da distribuidora, da carga efetivamente faturada, segregados por tipo de consumidor, visando determinar o percentual de aplicação na parcela da receita não faturada, chegando dessa forma na carga cativa líquida por classe de consumo.

Recalculamos o montante de receita não faturada por meio da carga cativa líquida por classe de consumo e tarifas definidas pelo órgão regulador para cada classe de consumidor em seus grupos e modalidades. Comparamos nosso recálculo com os valores apurados pela administração.

Também efetuamos leitura das divulgações efetuadas nas demonstrações financeiras. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que os critérios e premissas adotados pela Administração da Companhia para mensuração da estimativa de receita de energia fornecida, mas não faturada, são razoáveis e consistentes com dados e informações obtidos.

Porque é um PAA	Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria
Reconhecimento e classificação do ativo financeiro da concessão, do ativo contratual e do intangível (Notas 11, 13 e 14) Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia apresenta saldos de ativo financeiro da concessão, ativos contratual e intangível (direito de concessão - infraestrutura), nos valores de R\$ 12.617.237 mil, R\$ 2.198.723 mil e R\$ 974.234 mil, respectivamente. Esses ativos estão relacionados com investimentos efetuados na concessão sujeitos à indenização ao final do contrato de prestação de serviços outorgados, ao direito contratual de receber caixa dos usuários pelos serviços de construção do sistema de distribuição de energia e custo total de aquisição e construção deduzidos da amortização acumulada, reconhecidos nas demonstrações financeiras de acordo com a Interpretação Técnica ICPC 01(R1) - Contratos de Concessão (IFRIC 12) e Receita de Contrato com cliente CPC 47 (IFRS 15). O reconhecimento desses investimentos realizados entre ativo financeiro da concessão, ativo contratual e intangível envolve complexidade e julgamento por parte da Administração, que pode impactar a mensuração e classificação desses ativos nas demonstrações financeiras. Esse tema foi considerado como um dos principais assuntos de auditoria em função da relevância dos montantes envolvidos e pelos julgamentos significativos na avaliação da alocação dos investimentos entre o ativo financeiro da concessão, o ativo contratual e o intangível.	Os nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros, a avaliação do desenho e implementação dos controles internos relacionados ao processo de construção do ativo contratual, assim como os controles internos relacionados à bifurcação entre ativo financeiro da concessão e ativo intangível no momento que o ativo inicia a sua operação. Em complemento aos testes de controles descritos acima, avaliamos o modelo de bifurcação adotado pela Administração, e testamos os dados e as premissas utilizados na determinação da estimativa do montante relacionado ao direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias independentemente do nível de utilização da infraestrutura da concessão. Realizamos inspeção documental, em base amostral, das adições ocorridas durante o exercício, e recalculamos a vida útil dos bens. Também testamos a atualização monetária do ativo financeiro da concessão, com base nos índices previstos na regulamentação do setor elétrico, confrontando os índices utilizados pela Administração com os indicadores oficiais divulgados. Testamos o cálculo da amortização do intangível, com base no prazo do contrato de concessão vigente, e avaliamos as divulgações sobre o assunto nas demonstrações financeiras. Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que as premissas e critérios adotados são razoáveis e consistentes com as divulgações em notas explicativas e com os dados e as informações obtidas em nossa auditoria.

Outros assuntos - Demonstração do Valor Adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Companhia Paulista de Força e Luz

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as ações tomadas para eliminar ameaças à nossa independência ou salvaguardas aplicadas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os Principais Assuntos de Auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Campinas, 4 de março de 2026

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP027613/F-1

Lia Marcela Rusinque Fonseca
Contadora CRC 1SP291166/O-4

DECLARAÇÃO

Em atendimento ao disposto nos incisos V e VI do artigo 25 da Instrução CVM nº 480, de 07 de dezembro de 2009, alterada pela Instrução CVM nº 586, de 8 de junho de 2017, o presidente e os diretores da **Companhia Paulista de Força e Luz**, sociedade por ações de capital aberto, com sede na Rua Jorge de Figueiredo Correa, nº 1.632 - parte - Jardim Professora Tarcilla - CEP 13087-397, na cidade de Campinas - São Paulo, inscrita no CNPJ sob nº 33.050.196/0001-88, declaram que:

a) reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer da PricewaterhouseCoopersAuditores Independentes, relativamente às demonstrações financeiras da **Companhia Paulista de Força e Luz** do exercício findo em 31 de dezembro de 2025;

b) reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da **Companhia Paulista de Força e Luz** do exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Campinas, 4 de março de 2026.

Rafael Lazzaretti
Diretor Presidente

Kedi Wang
Diretora Financeira e de Relações
com Investidores

Ana Paula Peressim de Paulo
Gerente de Contabilidade das Distribuidoras